



UFSM

Dissertação de Mestrado

RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIO DE SEGREGAÇÃO
E CONFLITO: REPRESENTAÇÕES QUE ENGENDRAM
TERRITORIALIDADES.

ESTUDO DE CASO DA VILA NOSSA SENHORA APARECIDA
NO CONTEXTO DA *MONTANHA RUSSA* –
SANTA MARIA/RS.

Carla Juny Soares Azevedo

PPGEO

Santa Maria, RS, Brasil

2010

RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIO DE SEGREGAÇÃO
E CONFLITO:
REPRESENTAÇÕES QUE ENGENDRAM
TERRITORIALIDADES.
ESTUDO DE CASO DA VILA NOSSA SENHORA APARECIDA
NO CONTEXTO DA *MONTANHA RUSSA* –
SANTA MARIA/RS.

por

Carla Juny Soares Azevedo

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Departamento de Geografia da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial
para obtenção do grau de

Mestre em Geografia.

PPGEO/UFSM

Santa Maria, RS, Brasil

2010

Universidade Federal de Santa Maria
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIO DE SEGREGAÇÃO
E CONFLITO: REPRESENTAÇÕES QUE ENGENDRAM
TERRITORIALIDADES.
ESTUDO DE CASO DA VILA NOSSA SENHORA APARECIDA
NO CONTEXTO DA MONTANHA RUSSA –
SANTA MARIA/RS

elaborada por
Carla Juny Soares Azevedo

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

(Presidente/Orientador)
Prof. Dr. César De David

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Profa. Dra. Ane Carine Meurer

AGRADECIMENTOS

Neste momento pretendo fazer uma pequena homenagem àqueles e àquelas que deixaram algo de si impresso neste trabalho

Moradores e Moradoras da Vila Nossa Senhora Aparecida (em especial):

Laerte Loureiro, Loreni Carvalho Flores, Jenice Aparecida Carvalho, Rejane Flores, Helena dos Santos, Andressa, Sr. Tininho, Sandra (*in memorian*), Cleunir (*in memorian*), Sr. Joaquim Rodrigues, Sr. Adelmo Mendes, Rejane Aires, Leci da Rosa Peres, Dona Maria Orfila Gomes Aires e Elisa Mara dos Santos (Vila Bürguer)

Moradores e Moradoras da Vila Pércio Reis: Dona Eva Frigo, Sr. Delmo Frigo, Miriam, Chico, Bethânia, Zoraide, Airton, Lisiane, Berenice, Dona Isolina e Dona Isalina, Almerinda dos Santos, Cláudia Goulart, Dona Irma Teixeira, Valdecir Teixeira, Adão Jesus Barros e Rosa, Irmã Maria Irene, Sandra Cervi, Dona Maria Dalla Lana e Mauren, Thiago e Sr. José Rodrigues.

Professoras da Escola de Educação Infantil Montanha Russa:

Tânia Teixeira e Rosane Raimundo Henz (diretora)

Professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo (extinta em 2008)

Elzi, Ana Horvath Schimdt, Gianna e especialmente, à professora Marlene de Oliveira Agradeço ao pessoal do Grupo de Pesquisa Gaia pelo aprendizado propiciado pelo encontro: Adriano Severo Figueiró, Eliane Folleto e alunas bolsistas (Bruna Letícia Thomas, Gabriela Fantoni Soberón, Michele Benetti Leite, Marciene Simon Carpes, Lillian Dalbem de Souza e Jaciele Carine Sell)

Agradeço àquelas pessoas que com sua presença validaram sonhos e se fizeram amigas: Anilda Back da Silva, Rosana Trevisan, Carmem Lorenci, Dalvana Brasil Nascimento, Thais Torres, Bárbara...

Agradeço a colaboração de Therezinha Jesus Aires (Associação dos Catadores de Recicláveis), Cristiano Shumaker (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), Maria Rita Py (Militante do Movimento Negro)

De Rainer e Eleonora Müller (Fundação Mo'ã)

Agradeço aos professores e professoras Anie Carine Meurer, Lauro César Figueiredo, Álvaro Luiz Heidrich e Gicélia Mendes da Silva, Carlos Alberto Pires, Carmem Rejane Flores, Sandra Ana Bolfe e Gilda Maria Cabral Benaduce pela riqueza do encontro.

Agradeço aos colegas do mestrado pela breve, mas calorosa e inesquecível convivência.

Ao Professor Orientador César David agradeço a oportunidade de ter estado tão próxima de alguém com o seu saber profissional, cuja sintonia com a disposição de ouvir, de estimular, de problematizar os caminhos parece-lhe natural.

A Marcelo, dedico a alegria do privilégio de poder conviver em meio a tantos saberes e sensibilidades. Mas, meu maior agradecimento é pela sorte de saber que aí está o amigo de todas as horas.

Aos filhos: Thiago, Eduardo e Pedro agradeço pelo sentido que dão a nossas vidas.

À Maria pelo carinho com que realiza seu trabalho de suporte à família.

A todos familiares e amigos que de um modo ou de outro contribuíram para essa trajetória se delinear.

Maria Luíza, Ronald, Patrícia, Rodrigo e Fernando Ayres Renó (*in-memorian*).

Fundamentalmente, à Donária Canuta Gomes, à minha mãe Juracy Soares (*in memorian*), Vó Zica, Tia Clélia e meu eterno e amado pai Roberto Alencar Pereira (*in-memorian*)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÕES DE PODER EM TERRITÓRIO DE SEGREGAÇÃO E CONFLITO: REPRESENTAÇÕES QUE ENGENDRAM TERRITORIALIDADES.

ESTUDO DE CASO: DA VILA NOSSA SENHORA APARECIDA NO CONTEXTO DA *MONTANHA RUSSA* – SANTA MARIA/RS.

AUTORA: CARLA JUNY SOARES AZEVEDO

ORIENTADOR: PROF. DR. CÉSAR DE DAVID

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 19 de março de 2010

O presente trabalho de pesquisa-participante instrumenta-se do suporte conceitual da geografia social e assume como objeto de discussão e análise as relações de poder que se estabelecem a partir da fragilidade do direito ao território, como condição produtora de segregação sócio-espacial. Para tal análise focalizo as falas dos atores e as representações suscitadas no bojo do processo investigativo, que se estabeleceu a partir da busca de se conhecer, junto com os moradores, os planos do Poder Público Municipal, para o território representado pela *Montanha Russa* e mais particularmente, para a Vila Nossa Senhora Aparecida, nesse momento específico em que se planeja a implantação do Parque Municipal da Barragem do rio Vacacaí-Mirim ou DNOS, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Como elemento configurador do conflito socioambiental, a *irregularidade fundiária* pode ser vista também, como uma das questões subjacentes aos processos que produzem a territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida e à medida em que restringe o acesso a outros direitos da cidadania, a *irregularidade fundiária* participa da base produtora da segregação sócio-espacial. A falta de transparência dos planos, que partem da esfera municipal, motiva o processo investigativo que ocorre junto com os moradores, propiciando a esses atores o acesso a informações, a documentos, mapas, bem como o contato com diferentes atores que contribuem para uma percepção mais ampla dos fatos, favorecendo uma atmosfera de busca de entendimento e de desvelamento dos interesses encobertos. Tais condutas indicam a possibilidade de maior participação desses atores, de uma alternativa negociada para a situação; bem como o surgimento de processos renovados de representação, produção e de reprodução do lugar.

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

ABSTRACT

**POWER RELATIONS IN SEGREGATION AND CONFLICT
TERRITORY: REPRESENTATIONS THAT DREAM UP
TERRITORIALITY
CASE STUDY: VILA NOSSA SENHORA APARECIDA IN THE
CONTEXT OF MONTANHA RUSSA – SANTA MARIA / RS**

AUTORA: CARLA JUNY SOARES AZEVEDO
ORIENTADOR: PROF. DR. CÉSAR DE DAVID
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 26 de março de 2010

The present work research-participant uses the conception of social geography support and assume as discussion and analysis object the power relations established from the weakness of the right to territory, as a producer of socio-spatial segregation. For this analysis I focus on the actors' statements and representations raised in the midst of the investigative process, which was established from the pursuit of knowing, along with the residents, the plans of the Municipality for the territory represented by the Montanha Russa and more particularly for the Vila Nossa Senhora Aparecida, at that particular time in which they plan to deploy the Parque Municipal da Barragem do rio Vacacaí or DNOS, Santa Maria, Rio Grande do Sul. As part of environmental conflict, irregular land can also be seen as one of the issues underlying the processes that produce the territoriality of Vila Nossa Senhora Aparecida and the extent that restrict access to other citizenship rights, the land irregularity participates in the production of basic socio-spatial segregation. The lack of transparency plans that are based on the municipal level, motivates diligence that occurs with the residents, enabling these actors access to information, documents, maps, and contact with different actors that contribute to a broader perception of the facts, fostering an atmosphere of seeking understanding and uncovering the hidden interests. Such practices indicate the possibility of greater participation of these actors, a negotiated alternative to the situation, as well as the emergence of renewed representation processes, production and reproduction of place.

LISTA DE FIGURAS

Figura1– Foto aérea: Principais territorialidades da <i>Montanha Russa</i> . (Fonte: Base Aérea/2002)	26
Figura 2 – Entorno da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim (DNOS) e Organização Espacial da <i>Montanha Russa</i> . (Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria e Google Eart - 2009).	27
Figura 3 - Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Fonte: FEPAM (modificado – DBN)	29
Figura 4 Mapa - Acesso à <i>Montanha Russa</i> . (Fonte: Imagem de satélite – Google Eart)	30
Figura 5 – Rua Armando Ceccin – lado esquerdo Padrão de construção da área regularizada fundiariamente. (Foto: CJSA/2009)	31
Figura 6 – Rua <i>Montanha Russa</i> , em direção ao portão sul - Barragem do DNOS. (Foto: CJSA/2009)	32
Figura 6.1- Rua <i>Montanha Russa</i> : Porção Nobre da Vila Pércio Reis. (Imagem satélite: Google Eart)	33
Figura 7- Moradias construídas ao longo da Rua Armando Ceccin sobre a encosta que margeia a via-férrea. (Foto: CJSA/2009)	34
Figura 7.1– Esquina da Rua Armando Ceccin c/ Rua <i>Montanha Russa</i> , em duas perspectivas. (Foto: CJSA/2002/2010)	35
Figura 8 – Dois momentos da existência da ocupação das margens da sanga tributária do Rio Vacacaí-Mirim. (Foto: CJSA/1999/2006)	36
Figura 9 – Moradias assentadas às margens da via-férrea, base do Morro Cechella. (Foto: CJSA/2002/2006)	37
Figura 10 – Territorialidade que ocupa área situada às margens da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim ou DNOS. (Foto: CJSA/2006)	39

Figura 11 – Mapa Planimétrico: Territorialidades Segregadas da Montanha Russa.	40
Figura 11.1 – Vila Nossa Senhora Aparecida em zoom da câmera fotográfica, a partir da Vila Pércio Reis. (Foto: CJSA/2000)	41
Figura 11.2 – Vila Nossa Senhora Aparecida: Territorialidade consolidada. Existente desde fins da década de 1970. (Foto: CJSA/2008)	42
Figura 12 – Primeiras moradias da Vila Bürguer situadas na Rua Nossa Senhora Aparecida, esquina com Rua Alberto Bürguer. (Foto: CJSA/2009)	46
Figura 13 – Padrão das residências (alvenaria/ dois pisos) situadas ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida. (Foto: CJSA/2009)	47
Figura 14 – Padrão das moradias da Rua Nossa Senhora Aparecida vai se alterando, assim como todo um conjunto de condições. (Foto: CJSA/2009)	48
Figura 14.1 – Corredor de moradias emparelhadas na passagem para o interior da Vila Nossa Senhora Aparecida. (Foto: CJSA/2009)	49
Figura 15 – Vila Nossa Senhora Aparecida. (Foto: CJSA/2006/2009)	50
Figura 16 – O chalé desativado: Sede da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida. (Foto: CJSA/2006/2009)	51
Figura 17 – Área de fundos de algumas moradias existentes na Vila Nossa Senhora Aparecida. (Foto: CJSA/2009)	52
Figura 18 – Telhado e antena parabólica de moradia posicionada num patamar abaixo da rua. (Foto: CJSA/2008)	53
Figura 19 – Situação dos trilhos da via-férrea em relação à Rua Nossa Senhora Aparecida. (Imagem satélite – Google Earth).....	54
Figura 20 – Transição entre o espaço da Vila Nossa Senhora Aparecida e Vila Bürguer (Foto: CJSA/2009).....	55

Figura 21 - Vista tomada a partir da Rua Nossa Senhora Aparecida, onde ocorre o início da Vila Bürguer (Foto: CJSA/2009)	56
Figura 22 - Educação Ambiental com alunos e professoras (Foto: CJSA/1999)	77
Figura 23 – Produção artesanal do Grupo de Mães que se iniciou na Escola Municipal São Paulo (Foto: CJSA/2000.....	78
Figura 24 – Produção e geração de renda colaboração entre mulheres da Vila Pércio Reis e Vila Nossa Senhora Aparecida (Foto: CJSA/2003	83
Figura 25- A Velha Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis e a atual (Foto: CJSA/2005)	84
Figura 26 – Reunião de posse da nova diretoria da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida (22/05/08) (Foto: CJSA/2008)	89
Figuras 27 e 28 - Reunião com Coordenação do PAC Social, administração Valdeci Oliveira (20/08/08). (Foto: CJSA/2008)	90
Figura 29 – Sede da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida. Destaque para a situação da encosta (Foto: CJSA/2008)	100
Figura 30 – Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida reunião com representantes da Prefeitura Municipal, em (06/10/09). (Foto: CJSA/2009)	106
Figura 30.1 – Mapa apresentando a linha demarcatória da APP dos 30 metros (Produzido por Dalvana Brasil do Nascimento, dez./2009)	113
Figura 30.2 – Definição da área de APP (Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo de Santa Maria – 033/2005) . Fonte: ARCGIS	114
Figura 30.3 - Definição da área de APP – Lei Federal 7803/89. Fonte: ARCGIS	115
Figura 30.4 – Área Intermediária. Fonte: ARCGIS	116
Figura 31 - As Associações Comunitárias foram comunicadas sobre o projeto que visa a construção do Parque da Barragem?O	

que os moradores já ouviram falar a respeito? (Foto: CJSA/2008)	118
Figura 32 - Moradores e lideranças representando as Vilas Nossa Senhora Aparecida, Bürguer e Pércio Reis em reunião com a coordenação do PAC Social (20/08/08) (Foto:CJSZ/2008)	119
Figura 33 – Bairro Itararé: (A) Escola Xavier da Rocha (ao fundo, torre da Igreja Santa Catarina); (B) Vista do Morro Cechella a partir da rua da escola. (Foto: CJSA/2009)	123
Figura 34 – Reunião itinerante com o objetivo de focalizar alguns dos potenciais da <i>Montanha Russa</i> (08/01/09). (Foto: CJSA/2009)	125
Figura 35 – Chácara de criação de gado leiteiro. Pequena empresa familiar onde se produz leite para consumo local e sorvetes	126
Figura 36 – Reunião ocorrida na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis, em 18/04/09 (Foto: CJSA/2009)	128
Figura 37 – Rua Armando Ceccin: Caminhando em direção ao interior da Vila Pércio Reis, <i>Montanha Russa</i>	130
Figura 37.1 – Rua Armando Ceccin - Lado direito (Foto: CJSA/2009)	131
Figura 38 - Rua Armando Ceccin: Lado direito. (Foto: CJSA/2009)	132
Figura 39 – Rua Armando Ceccin: Lado direito – Ontem e Hoje (Foto: CJSA/1999/2009)	133
Figura 40 – Rua Armando Ceccin. (Foto: CJSA/2009)	134
Figura 41– Capela São Pedro; Casa paroquial; Cozinha comunitária; Atividades que acontecem aos sábados (Foto: CJSA/2009)	135
Figura 42 – Capela São Pedro e Escola de Educação Infantil Montanha Russa (ao lado); A Escola em evidência;) Do outro lado da rua, o Clube dos Cabos e Soldados. (Foto: CJSA/2009)	136
Figura 43 – Rua Montanha Russa (Foto: CJSA/2009).....	137
Figura 44 – Rua Montanha Russa: Próxima ao portão Sul da	

Barragem do DNOS ou do Rio Vacacaí-Mirim (Foto: CJSA/2009)	138
Figura 45 – Domínio da Barragem do DNOS, após atravessar guarita da CORSAN. (Foto: CJSA/2009)	139
Figura 46 – Diferentes ângulos da passarela, da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim – DNOS e da base do Morro Cechella.	140
Figura 47 - Trajeto percorrido pelo Grupo em direção ao topo do Morro Cechella. (Foto: CJSA/2009)	141
Figura 48 – Imagem de satélite indicando pontos de conexão de rede de turismo ecológico. (onte: Google Eart, 2009)	196
Figura 49 – Fotografia: Placa indicando roteiro da “Estrada do Perau”, que liga Santa Maria ao município de Itaara. (Foto: CJSA/2009)	197
Figura 50 – Vila Pércio Reis: O Interstício da Rede. Mapa das Áreas Especiais Naturais - Anexo 12 (Lei de Uso e Ocupação do Solo – Santa Maria/RS)	201
Figura 51 – Potencial natural e paisagístico da Montanha Russa (Foto: CJSA/2009 e Carmem Lorenci/1999).....	203
Figura 52 – Mosaico do cotidiano da <i>Montanha Russa</i> (Fotos: CJSA).....	215

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Ofícios da Assoc. Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida para Prefeitura Municipal de Santa Maria	232 233
ANEXO 2 - Matéria de Jornal – Desapropriação do Clube Náutico	234
ANEXO 3 – Cartas de Moradores da Vila Pércio Reis encaminhadas à Prefeitura	235 236
ANEXO 4 – Notificação apresentada pela Comunidade da Vila Pércio Reis, ao Ministério Público Estadual, pedindo providências para o desmoroamento da rua Armando Ceccin e alagamentos da Rua Montanha Russa, em dias de chuva	237
ANEXO 5 – Matéria de Jornal – Exercícios de Guerra na Vila Nossa Senhora Aparecida	238
ANEXO 6 – Contra-representação empoderadora	239

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I	
1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO:	25
<i>A irregularidade fundiária como traço significativo da Montanha Russa</i>	
1.1- Vila Nossa Senhora Aparecida: ocupação sócio-espacialmente segregada	40
1.2- Rua ou Vila Nossa Senhora Aparecida?.....	43
CAPÍTULO II	56
2 SOBRE O MÉTODO	56
2.1- O que é a metodologia da Investigação-Ação?	71
2.2- Como se opera a metodologia na construção dessa prática?	72
CAPÍTULO III	75
3 MOMENTOS DA PRÁTICA: Apresentando a trajetória do processo investigativo	75
3.1- Revendo a história do fazer colaborativo	75
3.2- Formação de um grupo investigativo de atuação política: Colaborando para a retomada das atividades da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida	84
3.3- Construindo novos moldes de comunicação com os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida: O panorama de representações que disputam as determinações deste momento do território	92
3.4- Que representações se valem da aproximação do momento de implantação do Parque da Barragem para se estabelecer nesse território? Que formas prometem criar? Que conteúdos pretendem esconder?	99
3.5- Como a representação da territorialidade vem sendo formulada e apropriada pela comunidade, numa condição marcada pela <i>irregularidade fundiária</i> ?	102

3.6- A prática investigativa orientada para o amplo contexto da <i>Montanha Russa</i>	116
3.7- A Alma da Vila:	
Os personagens vistos a partir de uma pequena fresta do cotidiano	145
CAPÍTULO IV	167
4 A Territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida	
4.1- Como a <i>irregularidade fundiária</i> incide concreta e abstratamente sobre a vida dos moradores?	167
4.2- Como a questão da <i>irregularidade fundiária</i> é vista pelos moradores?	171
4.3- Como a Vila Nossa Senhora Aparecida é representada no contexto da <i>Montanha Russa</i> e da cidade de Santa Maria?	174
CAPÍTULO V	
5 O não direito ao espaço e seu papel na produção da pobreza: O pobre tem fome de quê?	177
5.1- A segregação sócio-espacial em ritmo de compasso com o processo de urbanização brasileira	179
5.2- A política habitacional brasileira e o seu papel no enredamento das cidades para um processo de periferização e favelização	181
5.3- O contexto nacional e global: avanços e recuos do Movimento pela Reforma Urbana	184
5.4- Quem fala por ti?.....	188
CAPÍTULO VI	
6 A implantação do Parque da Barragem: “de costas” para a <i>Montanha Russa</i>	193
6.1- Tecendo as primeiras conexões	197
6.2- Re-configurando os territórios	199

6.3- Que concepções estão implícitas nas decisões e ações que redefinem o território e o entregam ao controle de uma racionalidade de mercado?	203
6.4- A parte que nos toca de uma realidade marcada pela <i>irregularidade fundiária</i> vivenciada pelo “outro”: O ponto em que somos iguais!	205
6.5- Dois lugares, duas formas de exclusão: “O interstício da rede” e o “dá licença que a rede precisa passar”	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226
ANEXOS	231

INTRODUÇÃO

Neste momento de minha formação profissional, busco conciliar os referenciais construídos até aqui, com o instrumental conceitual da geografia no intuito de dar foco, a partir desta pesquisa à realidade dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida - *Montanha Russa*, localizada em Santa Maria/RS, de modo a compreender as *relações de poder que se estabelecem a partir da fragilidade do direito ao território*, numa condição marcada pela *irregularidade fundiária*, enquanto questão que define e rege múltiplos problemas da vida cotidiana dessa comunidade.

Para essa análise reúno contribuições como as de Raffestin (1993: p.18) para quem “o poder político é congruente a toda forma de organização” e não apenas uma atribuição do Estado. Fundamento minhas análises a partir de uma concepção de geografia que compreende o território não como um “dado *a priori*”, mas como uma construção social (Martins, 2007). E neste sentido, entendo-o como “definido e delimitado por e a partir das relações de poder Souza (1995: p.78).

Assim, emprega-se como compreensão de *território* o conceito sintetizado por Saquet (2007: p59): “(...) como o espaço ocupado, apropriado e controlado; produto de relações sociais (...)” e portanto, das relações de poder.

Para efeito de contextualização, será necessário esclarecer que essa proposta de pesquisa realizada a partir de minha inserção no Programa de Mestrado em Geografia da UFSM, decorre de uma experiência anterior, que envolveu uma interação com os sujeitos da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo (EMSP) e da comunidade, em função de um processo de busca de formação em Educação Ambiental, entre os anos de 1999 a 2002. A partir daquele momento, desenvolvi um projeto de pesquisa participante, que envolvia um processo de investigação dos problemas socioambientais vivenciados pelos alunos da (EMSP), *Montanha Russa*. Sob a influência da referida Escola, extinta no ano de 2008, estavam preferencialmente, alunos oriundos de territorialidades que ocupam os espaços segregados da Vila Nossa

Senhora Aparecida (encosta do Morro Cechella) e das demais áreas irregulares do entorno da Vila Pércio Reis (margens da via-férrea e da sanga), argumento que a um só tempo justificava e produzia:

- a evasão dos alunos provenientes das famílias de classe média e das áreas regularizadas da Vila Pércio Reis (base do Morro), o que contribuiria para definir a escola a partir do perfil de sua clientela, já que atenderia quase exclusivamente, crianças e jovens provenientes dos espaços segregados da *Montanha Russa*;
- a estigmatização dos alunos provenientes desses espaços e a condição da Escola como última prioridade dos investimentos públicos municipais.

Tal situação certamente contribui para aumentar a vulnerabilidade social dessa população, expressa pela evasão e pelas repetências crônicas, à medida em que colocava justamente os alunos que mais carecem do suporte escolar, à mercê dos problemas advindos da alta rotatividade de professoras suplentes, que além de dividir seu trabalho diário com duas ou mais escolas, a cada ano eram substituídas por outras profissionais.

Esse sistema de contratação embora seja vantajoso do ponto de vista econômico é por outro lado, altamente impeditivo da formação de uma equipe docente no trabalho escolar. Compreendendo que o tempo para envolvimento com a realidade escolar seria um dos melhores meios de se produzir a oportunidade dessas profissionais conhecerem os alunos, as famílias, o lugar, o modo de vida, os problemas e as potencialidades propondo estratégias colaborativas para superar as dificuldades e avançar no processo de aprendizagem com uma abordagem contextualizada e significativa, respaldada numa percepção diferenciada da realidade.

Decorre de toda essa conjugação de fatores, aliada a outros interesses, a perda inestimável desse espaço público (o espaço escolar da EMSP) que inadvertidamente, a comunidade da Vila Pércio Reis foi abrindo mão e que somente agora, alguns de seus atores recobram a reflexão do significado de sua ausência.

A situação sinteticamente relatada acima seria uma das manifestações do conflito socioambiental, no tocante a esse antigo espaço de convivência e de sociabilidade, representado pela escola, enquanto parte constitutiva da

territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Então, ao remeter essa proposta de pesquisa participante a um esforço de Educação Ambiental (EA), começo reconhecendo a presença de um campo polissêmico, em que existem diferentes representações e interpretações do que seja o ambiental e mesmo, do que seja a educação.

Daí que, o fato de não estar desenvolvendo práticas educativas dentro do espaço escolar e formal não reduz o conteúdo educativo, que se produz na interação e no diálogo com alguns atores desse contexto, junto com os quais se propõem investigar questões identificadas por eles próprios como relevantes para a melhoria de suas condições de vida, com a intencionalidade clara de construir a auto-determinação comunitária, quando propostas hegemônicas sinalizam para outra direção.

Nesse processo de diálogo e de encontro com o outro, neste espaço e tempo de compartilhamento característico do que se denomina como alteridade, raramente ocorre sem que as partes envolvidas tenham vivências que agreguem conhecimentos significativos. De modo que esse plano relacional é também o plano das possibilidades de transformação das práticas cotidianas, à medida em que se revela como espaço de produção das subjetividades, enquanto processos coletivos. Compreende-se aqui, que o diálogo enquanto prática relacional opera situações produtoras de sentido e portanto, produtoras do mundo. Essa é a concepção de Freire (1977: p.112) para quem: “O diálogo não é um simples pronunciar o mundo, mas um processo de criação do mundo”.

Neste sentido, a pesquisa participante por meio do processo investigativo envolve “idas e vindas” a instituições públicas, contatos com diferentes atores e representações, visando a busca de informações e tendo como intencionalidade a mudança objetiva de uma condição que está posta, no discurso das práticas sociais dominantes, como terminal.

Nesses atos pode-se reconhecer o sentido educacional sendo construído à medida em que, junto com a temática que emerge da situação existencial desse morador, suscitam-lhe novas questões, instigando-o a conhecer outras representações, regras institucionais, legislações e a pensar caminhos que lhes resguardam o direito a uma existência digna. Neste sentido, Freire (1986)

defende que o educador dialógico é aquele que sem desconsiderar os conceitos, reflete sobre como empregá-los na mediação do diálogo com as classes populares, prática bastante distinta daquela que insere saberes estranhos à concreticidade dos fatos e portanto, excessivamente apegada a uma atuação bancária e conteudista.

De modo que, a comunicação com os moradores é importante, não porque deles podemos “extrair” o que nossa ciência está ávida em conhecer; mas porque se acredita que embora o objetivo seja contribuir para a solução de problemas de ordem prática, o trilhar desse processo muda o entendimento dos participantes e qualifica as novas ações levadas à prática. A partir dessa compreensão, procura-se realizar esse processo de investigação de forma colaborativa porque acredita-se que tais ações têm o poder de produzir transformação não somente da situação concreta e imediata, mas da própria visão de mundo dos participantes (Ângulo, 1990).

Neste sentido, ficaria difícil pensar em outro campo de atuação senão a Educação Ambiental, de onde provêm as principais referências que trago de minha formação acadêmica, bem como de minha trajetória prática e profissional que vem ocorrendo preferencialmente, a partir desse campo de ação.

Para dar sentido crítico à análise deste trabalho, busco o conteúdo político da Educação Popular Freireana, procurando explicitar que ao contrário de uma abordagem centrada num enfoque comportamental, ou nos elementos físicos e naturais do espaço geográfico escolho compreender a relação sociedade e natureza através das práticas sociais ou dos processos imanentes ao campo cultural e político. Com base nessas idéias fundamentais desenvolvo esse trabalho que se compõe das seguintes considerações:

No primeiro capítulo remeto-me ao expressivo potencial natural e paisagístico que caracteriza a área de estudo, descrevendo os principais aspectos materiais da realidade das coletividades que territorializam essa porção do Bairro Itararé conhecida como *Montanha Russa*. A partir dessa descrição torna-se possível notar como o problema da *irregularidade fundiária* perpassa a realidade do lugar, à medida em que expressa a tendência de ocupação das áreas de preservação existentes nesse entorno. Nos sub-itens

desse capítulo procuro aproximar o foco da realidade da Vila Nossa Senhora Aparecida, demonstrando a materialização do processo de segregação sócio-espacial que ocorre em função de sua condição irregular.

A partir do segundo capítulo discorro sobre o suporte teórico e conceitual da geografia nesse estudo de caso, que envolve a discussão da questão da irregularidade fundiária, como situação geradora da segregação sócio-espacial e fomentadora da pobreza urbana demonstrando que aliar o conhecimento geográfico a uma metodologia que permita o agir da prática, poderia ser o modo da geografia, enquanto ciência social vir a contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades, onde os geógrafos desenvolvem suas pesquisas.

O terceiro capítulo é dedicado aos “momentos da prática”, a partir do qual apresento a trajetória desse processo investigativo, com um breve relato dos primeiros passos da pesquisa participante que se iniciou em 1999, envolvendo escola e comunidade. A partir de então, o foco do trabalho dirige-se para o período atual, que envolveu esforços de formação de um grupo investigativo de atuação política, a partir do incentivo à organização e à retomada dos trabalhos da diretoria da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida. As análises possibilitadas a partir do processo investigativo aparecem nesse capítulo, onde procuro descrever o panorama das representações em disputa neste território. No sub-item intitulado “A alma da Vila”, procuro dar enfoque a aspectos gerais que envolvem a vida cotidiana de algumas das famílias com as quais estreitamos o diálogo. Neste sentido, fez-se necessário o cuidado de alterar os nomes das pessoas visando protegê-las de qualquer forma de exposição. Por fim, discorro sobre outra frente da prática investigativa que extrapolou o espaço da Vila Nossa Senhora Aparecida, envolvendo o amplo contexto da *Montanha Russa*.

Tomando como referência o caso concreto da Vila Nossa Senhora Aparecida procurei demonstrar, no quarto capítulo, que a interligação entre os aspectos da esfera político-institucional com os aspectos da esfera psicológica e social é de tal natureza, que se revela capaz de estabelecer um sistema simbólico de referência, que de todos os modos influi sobre as representações

que produzem e reproduzem a vida do lugar. A partir dessas reflexões, procuro neste momento, compreender como a *irregularidade fundiária* incide concreta e abstratamente sobre a vida desses moradores.

No capítulo cinco, discuto que a *irregularidade fundiária* pode ser vista como um dos problemas desencadeantes do aprofundamento da pobreza, uma vez que é um correlato da segregação sócio-espacial nos centros urbanos, onde se acumulam os problemas socioambientais e portanto, onde se evidenciam as ausências geradas pela “falta do direito à cidade”. Para demonstrar essa premissa fundamental que orienta todo esse trabalho de pesquisa participante, reporto-me à sócio-história dos processos produtores da segregação socioespacial das cidades brasileiras, entendendo-os como elementos indispensáveis para se compreender a origem da pobreza no Brasil.

Tendo em vista a realidade em questão, procuro discutir, no sexto capítulo, a relação entre espaço e política, a partir do viés de uma reflexão que tange os interesses subsumidos no contorno das decisões técnicas, que agem como instrumento das práticas sociais dominantes para a escolha, dentre tantos outros, daqueles lugares eleitos a integrar a rede. De modo que, nesse capítulo, satisfaço a necessidade de refletir neste trabalho, sobre a temática que perpassa a questão do território dotado de “valor” ambiental. Compreendendo que hoje, pela via do mercado, o slogan “ambiental e turístico” vem assumindo a condição de carro-chefe da nova via de desenvolvimento, imantada pelo contraditório discurso da “sustentabilidade”. A consideração que se pode realizar a partir desta afirmação é que na realidade, essa tem sido a mais nova forma de dominação, que se instrumenta de uma visão técnica que concebe o espaço como “tábula rasa”, em negação à sociedade que o concretiza: privilegiando a dimensão econômica e facultando seus promotores a decidir em nome da maioria, eliminando o trabalho de incorporar o direito de participação popular.

Ainda neste capítulo, demonstro que para se fazer justiça à realidade do território, o futuro empreendimento do Parque Municipal da Barragem precisaria de um projeto que levasse em consideração a incorporação da *Montanha*

Russa, pois além desta possuir o nome do histórico e esquecido Parque que ali existiu no início do século passado, configura-se como uma das vias de acesso à Barragem do rio Vacacaí-Mirim ou do DNOS, através do portão sul que encontra-se dentro de seus domínios. Além disso, encontra-se emoldurada por áreas de preservação ambiental e ao que tudo indica, contará com uma RPPN (Reserva do Patrimônio Particular Natural) em seu território.

Ao problematizar essa realidade surgem as seguintes questões, que servem para dar conformação ao objeto de estudo:

Como a fragilidade do direito ao território se espacializa e em que medida, determina outras esferas da vida cotidiana obstaculizando o acesso aos direitos sociais, políticos ou legais?

Como a representação da territorialidade vem sendo formulada e apropriada pela comunidade, numa condição marcada pela *irregularidade fundiária*?

Até que ponto, esse esforço de pesquisa participante influi na passagem de uma condição passiva para uma atuação ativa e crítica?

Que condições permitem a comunidade posicionar-se, diferentemente das representações hegemônicas que estão postas como verdade, para este contexto?

Como o discurso socioambiental vem sendo formulado e apropriado pelos diferentes atores que se aproximam com propostas e projetos para a comunidade? Que propósitos estão inscritos com a chegada desses novos atores (instituições, ONGs, universidade, políticos, voluntariado, etc)?

Fala-se em gestão pública quando se pensa nos instrumentos da democracia que estão à disposição dos cidadãos, garantindo a estes o

direito de participação da administração pública e o direito dela exigir não apenas a participação por meio do voto, mas a participação enquanto construtor da própria elaboração dos processos e das normas de regulação das atividades sociais.

Com a presença do argumento ambiental o conceito de gestão para a sustentabilidade deveria significar o fortalecimento desses princípios a partir da formulação de uma agenda pautada na construção de espaços de diálogo e de expressão da cidadania, garantindo que a justiça ambiental e social se fizesse ocorrer no pensamento político e econômico e portanto, no agir administrativamente.

Com base nessa compreensão, como pode ser possível falar em gestão pública ou sustentável sem que os atores da esfera administrativa resguardem minimamente, o devido respeito ao direito de informação que à coletividade deveria estar assegurado, especialmente, naquilo que se refere ao destino de seu território e por conseguinte, de sua própria existência?

Tais questionamentos emergem de situações que envolvem questões como: a irregularidade fundiária da Vila Nossa Senhora Aparecida, frente ao eminente processo de remoção anunciado por atores do Poder Público Municipal, a premente construção do Parque da Barragem e ao esquecido histórico do antigo Parque Montanha Russa. Esses são os principais temas desse processo de pesquisa participante que tem como área de investigação, a Vila Nossa Senhora Aparecida, situada numa porção do Bairro Itararé conhecida como *Montanha Russa*, setor nordeste da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Tendo em vista essa realidade, pretendo tomar como objeto de discussão e análise **as relações de poder que se estabelecem a partir da fragilidade do direito ao território**. Para tal focalizo as práticas cotidianas, dos atores envolvidos neste contexto. Especialmente, aquelas suscitadas no bojo do processo investigativo que se estabeleceu a partir da busca de se conhecer, junto com os moradores, os planos do Poder Público Municipal para o território representado pela *Montanha Russa* e mais particularmente, para a Vila Nossa Senhora Aparecida.

Do ponto de vista prático, tal processo investigativo é mediado com a intencionalidade de:

- Construir investigativamente, o entendimento quanto à verdadeira natureza dos problemas locais;
- Contribuir para a identificação de contra-afirmações que defendam os interesses do bem comum;
- Propiciar a ampliação da percepção quanto a existência dos valores e potenciais do lugar;
- Favorecer oportunidades de se produzir um olhar mais crítico quanto os verdadeiros interesses ocultados pela manutenção dos problemas e pelo pretense abandono do lugar;
- Propiciar a superação de uma percepção calcada em mitos e preconceitos;
- Discernir dentre toda diversidade política e cultural, aquilo que denominaria como “o ponto de contato”, o elemento de síntese ou o plano de criação e de engendramento das práticas das territorialidades demarcadas, possibilitando o afloramento dos aspectos que delineiam a identidade da *Montanha Russa*; à medida em que se procura contribuir, através desse processo investigativo para trazer ao púlpito da comunidade questões identificadas como significativas para a vida dos moradores e para o destino da *Montanha Russa*.

Neste sentido, pretendo evidenciar que as análises e as reflexões são possibilitadas não apenas pelo suporte teórico e conceitual que as fundamentam, mas também pela conduta prática, própria do processo investigativo, que envolve a busca de **contribuir com a comunidade local** (os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, num primeiro plano; e das demais territorialidades) até o ponto em que seja possível, a realização da proposta de colaborar com essa população na investigação de suas questões mais caras ou aquelas que têm um efeito prático sobre as suas condições de vida.

CAPÍTULO I

1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A *irregularidade fundiária* como traço significativo da *Montanha Russa*

As coletividades da Vila Nossa Senhora Aparecida e Vila Pércio Reis, localizadas na *Montanha Russa*¹, expressam distintas territorialidades cujos atores, processos e ações serão considerados nos capítulos a seguir. Neste momento, pretendo ater-me à distinção da materialidade dos principais territórios demarcados nesse espaço geográfico.

A Vila Nossa Senhora Aparecida caracteriza-se por tratar-se de uma ocupação situada no flanco leste do Morro Cechella e provida de infra-estrutura urbana incompleta (descrição mais detalhada no texto a seguir). A Vila Pércio Reis situa-se na área de contorno da base do Morro Cechella, apresentando-se emoldurada por este, pela via-férrea e pela barragem do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) ou do rio Vacacaí-Mirim (Ver figuras 1 e 2). Dentre as diferenças existentes entre ambas, consta como principal o fato de que a Vila Pércio Reis é uma área servida de infra-estrutura urbana completa.

¹ A designação de *Montanha Russa* (nome da rua que dá acesso ao portão sul da barragem do DNOS e que hoje denomina também, o caminho da taipa da barragem – ver figura 4) conserva o nome do “lendário” parque que existiu nesta área, entre as décadas de 1910 e 1920. Hoje, o parque retorna à lembrança de um público maior por força da edição do livro de fotografia que comemora os 150 anos da cidade de Santa Maria; e também, em função da proximidade do momento de implantação do “Parque da Barragem do DNOS” que ocorre sem fazer menção a esse passado. A partir de matéria publicada no Jornal “A Razão”, de 04/01/02, sob autoria de Fernando Floresta pode-se visualizar a **antiga delimitação** da área conhecida como *Montanha Russa*: “(...) compreendida entre a rua Euclides da Cunha e encostas da BR-158, tendo por base a Vila Schirmer e a Barragem do DNOS (...)”(Ver figura 4). Hoje, a linha do ônibus que serve a essa porção do Bairro Itararé, tem o nome de *Montanha Russa*, de modo, que fica na representação dos moradores e da população em geral, que a *Montanha Russa* está constricta ao flanco leste do Morro Cechella (Vila N.S.Aparecida e possivelmente incorporando a Vila Bürger) e a área da base do Morro, representada pela Vila Pércio Reis.

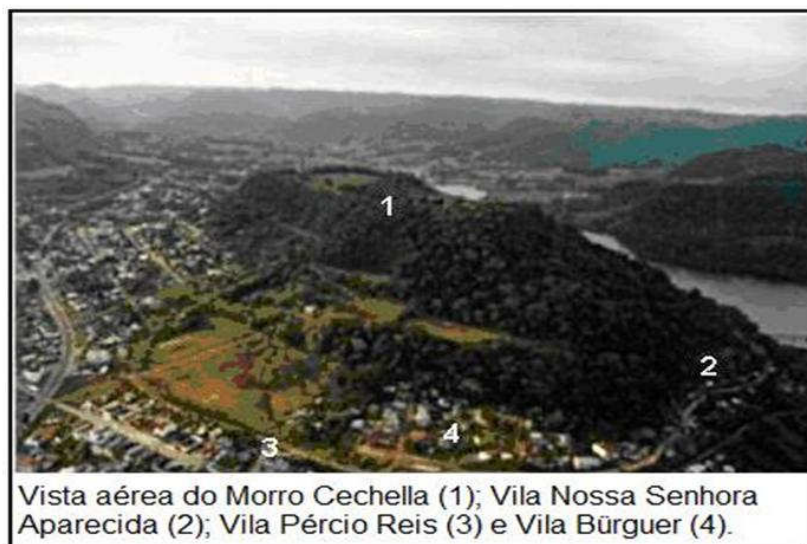


Figura 1 – Foto aérea: Principais territorialidades da *Montanha Russa*.
(Fonte: Base Aérea/2002)

Tais coletividades estão inseridas num espaço onde outrora, nos idos anos 10 e 20, do século passado, existiu o *Parque Montanha Russa*, que ainda hoje, dá nome ao lugar, mas cuja memória foi perdendo-se com o tempo. De modo que, um processo de abandono e estagnação do lugar vem se instalando e se aprofundando ao longo das últimas décadas, podendo ser identificado a partir da dinâmica de uso e ocupação de áreas de preservação ambiental, por famílias sem opção de onde morar. Entretanto, pode-se observar que aos poucos, amplia-se a consciência entre aqueles que habitam o lugar quanto à necessidade de renovação da percepção de seu verdadeiro valor.

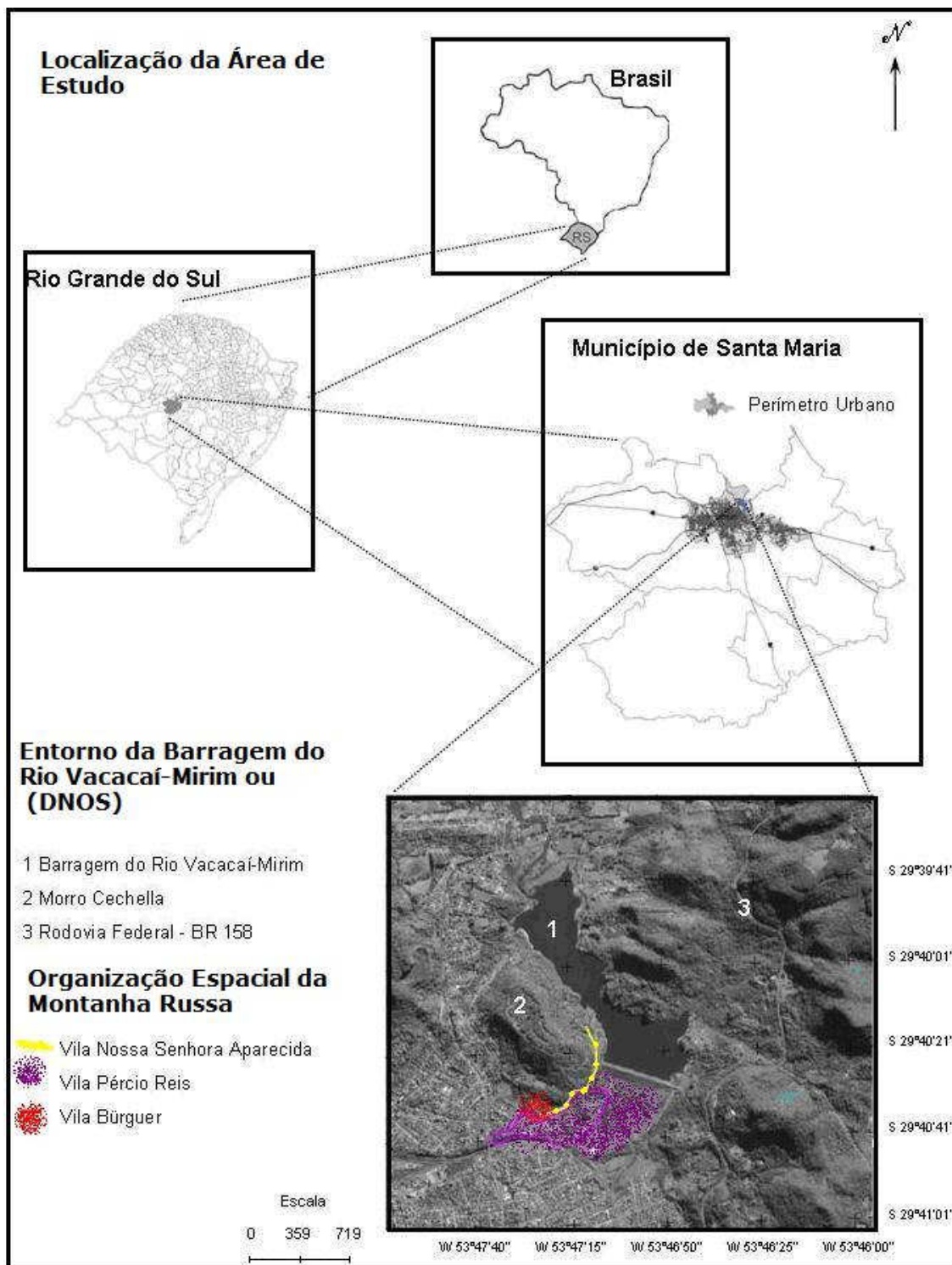


Figura 2 – Entorno da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim ou DNOS e Organização Espacial da Montanha Russa. (Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria e Google Earth - 2009). Trab. técnico: Dalvana Brasil Nascimento (DBN)

Acontecimentos importantes são emblemáticos desse momento em que se depara com a perspectiva da construção do Parque da Barragem do Rio Vacacaí ou do DNOS, o que nos faculta comunicar o significado deste espaço ser parte inerente à “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica” - RBMA, domínio definido pelo Decreto Federal Nº 750/93 e pelo Edital de Tombamento da Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados (Ver fig. 3).

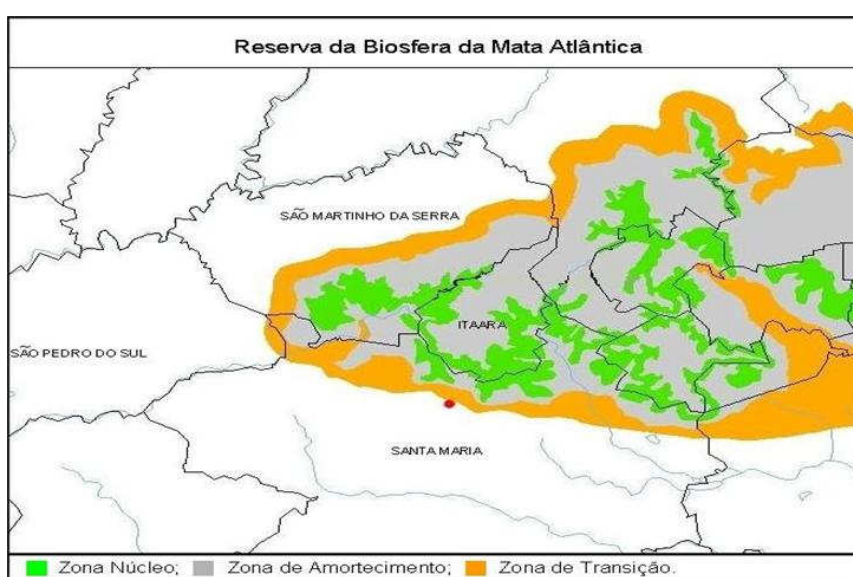


Figura 3 - Mapa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Fonte: FEPAM (modificado – DBN).

Vindo desenvolvendo um processo de pesquisa participante, identifiquei a *irregularidade fundiária* como questão-chave desse lugar conhecido como *Montanha Russa*, à medida em que essa problemática, de uma forma ou de outra, em menor ou maior grau, perpassa a realidade de cada uma das territorialidades constituintes dele: Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Pércio Reis e até mesmo, a da Vila Bürguer. Sobre esta última, o leitor poderá notar poucas referências a ela, ao longo do trabalho. Isso ocorre, em função da

própria dinâmica do processo investigativo que envolveu contatos esporádicos com os atores representantes dela.

A partir da observação do arranjo espacial do entorno da Vila Pércio Reis (situada na parte mais plana, localizada no sopé do Morro Cechella); nota-se a presença de duas porções distintas (Ver fig. 4):

→ a via principal ou passarela de entrada e saída da *Montanha Russa*, representada pela Rua Armando Ceccin:

Esta bifurca-se nos primeiros duzentos metros, dando origem à Rua Tapes, a partir da qual tem-se o acesso para as Vilas Bürguer e Nossa Senhora Aparecida. Ambas as ruas (Ceccin e Tapes) percorrem paralelas entre si e ao curso da via-férrea, separadas uma da outra, por uma única quadra. Assim, em apenas duas quadras de extensão, a Rua Tapes finda-se na esquina de uma pequena travessa sem calçamento, que vai de encontro com a Rua Armando Ceccin. Justamente nesta esquina, está localizada a Associação Comunitária da Vila Pércio Reis. Na seqüência, a Rua Armando Ceccin percorre uma única quadra, em cuja esquina se principia a Rua Montanha Russa - que a partir de então, segue em direção ao portão sul da Barragem (Ver figura 4).

→ a área contígua à antiga várzea do Rio Vacacaí-Mirim, Rua Montanha Russa:

Esta passa em frente às principais instituições locais (clube, escola, igrejas) e também, às pequenas chácaras existentes no lugar, atravessa o portão Sul da Barragem do DNOS e percorre toda a taipa da barragem. Geógrafos experientes vêem a Vila Pércio Reis como área de impacto da barragem, já que está abaixo do nível da parede de taipa que faz a contenção do manancial;

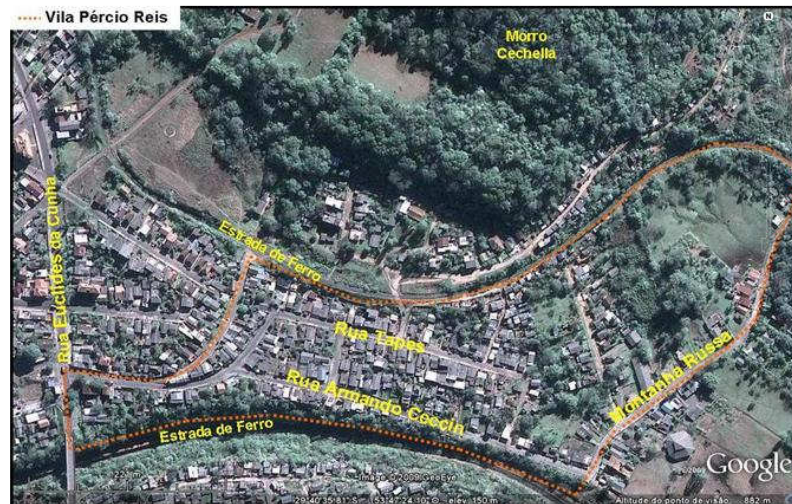


Figura 4 –Acesso à *Montanha Russa*: Rua Euclides da Cunha. Depois de ultrapassada a ponte sobre a estrada de ferro, entra-se na Rua Armando Ceccin (à direita).
 Montagem: Carla Juny Soares Azevedo (CJSA).
 Trab. técnico: Dalvana Brasil Nascimento (DBN).

A *Montanha Russa* apresenta em seu conjunto um imenso potencial natural e paisagístico que lhe conferem o Morro Cechella, os demais morros do entorno e a barragem do Rio Vacacaí-Mirim (DNOS). Contudo, como já se disse, é também um lugar perpassado pelos problemas relativos à *irregularidade fundiária*, presentes principalmente, nas áreas de preservação desse entorno: ao longo dos trechos da via férrea, nas encostas dos morros e às margens de cursos d'água.

Em linhas gerais, a *Montanha Russa* é um lugar visivelmente composto por diferentes territorialidades. Dentre elas há um expressivo segmento de famílias de classe média, cuja maioria pertence a um grupo de baixa renda, nas quais ao menos um membro da família é trabalhador assalariado ou aposentado. É na Vila Pércio Reis que esse grupo social é mais expressivo numericamente e esta pode ser considerada, geograficamente falando, a maior e mais significativa porção da *Montanha Russa*. Mesmo assim, pode-se percorrê-la toda a pé, em questão de minutos, e assistir a uma certa semelhança no perfil de construção de suas moradias, que de um modo geral, têm o aspecto de auto-construções (ver figura 5).



Figura 5 – Rua Armando Ceccin – lado esquerdo
Padrão de construção da área regularizada fundiariamente: Casas de alvenaria, umas ocupando todo o terreno; outras, com espaço para jardins.
Sendo a maioria produto da auto-construção.
(Foto CJSA/2009)

Dentre as famílias de classe média há também o segmento de proprietárias de pequenas chácaras localizadas na Rua Montanha (Ver figura 6).



Figura 6 – Rua Montanha Russa, em direção ao portão sul Barragem do DNOS, local onde estão situadas pequenas chácaras.
(Foto: CJSA/2009)

Na Rua Montanha Russa também estão concentradas as principais instituições do local: Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa, Igreja São Pedro, Clube dos Cabos e Soldados e Igreja Anglicana, respectivamente (ver figura 6.1). Neste sentido, esta pode ser considerada a porção nobre da Vila Pércio Reis e por conseguinte, da *Montanha Russa*

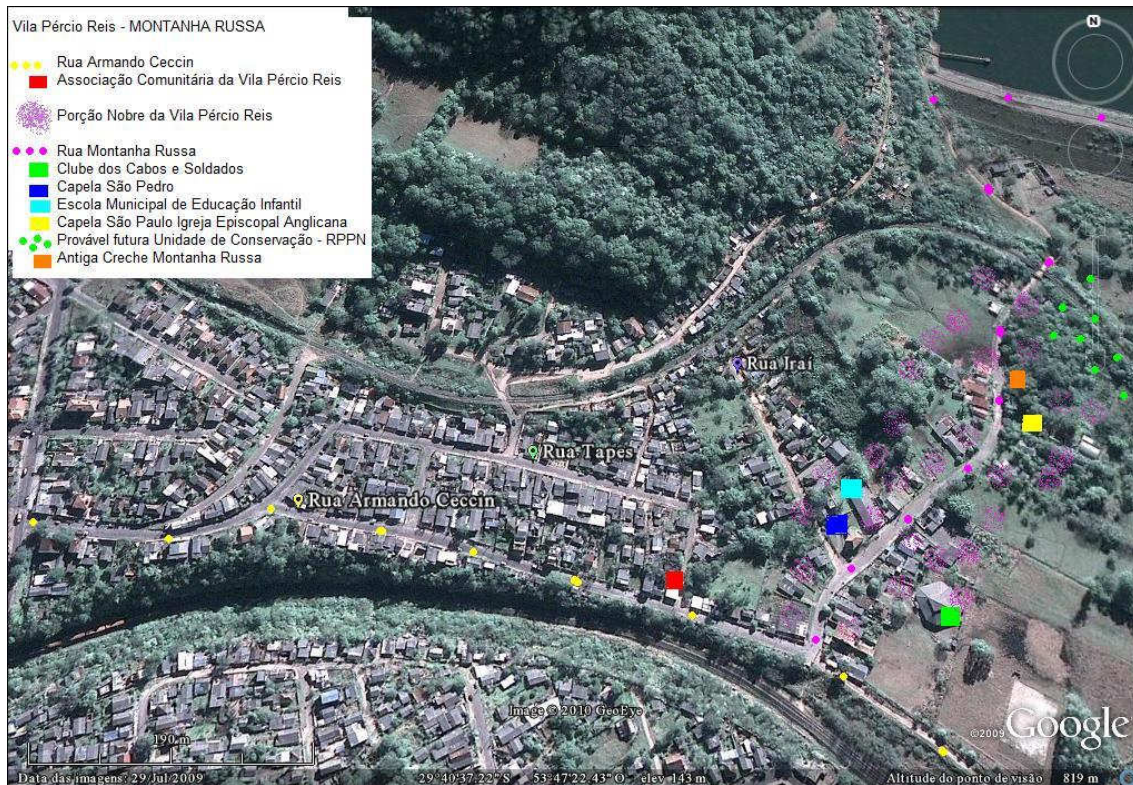


Figura 6.1- Rua Montanha Russa: Porção Nobre da Vila Périco Reis

Direcionando o olhar para as famílias que ocupam as áreas irregulares pode-se inferir que algumas delas, além de viverem em uma situação de vulnerabilidade social provavelmente, estejam imersas numa condição imobilizante de pobreza. Esse é o caso da maioria das famílias moradoras das áreas de uso e ocupação irregular para as quais não há, até o presente momento, nenhum plano de remoção. Tais famílias compõem as coletividades que ocupam terrenos ao longo da Rua Armando Ceccin; à margem da sanga tributária do Rio Vacacaí-Mirim; ao longo da linha-férrea e às margens da Barragem.

→ A ocupação formada ao longo da Rua Armando Ceccin, no lado direito de quem se dirige para o interior da *Montanha Russa* (Ver figuras 7 e 7.1);



Figura 7- Moradias construídas ao longo da Rua Armando Ceccin sobre a encosta que margeia a via-férrea.
(Foto: CJS/2009)

Esse conjunto de moradias ilustrado a partir da foto acima (figura 7) encontra-se assentado sobre o barranco; cuja escarpa, na maioria dos casos, fica situada bem rente à área de fundos destas casas.

O tráfego da Rua Armando Ceccin segue paralelo à área onde passa a linha do trem, porém os trilhos estão situados a alguns metros abaixo da mencionada rua, no fundo de um vale escarpado, resultante da provável escavação de um antigo morro, que atualmente, separa a Vila Pércio Reis da Vila Schirmer (ver foto 7.1).

Na margem constituída pela Vila Pércio Reis, a Rua Armando Ceccin, enquanto via principal de entrada e saída da *Montanha Russa* percorre paralela à linha do trem, mesmo depois que ultrapassa o ponto de encontro com a Rua Montanha Russa (ver figura 7.1). Apesar de que, daí por diante, prossiga sem arruamento definido (ver figura 7.1 – B).



Figura 7.1– Esquina da Rua Armando Ceccin c/ Rua Montanha Russa, em duas perspectivas:
 (A) Margem da encosta, situada na Vila Schirmer; (A1) Destaque para o dinâmico processo de ocupação dos vazios ou áreas de preservação (Foto: CJS/2002);
 (B) Encontro entre as duas ruas, visto a partir da Rua Armando Ceccin. (Foto:CJS/2010)

→ A ocupação formada ao longo da sanga tributária do Rio Vacacaí-Mirim;



Figura 8 – Dois momentos da existência da ocupação das margens da sanga tributária do Rio Vacacaí-Mirim.

(A) Foto: CJS/1999;

(B) e (C) Fotos: CJS/2006.

→ A coletividade que ocupa as margens da linha férrea, que corre paralela à Vila Nossa Senhora Aparecida, porém, alguns metros abaixo, na base do Morro Cechella;

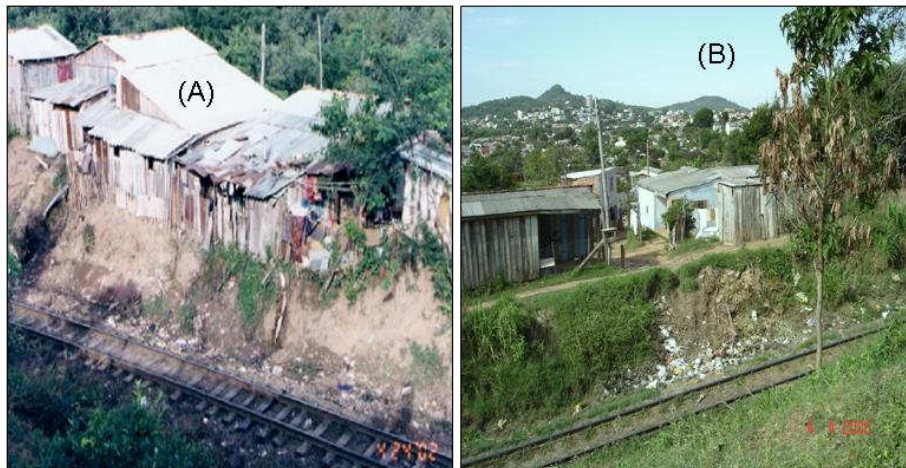


Figura 9 – Moradias assentadas às margens da via-férrea, base do Morro Cechella.

(A) Foto: CJSA/2002;

(B) Foto: CJSA/2006.

→ A coletividade formada pelas famílias que ocupam as margens da Barragem do DNOS ou do Rio Vacacaí-Mirim, que por muitos é considerada como parte da Vila Nossa Senhora Aparecida (ver figura 10), contudo pode ser considerada um tanto quanto distinta desta. Não somente por estar fora do âmbito do arruamento da Vila, que encontra-se alguns patamares acima, mas também porque a rotatividade dessas ocupações tende a ser muito maior da que geralmente, se encontra na Vila Nossa Senhora Aparecida e ainda, porque esses moradores sequer dependem de trilhar o caminho da Vila, embora isso seja possível. Contudo, se o morador pretende deixar sua casa para ir ao centro da cidade ou para levar a criança à Creche, certamente, dará preferência à passagem pela Vila Pércio Reis.



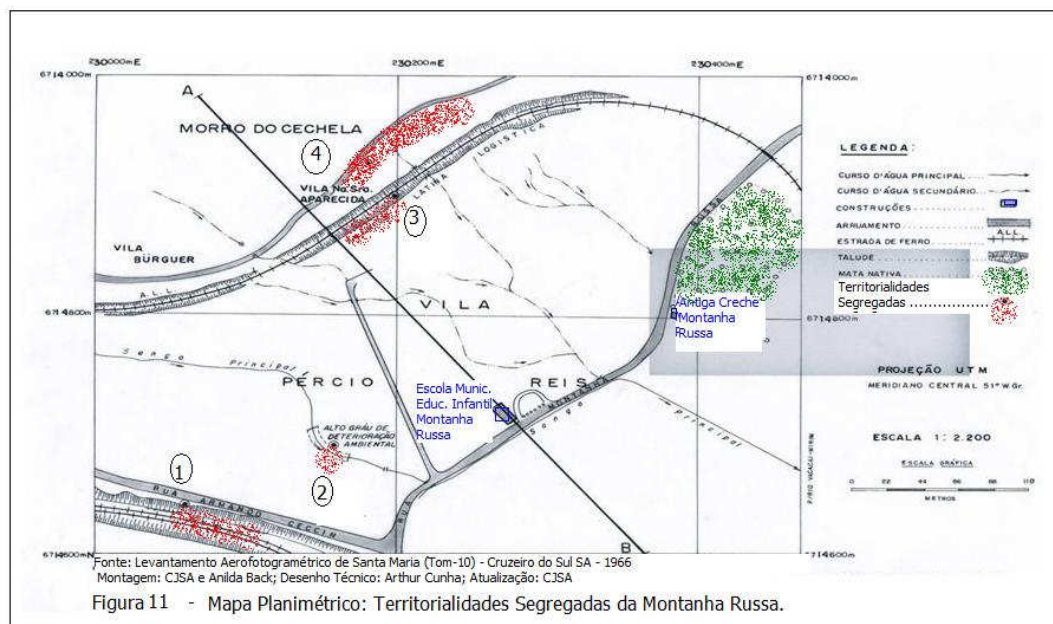
Figura 10 – Ocupação da área situada às margens da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim ou DNOS.
(Foto: C.JSA/2006)

→ E por fim, como exemplo de área irregular pode-se citar o caso da Vila Nossa Senhora Aparecida, considerando que o tempo de residência de algumas famílias no local vem produzindo um enraizamento pouco comum nas demais territorialidades descritas, uma vez que já se conta a 5ª geração de algumas dessas famílias.

Contudo, pode-se encontrar entre as coletividades ou territorialidades acima descritas, algumas famílias que se encontram assentadas há, pelo menos, mais de 10 anos.

O mapa planimétrico apresentado a seguir (figura 11) indica a posição geográfica das principais ocupações que dão sentido às territorialidades segregadas comentadas acima, dentre elas:

- (1) A ocupação assentada no limiar da Rua Armando Ceccin;
- (2) A ocupação que se formou ao longo da sanga tributária do rio Vacacaí-Mirim;
- (3) A ocupação das margens da linha férrea que corre paralela à Vila Nossa Senhora Aparecida;
- (4) A ocupação que dá expressão à territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida.



A seguir, apresento uma descrição mais detalhada da situação da Vila Nossa Senhora Aparecida a partir da qual pretendo dar foco a esta pesquisa.

1.1 – A Vila Nossa Senhora Aparecida, enquanto ocupação sócio-espacialmente segregada

Dentre os espaços de segregação da *Montanha Russa* encontra-se a Vila Nossa Senhora Aparecida constituída por uma única via, onde passava um antigo ramal da linha férrea (ver figura 11.1).

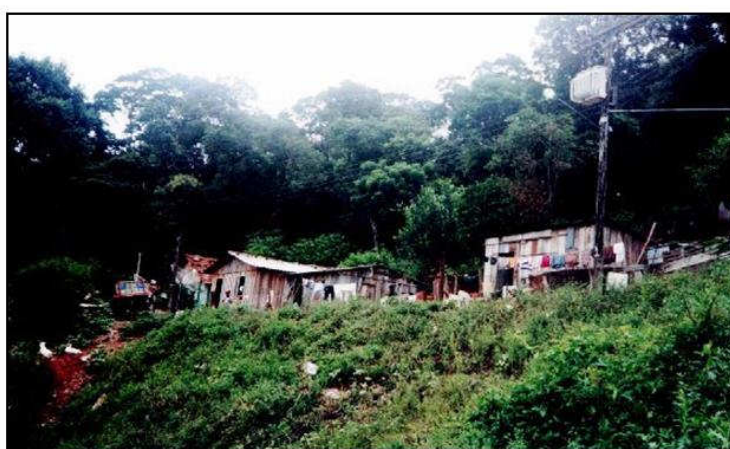


Figura 11.1 – Vila Nossa Senhora Aparecida em zoom da câmera fotográfica, a partir da Vila Pécio Reis.
(Foto: CJSJA/2000)

Embora seja possível identificar um certo grau de rotatividade na ocupação de algumas moradias pode-se considerar que a Vila Nossa Senhora Aparecida caracteriza-se pelo fato (ver figura 11) de que há um número expressivo de famílias que aí residem há 20, 30 anos; e algumas, há até mais de 40 anos. Ainda assim, a Vila Nossa Senhora Aparecida permanece servida por uma infra-estrutura incompleta podendo-se encontrar pelo menos, 20 moradias sem acesso à água potável.



Figura 11.2 – Vila Nossa Senhora Aparecida: Existente desde fins da década de 1970.
(Foto: CJS/A/2008)

Tal situação de abandono vem sendo explicada a partir de diferentes argumentações. Durante a administração pública municipal anterior, que encerrou seu mandato em 2008, atribuía-se de forma indefinida à existência de uma situação de risco que demandaria a remoção dos moradores. Recentemente, em novembro de 2009, representantes da Prefeitura realizaram um comunicado verbal de remoção de toda coletividade, alegando a exigência de uma ação civil pública que, segundo esses atores, determina a remoção de moradias em áreas de APP (Área de preservação Ambiental Permanente). Entretanto, à medida em que se investiga, junto com representações da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida e em especial, com a pessoa de seu presidente aproxima-se da compreensão de que os moradores não aparecerem citados na ação. A promotoria estadual exige sim, a remoção dos moradores das (APPs – Áreas de Proteção Permanente) situadas no entorno da barragem, mas a Vila Nossa Senhora Aparecida encontra-se, a pelo menos, 100 metros de distância do manancial. Do ponto de vista dos representantes da Prefeitura essa medida inclui a APP. Mas, se observada a Lei Municipal de Uso do Solo de Santa Maria (2005) tem-se regulamentada como (APP) a medida dos 30 metros da Barragem.

Do mesmo modo, a Resolução Conama (302/2002) também prevê como área de APP o limite de 30 metros de distância dos reservatórios artificiais localizados em áreas urbanas. Contudo, na representação de agentes da Prefeitura entende-se como área de APP toda a extensão da Vila Nossa Senhora Aparecida.

O que causa estranhamento é que enquanto as políticas públicas, do restante do país, estão focadas na incorporação documental e portanto, fiscal desses setores das cidades que permaneciam na ilegalidade e na invisibilidade; até mesmo, realizando obras de contenção de riscos para evitar remoções. No caso da Vila Nossa Senhora Aparecida assiste-se a uma situação, que até que se prove o contrário, parece consistir numa falta de vontade política de se estudar a situação de maneira criteriosa.

Por esse motivo desponta-se uma questão inevitável:

Em que medida sua posição geograficamente privilegiada estaria pesando na decisão de remover toda essa territorialidade?

A partir deste caso, é possível constatar que fundamentalmente a forma jurídica dos terrenos ao produzir uma vulnerabilidade do direito a seu uso, produz também, uma interação diferenciada desse grupo social com seu espaço de vivência; uma vez que não se trata somente, do quanto pode ser oneroso sobre uma determinada coletividade conviver, em seu dia-a-dia, com a falta do acesso aos equipamentos urbanos mais elementares.

Percebe-se que a falta de respaldo legal repercute-se na ilegitimidade que parece estender-se a todas as dimensões da vida das famílias sujeitas a essa condição representando inclusive, um fardo simbólico de difícil desvencilhamento.

Tal condição pode ser vista, a um só tempo, como causa e efeito da relação heterônoma que se estabeleceu/estabelece entre o Poder Público Municipal enquanto ator, cujos agentes vêm impondo um discurso tecnocrático distanciado das possibilidades de compreensão dos moradores. Estes por sua vez acompanham de modo desarticulado e impotente o esgotamento das chances: de entender sobre seus direitos, de conhecer as leis que os afetam, de compreender procedimentos burocráticos e de agir perante uma comunicação difusa e persistente sobre a possibilidade de remoção.

Comunicação mais perturbadora que esclarecedora quanto às decisões tomadas em gabinete.

Essa condição expressa-se também, no conjunto de suas interações com outras esferas de sua vida social, ao longo de sua existência.

Com base neste contexto torna-se possível afirmar que o produto dessa condição é passível de ser visualizado no espaço, uma vez que, numa ponta da Rua Nossa Senhora Aparecida inicia-se a Vila Bürguer e na outra, pode-se visualizar, a partir dos aproximados 150 metros de pequenas moradias emparelhadas - o início de fato, da Vila Nossa Senhora Aparecida, também conhecida como Rua João Leonel Teixeira.

E que tais relações sociais dão contorno a uma paisagem diferente daquela que se encontra nas áreas regularizadas ou passíveis de se regularizar, que ocorrem ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida até alcançar o referido território.

A descrição apresentada a seguir terá o objetivo de evidenciar que: ao dar ou negar forma jurídica à posse dos terrenos, existentes ao longo do flanco sul em direção a leste do Morro Cechella, respectivamente ocupado pelas Vilas Bürguer (que se legaliza) e Nossa Senhora Aparecida (em vias de remoção), interligadas por meio da Rua Nossa Senhora Aparecida, tem-se como resultado, em maior ou menor grau, uma demarcação espacial.

Pode-se afirmar que esta demarcação espacial, expressa representações produzidas em função da pré-condição legalizada de alguns terrenos e não legalizada de outros, fato que por si tem o poder de dar origem e expressão a distintas territorialidades.

1.2- Rua ou Vila Nossa Senhora Aparecida?

Do ponto de vista do padrão de construção das moradias, quase não há distinção entre a porção regularizada (Vila Bürguer), daquela para a qual se tem a expectativa de que venha, a curto prazo, ser regularizada integralmente. Esta última refere-se à ocupação que ocorre ao longo da Rua Nossa Senhora

Aparecida até alcançar o trecho que corresponderia, à entrada da Vila Nossa Senhora Aparecida (declarada área de APP - Área de Preservação Permanente).

Tanto uma quanto a outra apresentam características distintas da porção onde, concretamente, parece iniciar a Vila Nossa Senhora Aparecida ou Rua João Leonel Teixeira.

Como já fora dito anteriormente, as famílias que ocupam os terrenos desse antigo ramal da via-férrea e que dão vida à territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida foram notificadas da obrigatoriedade da remoção mediante a argumentação de que há uma ação civil pública exigindo a remoção dos moradores que ocupam áreas de APP.

Junto a essa alegação, há aquela que considera a área ocupada pela Vila Nossa Senhora Aparecida como área de risco. Contudo, apesar desta ser a alegação mais antiga, até hoje, não foi apresentada aos moradores a carta geotécnica de estabilidade e de risco indicando a extensão do perigo das áreas que deverão ser evacuadas e não está acontecendo qualquer esforço em estudar caso a caso, a situação de cada moradia, identificando se existem áreas que poderiam permanecer ocupadas mediante critérios técnicos.

Tal encaminhamento parece estar sendo evitado, o que nos sugere a existência de fortes interesses, especialmente com a possibilidade de implantação do Parque da Barragem, situação que pode ser apontada como um significativo obstáculo em sua perspectiva de regularização.

Sublinho que por essa razão a Vila Nossa Senhora Aparecida expressa uma ocupação à parte, apesar de que a lei mais recente, (Lei Municipal nº 042/2006), considere toda a extensão da via, como Rua Nossa Senhora Aparecida, sobrepondo-se à Lei Municipal 38223/94 onde esta consta como, Rua João Leonel Teixeira.

A Vila Bürguer também contorna o Morro Cechella e apesar de possuir um arranjo espacial que conta apenas uma quadra, apresenta o diferencial de possuir além da via principal, constituída pela Rua Nossa Senhora Aparecida, duas outras vias secundárias. Difere-se também, à medida em que apresenta casas de alvenaria bem construídas e assentadas em terrenos mais amplos e afastados da encosta do morro (ver figura 12).



Figura 12 – Primeiras moradias da Vila Bürguer situadas na Rua Nossa Senhora Aparecida, esquina com Rua Alberto Bürguer. (Foto: CJSA/2009)

A regularização dos imóveis da Vila Bürguer já vem sendo encaminhada há um certo tempo, de modo que este não deve ser o principal motivo de preocupação deste morador.

Como já se disse, o padrão de moradias que se observa na Vila Bürguer é semelhante ao padrão daquelas que ocupam terrenos ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida (ver figura 13).



Figura 13 – Padrão das residências (alvenaria/ dois pisos) situadas ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida, desde seu início, que ocorre a partir da Vila Bürguer até alcançar a entrada para a Vila Nossa Senhora Aparecida.
(Foto: CJS/2009)

Verifica-se que este padrão é, mais ou menos mantido, até o momento em que a Rua Nossa Senhora Aparecida alcança o ponto que pode ser considerado “a porta de entrada” da Vila Nossa Senhora Aparecida (ver figura 14).



Figura 14 – Observar que o padrão das moradias da Rua Nossa Senhora Aparecida vai se alterando, assim como todo um conjunto de condições, à medida em que se aproxima do acesso para o interior da Vila Nossa Senhora Aparecida (ver seta).
(Foto: CJSJA/2009)

Na passagem para o interior da Vila Nossa Senhora Aparecida a paisagem (ver figura 14.1) torna-se diferente da observada ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida, à medida em que também pode-se observar alguns sinais de risco.

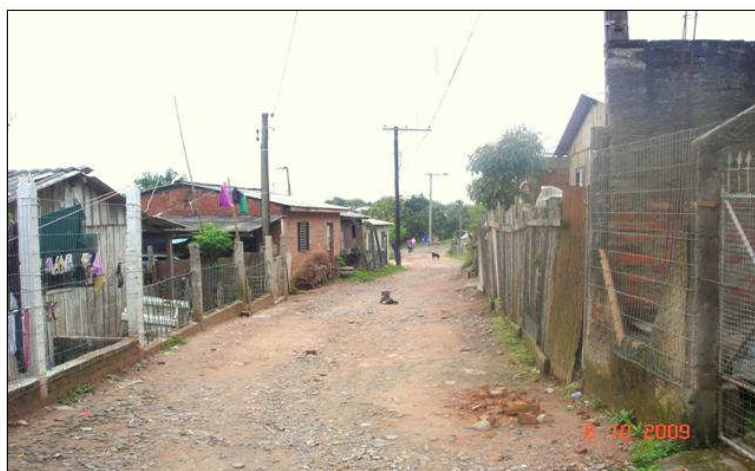


Figura 14.1 – Corredor de moradias emparelhadas na passagem para o interior da Vila Nossa Senhora Aparecida.
(Foto: CJS/2009)

No interior da Vila Nossa Senhora Aparecida vê-se poucas construções tão boas quanto aquelas situadas ao longo da rua de mesmo nome, mesmo o morador que dispõe de uma certa economia fica em dúvida se deve aplicar o dinheiro na melhoria de sua moradia. Ainda assim, algumas famílias não suportam a indefinição e decidem investir todas suas economias na melhoria do imóvel, na esperança de que dias melhores virão.

A figura 30.3 demonstra que a área que dá início à ocupação da Vila Nossa Senhora Aparecida encontra-se em situação de risco. A figura 15, apresentada a seguir, demonstra que algumas das melhores construções situadas nesse início da Vila Nossa Senhora Aparecida, encontram-se praticamente, emparedadas contra o corte desnudo, que expõe a terra avermelhada da encosta do Morro Cechella.

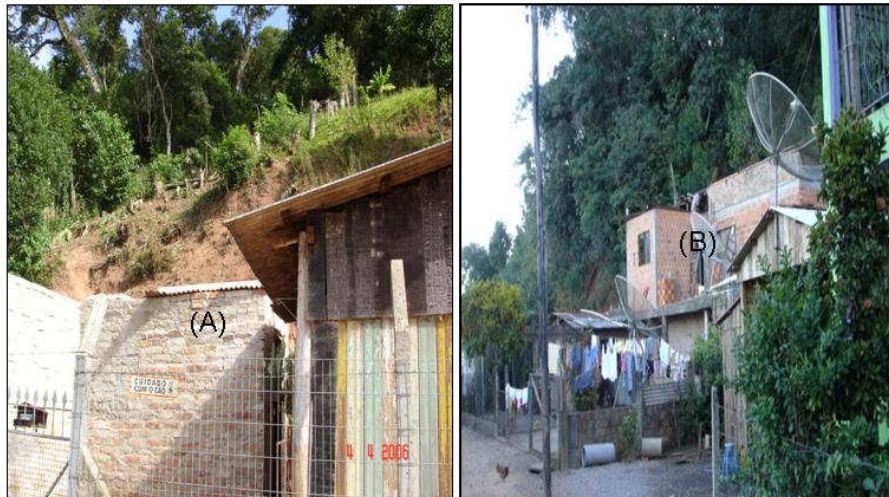


Figura 15 – Vila Nossa Senhora Aparecida:

(A) Algumas construções emparedadas contra o barranco do Morro Cechella, indicando risco. (Foto: CJS/2006)

(B) Casas de dois pisos. (Foto: CJS/2009)

Muitos chalés de madeira e casas de alvenaria de apenas um cômodo.

Em situação semelhante, quanto à proximidade do barranco encontra-se o rôto chalé onde deveria funcionar a sede da Associação Comunitária (ver figura 16). Embora este esteja um pouco afastado do corte, exhibe os montes de terra que se acumulam na base, em função do lento deslizamento da encosta.



Figura 16 – O chalé desativado: Sede da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida:

(A) Foto: CJSA/2006

(B) Foto: CJSA/2009

Apesar das evidências de risco, observáveis no início da Vila Nossa Senhora Aparecida, o desenrolar de um processo justo e democrático exigiria um estudo da situação de cada moradia paralelamente, a um estreito diálogo com a comunidade local. Uma vez que, pelo menos aparentemente, nem todas as moradias estão assentadas em área de risco. Além do mais, há de ser explicado o motivo pelo qual se pretende retirar as famílias que encontram-se assentadas em áreas de declividade suave, como o exemplo do terreno demonstrado pela figura 17.



Figura 17 – Área de fundos de algumas moradias existentes na Vila Nossa Senhora Aparecida. (Foto: CJSA/2009)

Retomando a descrição dos primeiros passos que dão início à Vila Nossa Senhora Aparecida:

Ao começar a percorrer o corredor de moradias emparelhadas que dá acesso ao seu interior vai-se perdendo a visão da linha do trem, que segue paralela à rua (ao menos nesses primeiros cento e cinquenta metros da entrada da Vila), porém num patamar bem abaixo dela, cuja máquina trafega em direção oposta a de quem se dirige para o seu interior.

Estando-se na Vila ouve-se o barulho da passagem da locomotiva, mas a visão é substituída pelas moradias que, neste seu início, ocupam os dois lados da rua, construídas rentes ao limite da mesma. Entretanto, mais adiante a visão do horizonte é possibilitada em função de que as moradias estão assentadas no degrau situado num patamar abaixo da rua (ver figura 18).



Figura 18 – Telhado e antena parabólica de moradia posicionada num patamar abaixo da rua.
(Foto: CJS/2008)

Tais degraus que suavizam a encosta ocorrem a partir do ponto em que a linha férrea tende a descrever um arco para leste, até passar sobre a Rua Montanha Russa (ver figura 19), num trilho suspenso, situado bem próximo ao portão sul de entrada para a Barragem do DNOS ou do Rio Vacacaí-Mirim.

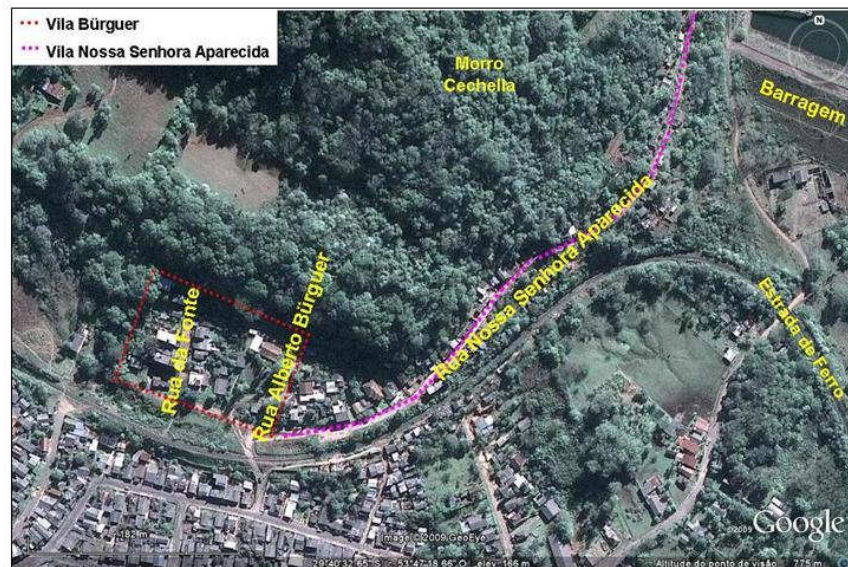


Figura 19 – Situação dos trilhos da via-férrea em relação à Rua Nossa Senhora Aparecida. Descrevendo um arco para leste, a “Estrada de Ferro” passa suspensa sobre a Rua Montanha Russa. Montagem: (CJSA). Trab. técnico:(DBN).

Como já se disse, ao deixar o interior do lugar reconhecido como Vila Nossa Senhora Aparecida permanece-se percorrendo a Rua Nossa Senhora Aparecida. A partir deste ponto, pode-se avistar a via-férrea que passa num corte abaixo da rua. Esta prossegue em linha reta até alcançar os domínios da Vila Bürguer (ver figura 20).



Figura 20 –Transição entre o espaço da Vila Nossa Senhora Aparecida e o início da territorialidade presente ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida, em direção à Vila Bürguer. Destaque para os trilhos da via-férrea num patamar abaixo da rua. (Foto: CJS/2009)

Daí por diante, a linha férrea prossegue contornando o Morro e aproximando-se do nível da rua; mas a uma distância que vai se alargando e dando origem a uma área de campo que separa a área de passagem do trem e a via de circulação da Vila Bürguer. Assim, as moradias ocupam apenas um lado da via, deixando desimpedidas a vista dos trilhos, da linha férrea e a vista do horizonte (ver figura 21).



Figura 21- Vista tomada a partir da Rua Nossa Senhora Aparecida, onde ocorre o início da Vila Bürguer.
(Foto: CJS/A/2009)

Com base neste contexto, a pesquisa participante que ora relato, envolve a busca de contribuir com a comunidade local (os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, num primeiro plano; e com os moradores das demais territorialidades) até o ponto em que seja possível, a realização da proposta de colaborar com essa população na investigação de suas questões e na instrumentação que a comunidade requer para melhor defender seu direito de habitar com dignidade.

CAPÍTULO II

2 SOBRE O MÉTODO

A pesquisa-participante tem sido a forma interativa de realizar pesquisas envolvendo os sujeitos constitutivos das territorialidades sob foco de pesquisa. Neste sentido, sem desconsiderar o contexto mais amplo representado pelo território da *Montanha Russa* trabalho de forma mais sistemática a realidade dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida por meio de visitas a esses grupos sociais em diferentes dias, horários e ocasiões.

O processo investigativo da situação desta comunidade motiva os encontros que se desdobram em diferentes atos, dado o novo momento em que se planeja a construção do “Parque da Barragem”. Dentre as questões que se levantam, encontra-se a possibilidade da remoção dos moradores ou desterritorialização da Vila Nossa Senhora Aparecida, cuja documentação da posse dos terrenos vem sendo negada com base em justificativas que variam segundo a origem das representações. Do mesmo modo, vêm sendo ocultados aos moradores, os planos e as intenções do empreendimento do Parque Municipal que está em vias de ser implantado no entorno imediato da *Montanha Russa*.

Neste sentido, aponto a *irregularidade fundiária* como uma das questões subjacentes a essa realidade, uma vez que caracteriza o entorno segregado da *Montanha Russa* e pode ser visto como o problema que, há 40 anos, engendra os processos que produzem a territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida, à medida em que produz estruturas condicionantes das práticas sociais cotidianas.

Compreendo que, muito embora, não se possa desconhecer que a pobreza requer a abordagem de suas múltiplas dimensões, deve-se dedicar atenção à questão da segregação sócio-espacial e a seu correlato (a *irregularidade fundiária*), como expressão da “falta do direito à cidade” (Lefebvre, 2008) e como condição desencadeante do aprofundamento da pobreza.

Esta perspectiva torna o “espaço” uma referência obrigatória na análise da pobreza urbana e da favela, como espaço segregado, como materialidade da pobreza e como resultante do desenvolvimento geograficamente desigual da cidade (Moraes, 1996). Esta análise referencia-se também, na premissa de que a cidade é o lócus da resistência, um campo de forças, onde se produz e se reproduz o conflito na sociedade de classes (Rodrigues, 1997), o que reforça o papel que os referenciais teóricos da geografia social têm a exercer no processo de identificação dos elementos alicerçantes da construção de espaços de cidadania.

A compreensão de que o espaço é fundamental possibilita perceber que ao se negar esse direito, o problema social tem maiores chances de se desdobrar em variáveis direções, uma vez que essa questão perpassa o campo social, político e legal – que pode enredar as populações segregadas a um processo de empobrecimento que afeta para além do campo material, o campo simbólico.

Por esse motivo, parto do pressuposto de que o não reconhecimento legal da posse do território representa um “trunfo” a menos para esses sujeitos (Raffestin, 1993). Revelando uma situação que de início, pode ser considerada desfavorável ou condicionante do conteúdo das relações que esse território tende a acolher (Santos, 1999). De modo que, os problemas que decorrem da *irregularidade fundiária*, à medida em que permeiam todos os aspectos do cotidiano, penetram nas práticas sociais influenciando os esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1992) engendrados neste e a partir deste território.

As práticas, os eventos e as representações que tal condição produz são os elementos preferenciais dessa análise que visa captar as relações de poder que se estabelecem a partir do que se considera a fragilidade do direito ao uso desse território. Para tal, entende-se como *relações de poder*, as relações de força produzidas e sofridas cotidianamente pelos atores envolvidos nas teias das relações sociais inerentes a esse território, cuja natureza é por si “conflituosa, heterogênea, variável e dotada de intencionalidade” (Saquet, 2007: p.32).

A partir dessas considerações procuro fazer da ciência geográfica o ponto de partida para a representação dessa realidade, à medida em que volto-me para sua estrutura conceitual visando construir, a partir de suas teorias interpretativas e de suas categorias explicativas, o eixo desse trabalho.

Contudo, o objeto que escolho tratar nessa pesquisa “as relações de poder” não deixa óbvia a *geograficidade* desta proposta o que me obriga a buscar, no mergulho ontológico realizado por Martins (2007) e apresentado no artigo: “Geografia e Ontologia, o fundamento geográfico do Ser”, reflexões tais como: a “(...) *geograficidade* emerge da coexistência e da alteridade do homem em relação ao meio, da sociedade ante a natureza” (2007: p.39).

Embora, neste artigo, o autor não faça objeção a “estabelecer a *geograficidade* como expressão espacial” (2007: p.40), evita realizá-la pura e simplesmente. Visto que em suas análises encontra-se a vontade de superar o imediatismo da questão e a reportar-se à *complexidade da existência* onde demonstra alojar-se a *geograficidade*: “um complexo constituído das categorias de tempo, espaço, momento e relação, isso ante a unidade processual presente entre homem-meio, constituída pela relação objetivo/subjetivo” (2007: p 40-41).

Então, visando corresponder com o atual momento histórico vivenciado pela sociedade contemporânea complexa, percebe-se que a busca pela *geograficidade* passa, necessariamente, pela valorização do esforço de uma abordagem multidimensional do espaço. Justamente, em contraposição às explicações absolutas reduzidas e cartesianas que inviabilizam o trato com a realidade complexa à medida em que extravasa os objetos lineares de pesquisa.

Daí que a complexidade imanente à abordagem geográfica implica na escolha do caminho político. Afinal, onde mais residiria a abordagem relacional? Para os autores, cuja concepção geográfica tem a mesma filiação de Raffestin (1993: p.31) é evidente que a “existência é tecida por relações”.

O autor expressa essa idéia com as seguintes palavras: “Se optamos por uma problemática relacional, é porque pensamos que as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais” (Raffestin, 1993: p.31).

Evidenciando a convergência existente entre *território* e *poder*, enquanto categorias explicativas. Raffestin (1993: p.17) manifesta a *geograficidade* que emerge da abordagem política declarando abertamente que: “Uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes”

Vale esclarecer que tanto para Raffestin (1993), como para Foucault (2008: p.14) a reflexão sobre as relações de poder, apesar de considerar o Estado como um ator importante, não pode vê-lo como “o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas”.

Como explica Raffestin (1993: p.20) a idéia de poder, explícita para o Estado, só pode se fazer exercer pela ação dos homens que vivem em sociedade.

Nos mesmos termos Saquet (2007) comenta:

“Entender o território apenas como produto de centralidades e autoridades, realmente, é uma forma reducionista. (...) É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento.” (Saquet, 2007: p.24)

Em sintonia com as análises realizadas por Foucault (2008) e Bourdieu (1996) que examinam o poder imanente às relações sociais; Raffestin (1993) acrescenta o efeito dessas relações no processo de apropriação e de produção do território. Do mesmo modo, Fernandes (2005) destaca:

São as representações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (Fernandes, 2005: P.276)

Diante do exposto, deverá ser possível compreender que o sentido geográfico ou a *geograficidade* de uma pesquisa requer uma concepção totalizante da relação natureza e sociedade, uma vez que “na unidade processual presente entre homem-meio em relação entre subjetivo/objetivo o conteúdo geográfico ganhará forma a partir das noções de absoluto e relativo, contínuo e descontínuo” (Martins, 2007: p.40-41).

Uma vez que os conceitos e as categorias até aqui sublinhados demonstram que a complexidade está no cerne da realidade do território, que não pode ser observado de outra forma, senão a partir de sua multidimensionalidade, Saquet (2007: p.26) complementaria:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade.

Com base nessa compreensão, instrumento a análise desse estudo de caso, empregando as categorias *território* e *poder* e os conceitos que os explicam, bem como o *cotidiano*, enquanto outra categoria elementar. Como sugere Barcellos (1995: p.42) para quem: “*Território* e *cotidiano* são conceitos-chave numa busca da compreensão do lugar e da natureza da socialidade contemporânea”.

Ao adotar o *cotidiano* como categoria de análise, referencio-me também, em Silveira (2006: p.89) para quem a análise dos processos remete-nos à proposta de uma “geografia da ação”: “do território acontecendo” no fazer cotidiano das “relações sociais, que são auto-explicativas da realidade do território e cujas teorizações geográficas possam ser colocadas a serviço de uma melhor existência”.

“Os conteúdos e processos devem ser investigados. A idéia é captar a vida que está nas formas, e não apenas as formas. E a ênfase nos processos exige a teorização, isto é, encontrar as categorias, os conceitos que sejam mais apropriados à história do presente, às formas e processos do presente. Quiçá, assim, cheguemos a

elaborar uma verdadeira geografia da existência.”
(Silveira, 2006: p. 89).

A noção do quanto o espaço é fundamental evidencia-se ao pensar que o estar no mundo não prescinde da referência do lugar - que não é estática, mas relacional. Daí pode-se afirmar que o território é elemento constituinte da existência, uma vez que o *lugar* traduz e expressa a existência dos indivíduos e dos grupos sociais em interação no espaço.

Assim, para além de reconhecer o território como referência, pode-se concebê-lo em seu caráter inerente à existência e portanto, como condicionante das relações sociais que nele e através dele se processam e conseqüentemente, pode-se encará-lo como materialização da trajetória de vida dos indivíduos.

Contudo, entender o papel do *lugar de vivência* sobre a vida daqueles que ali tecem o seu cotidiano, não seria o mesmo que compreendê-lo como determinante, no sentido de compreender “o homem como produto do meio”. Afinal, o que dá uma natureza de mutabilidade para as coisas, senão a ação social, a ação dos sujeitos dotada de significado e de intencionalidade?

Reconheço que atuamos como obreiros e participantes na construção do devir sem que o envolvimento com nossa obra nos impeça de estar finamente sintonizados com contextos sócio-geográficos e históricos mais amplos, entrelaçando nossas histórias com outras e englobando-nos ao mundo. O que não equivale desconsiderar a existência de determinadas condições iniciais ou condições que relativamente, perduram-se no território (Santos, 1996). Ou mesmo de um certo tensionamento entre o que existe e o porvir, o que nos propiciaria distinguir a diferença entre “condicionamento social” e “determinação social”, como alerta Freire (1987).

Em outras palavras, pode-se dizer que antes de se chegar ao mundo, pré-existe toda uma situação que a um só tempo pode ser vista como material, histórica, social e cultural. De modo tal, que estas dimensões, de uma forma ou de outra; para o bem ou para o mal, mediam, potencializam e condicionam a nossa existência e as nossas possibilidades futuras, mas não as determinam.

Milton Santos (1996) diz que “as determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais concretas preexistentes” (1996: p. 145). O autor refere-se à noção de “prático-inerte” cunhada por Sartre (1979) e designada por ele como “a inércia do que já existe”.

Para Silveira (2006: p.87) o prático-inerte é: “A ação cristalizada nas formas materiais, nas formas jurídicas, nas formas culturais, nas formas morais” – aquilo que, por exemplo, envolve a situação com a qual se depara todo ser humano ao nascer.

Uma das premissas defendidas por Silveira (2006: p.87) é que “toda ação parte, se localiza, se situa nesse prático-inerte”, aspecto que lembra-nos da existência de determinadas estruturas. Bourdieu (1996) alerta-nos a perceber que tais estruturas, embora existentes, são na realidade fenômenos subjacentes ao mundo social ou produto de uma gênese social e como tal, constituem e são constituídas continuamente pelas práticas sociais. Essa interpretação nos permite valorizar os sinais que indicam as permanências e as mudanças que operam como parte do dinâmico processo de produção do território.

A complexidade do território faz transparecer os contrapontos da abordagem dialética, e quando a questão está em pensar sobre a participação dos sujeitos na construção do devir, o fato de que vivemos numa sociedade de classes torna-se uma ponderação necessária, considerando que a capacidade de *intervenção* e de *apropriação* (Raffestin, 1993) de determinados grupos sociais é exponencialmente, maior que de outros. Realidade que configura a assimetria do poder imanente às relações sociais da sociedade de classes.

Assim, o *lugar de vivência* será tomado neste trabalho como ponto de partida da análise dado seu relevante papel material e simbólico na produção da identidade e da territorialidade.

Neste sentido, a *territorialidade* também pode ser vista como uma categoria explicativa que bem expressa a multidimensionalidade do território; uma vez que se manifesta principalmente, através dos hábitos e escolhas que delineiam estilos de vida; bem como julgamentos políticos, morais e estéticos, cujos traços estão presentes nas situações concretas que dão sentido e conteúdo à vida cotidiana. Nas palavras de Saquet (2007: p.64):

A territorialidade é efetuada por relações sociais ou, mais precisamente, pela identidade espacial, pelo senso de exclusividade e pela compartimentação da interação do homem no espaço, sinalizando para um entendimento relacional, como mencionam Raffestin (1981/1993) e Governa (2005).

Nesse processo, a territorialidade vai sendo construída na interação com o outro, que toma parte de sua sociabilidade cotidiana (vizinhança, escola, trabalho, igreja, lazer...). Mais especificamente, considerando o caso da Vila Nossa Senhora Aparecida percebe-se que essa identidade também se constrói a partir da convivência com os espaços onde se desenvolvem programas e projetos sociais destinados aos seus moradores.

A partir da contribuição de Raffestin (1993) torna-se possível compreender como propõe Souza (1995) e Haesbaert (2004) que o sentido e o significado dos territórios é uma construção social, atravessada pelas relações de poder e como tal produto e produtoras de uma territorialidade. Mas, como seria possível entender os processos sociais sem empreender uma abordagem cultural?

Freire (1979) ao refletir sobre o papel da cultura numa perspectiva política e crítica expressa-se com vivacidade, através das seguintes palavras: “A erosão não é apenas um fenômeno natural, uma vez que a resposta a ele, como um desafio, é de ordem cultural” (1979:35).

Do mesmo modo, o valor das relações sociais e das trocas culturais está expresso no conceito de territorialidade proposto por Sack (1986:6):

“A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

A partir da leitura do livro “Ideologia Geográfica” de Antônio Carlos Robert de Moraes pode-se compreender que cultura e política são elementos indissociáveis da “produção social do espaço material, que passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço” (1996: p.15).

Nas palavras de Haesbaert (2004: p.19): “as formas de consciência devem ser rastreadas no universo da cultura, e este se constitui denso de particularidades”. Assim vai se evidenciando a complexidade de uma proposta que atribui às representações sociais uma natureza que a um só tempo é social, psíquica e política como são consideradas por Lefebvre (1989: p.94) ao defini-las como: “fatos de palavras e de prática social”.

Neste sentido, a análise que aqui se propõe realizar, sem a pretensão de ser total ou última, insere-se numa abordagem referida a uma concepção totalizante como guia, no processo de investigação da realidade deste território.

Para Wolton (1998) a concepção totalizante redefine os critérios de objetividade à medida em que não se pretende “controlar” todos os aspectos da realidade, mas abordá-la de um ponto de vista que permita reconhecer a existência de suas diferentes dimensões e compreender sua complexidade.

De outro lado, tratar com situações complexas requer a compreensão de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma capaz de abarcar todas as dimensões da realidade pesquisada, mesmo que se pressuponha a referência às diferentes formas de saber e que se considere outros campos do conhecimento. No caso deste trabalho, estarão referenciados alguns daqueles que dialogam com a linha conceitual da geografia social. Neste sentido, pretendo ampliar a capacidade de análise das relações sociais que são parte da trama e da tessitura desse território, a partir de contribuições de autores oriundos da sociologia, da educação popular, da psicologia social, da antropologia política, entre outras áreas.

A compreensão da relevância de se captar as representações dos atores sociais envolvidos no contexto, vincula-se à concepção defendida por Foucault (1986) que refere-se ao discurso como a expressão do modo como o sujeito age no mundo.

Como esclarece o autor, em a Arqueologia do Saber:

(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.(...) **não mais tratar os discursos como conjunto de signos** (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), **mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam**. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault: 2008, p.56).

Por outro lado, o processo investigativo que se busca realizar envolvendo a participação dos moradores dá-se com base na compreensão de que a comunicação e o diálogo são elementos chave da transformação social, como Wolton (1998: p.31) explica:

“La **comunicación política** exactamente se nos revela, pues, como lo contrario de una degradación de la política, pero como la **condición del funcionamiento de nuestro espacio público** ensanchado. Al permitir la interacción entre la información, la política y la comunicación, aparece como un concepto fundamental de análisis del funcionamiento de la democracia masiva”.

Considero que a intenção de estabelecer uma interação comunicativa com os atores envolvidos nesse contexto, além de favorecer percepções novas, significa ir além do simples ato de levantar aspectos da realidade local, segundo uma perspectiva de “prospecção” científica.

Tal método tem o valor de permitir ainda, a ultrapassagem a um olhar preso às materialidades do território, pois essa interação que se estabelece com os atores do contexto investigado evoca uma percepção em relação às potencialidades, aos conflitos, às disputas e aos problemas, que são questões que requerem trato com o cotidiano e análise conceitualmente qualificada, uma vez que encontram-se invisíveis aos olhos dos que transitam ou apenas passam pelo lugar.

Neste sentido, a descrição desses contextos a partir dos diários de campo está entre uma das ferramentas mais elementares desse processo de pesquisa. Como defende Martins (2007: p.40) “pela descrição emerge a primeira Geografia”.

O método científico que emerge da prática fundamentada teoricamente e comprometida com a causa social, claramente se contrapõe à abordagem geográfica naturalizante das relações sociais. Com essa mesma orientação, as palavras de Haesbaert (2004: 55) refletem contraposição e crítica à concepção de natureza/natural como um valor desligado do sentido e do propósito político e social:

“Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar essa dimensão “natural”, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada. No fundo, a razão está com autores como Bruno Latour (1991), para quem movemo-nos muito mais no campo dos “híbridos” sociedade-natureza. A questão central, portanto, não é questionar a existência de visões naturalistas (...), mas como desenvolver instrumentos conceituais para repensá-las dentro desse complexo hibridismo em que cada vez mais estão se transformando.”

Ao contrário da pesquisa cartesiana, ao se adotar um paradigma sócio-crítico, a partir do qual se propõe lançar um olhar também e principalmente, sobre o político em seu traço cultural lida-se com situações complexas, que levam aquele que pesquisa a terrenos, antes não percorridos e incertos, fato que impõe um esforço de fundamentação teórica e metodológica.

Como já fora dito, tomo o escopo teórico da geografia a partir do qual fundamento minha análise dos processos que produzem a territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida, referenciando-me também, *na teoria das Representações Sociais* que compreende o território e sua representação, como propõe Lefebvre (2001), constituídos do que é vivido, percebido e concebido. De modo, que tomo as falas dos atores sempre referidas a um contexto prático, que se estabeleceu a partir da proposta de investigar, junto com os moradores, os Planos do Poder Público Municipal para a Montanha Russa; compreendendo que não há melhor meio de apanhá-las, senão a partir dos processos de interação social. Nas palavras de Foucault (2008: p.29):

“(...) a história “efetiva” olha para o mais próximo, mas para dele se separar bruscamente e se apoderar à distância (olhar semelhante ao do médico que mergulha para diagnosticar e dizer a diferença)”.

Assim, minha inserção como pesquisadora descreve um método em que procuro compreender as relações sociais e os processos que tomam parte do engendramento desse território, participando do jogo intrincado delas, embora não sendo moradora, também não ajo como simples expectadora, mas assumo o papel de ator social enquanto proponho investigar *junto com* os moradores os conteúdos dessa realidade.

Contudo, estou ciente de que, ao propor desvelar como as práticas sociais atuam na produção do território, tem em si a limitação advinda da impossibilidade da pesquisadora estar presente no dia-a-dia e de tomar parte desta cotidianidade, ainda que reconhecendo-a como o lugar da reprodução social ou de produção da humanidade dos indivíduos/moradores.

Aliás, mesmo tratando-se da premissa de ser o(a) pesquisador(a) proveniente da comunidade que investiga, será sempre necessário considerar o filtro ideológico de cada olhar.

O que equivale reconhecer que a pessoa que pesquisa, fala de um lugar ideologicamente referenciado (Foucault, 2008) e que de todo modo, precisa ver-se posicionado como personagem e como tal, não se livra de estar imbricado nas relações de poder, imanentes ao território em que realiza sua pesquisa.

Domínguez (2008: p.22) ajuda-nos a compreender que nesta concepção de pesquisa “a objetividade do investigador social implica assumir reflexivamente sua própria subjetividade, que faz parte da realidade estudada, para situar-se numa perspectiva de dentro e de fora”.

Esses seriam os alicerces da pesquisa referenciada na captação das representações sociais, não como simples constatação, mas orientada para a transformação do contexto investigado, reconhecendo que os limites e mesmo, o potencial desse propósito, inscrevem-se no fato de que **os sujeitos investigados são dotados de historicidade**. Essa percepção nos permite reconhecer que cada ator, ou grupo social, tem sua representação de mundo e por conseguinte, uma forma de recepção para cada experiência vivenciada, o que lhes confere um sentimento e uma resposta prática diferenciada. Nas palavras de Martins (2007: p.45):

“(...) o que determinará a especificidade da escolha, que definirá o projeto, o cuidado e a representação será a natureza das relações daí derivadas, consubstanciando a sobrevivência e a existência. O ser estará sendo definido nesta estrutura de relações que é a existência (...). Em outras palavras, a escolha se define ante uma específica sociabilidade.”

Isso equivale dizer que os fazeres cotidianos que entram para o processo de produção social do espaço não estão desatrelados de uma visão de mundo, de uma filosofia de vida e nem mesmo de uma atitude política (Moraes, 1996).

Ao pensar a respeito da geografia social e o vigoroso aporte conceitual que vem sendo produzido desde Max Sorre passando por, Milton Santos, David Harvey, Henry Lefebvre, Claude Raffestin entre tantos outros autores que vêm conduzindo análises que propiciam uma melhor compreensão dos processos materializados pelas relações sociais de produção e reprodução do território como o lócus da vida. Constata-se haver, hoje em dia, diferentes áreas do saber como a arquitetura, a história, a educação, a sociologia, o direito, o turismo entre tantas outras, servindo-se dos saberes produzidos no âmbito da ciência geográfica.

O mais surpreendente é que, ainda hoje, os geógrafos têm tido tão pouco a dizer sobre o “que-fazer” da profissão. Talvez esteja nesta atitude desconcertante, a explicação para o desconhecimento da sociedade quanto ao campo em que se pode dar nossa inserção profissional. O que tem nos impedido de inscrever nossas análises no trato com realidades concretas que envolvem a interação com comunidades a serviço da transformação da sociedade? Até que ponto a escassa sinalização de caminhos metodológicos contribui para essa situação?

Empregar uma abordagem metodológica que permita reconhecer o território como uma realidade em movimento, não é o mesmo que referenciar-se em modelos cristalizados e ideais; como adverte Lefebvre (2001: p.112):

“O conhecimento pode construir e propor “modelos”. Cada “objeto”, neste sentido, não é outra coisa além de um modelo de realidade urbana. No entanto, semelhante “realidade” não se tornará nunca manejável como uma coisa, nem se tornará instrumental. Mesmo para o conhecimento mais operatório.”

É preciso considerar que categorias explicativas como “territorialidade” e “cotidiano” requerem sim, de nossa parte, um esforço de operacionalização desses conceitos no “lugar”.

Quantas pesquisas qualitativas são abandonadas nos primeiros obstáculos, justamente por não se compreender que a natureza desse tipo de pesquisa requer que a própria prática de pesquisa seja investigada, no sentido de encontrar dialogicamente, os caminhos de superação das principais dificuldades encontradas, considerando que a problematização desses obstáculos passa a delinear o próprio objeto das investigações (Tripp, 2005).

Dito isso, o esforço deste trabalho consiste em buscar a operacionalização de tais conceitos, para num certo sentido discernir: Que práticas podem ser vistas como mantenedoras de condições pré-existentes e estruturalizantes e que tendências poderiam ser vistas como as mais significativas para o processo de mudança de algumas dessas práticas?

Estas seriam algumas das questões que além de nos ajudar a pensar sobre o “como” o território é produzido a partir das práticas sociais poderiam nos servir para desenvolver nossa capacidade de contribuir para o empoderamento das comunidades e para a melhoria das condições de vida dos moradores dos lugares onde desenvolvemos nossas pesquisas.

Reconhecendo que a ciência precisa nos respaldar teórica e metodologicamente para a prática investigativa, respaldo esta pesquisa na metodologia da *investigação-ação*, senão de forma integral, de modo a referenciar a prática de campo, bem como as análises e as avaliações do processo investigativo a partir do “feeling” metodológico que sua orientação propicia. A seguir apresento uma breve explanação dos princípios fundamentais desta proposta metodológica.

2.1- O que é a metodologia da Investigação-Ação?

Para melhor entender sobre o conteúdo da investigação-ação reporto-me a Tripp (2005: p.444) que a define como uma “estratégia metodológica” que vem servindo tanto para o desenvolvimento de professores, quanto de pesquisadores, à medida em que propicia a investigação da própria prática a partir do tensionamento que se estabelece entre “o agir da prática e o investigar a respeito dela”.

Ao se considerar, como exemplo, o emprego da investigação-ação como metodologia para a solução de problemas concretos, o autor traduz o modo como a mesma se processa: “a solução de problemas começa com a identificação do problema, o planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia” Tripp (2005: p.446).

É certo que a pesquisa-ação desenvolveu-se de maneira diferente e para diferentes aplicações, entretanto pretende-se aplicar, no presente trabalho, um tipo de investigação-ação sintonizada com a proposta que surgiu na década de 70.

Tripp (2005) resgatando esse histórico a partir de Paulo Freire (1972, 1982) comenta que a investigação-ação começou então, a “incorporar finalidades de mudança política, conscientização e outorga de poder (empowerment)” (2005:445).

Desse modo, o autor afirma que a investigação-ação resulta do desdobramento de práticas iniciadas no início do século passado. Para o autor, embora alguns possam atribuir suas primeiras aplicações a Lewin (1946), pode-se encontrar registros de que fora empregada por outros estudiosos para diferentes fins, muitos anos antes.

Com base em tais subsídios teórico-metodológicos pretendo analisar o processo de territorialização da exclusão social, revestida na “ilegalidade urbana”, expressa pela *irregularidade fundiária* das moradias; porque percebo essa situação como auto-alimentadora da pobreza dos moradores da Vila

Nossa Senhora Aparecida. Situação que para além da não acessibilidade aos meios materiais, gera também discriminação, subalternidade e tutela das oportunidades.

2.2- Como se opera a metodologia na construção dessa prática?

Neste trabalho, o processo investigativo transcorreu através de atividades de campo, entrevistas, reuniões e encontros. Cada evento desses gerou registros em diário, documentados também, em fotos, que são formas possíveis de sistematizar a atividade e de refletir a respeito dela.

A intencionalidade de realizar uma pesquisa-participante que atente para o “cotidiano”, numa perspectiva emancipatória e comprometida com a causa social; impõe como primeira condição uma interação dialógica com os sujeitos do contexto em foco. O diálogo na concepção de Freire (1987) é a palavra-ação e não o simples ato de falar ao outro. De modo, que na primeira etapa deste trabalho houve um maior empenho no sentido de organizar um grupo investigativo composto por moradores e colaboradores. Mesmo tendo a noção, de que a investigação-ação em rigor, requer a construção de um processo a partir do qual os participantes investigam a própria prática. Devo alertar que neste trabalho, estamos longe de alcançar a situação ideal da metodologia, por razões diversas, como por exemplo, o fato de não se dispor sequer de um espaço para realizar os encontros. Por outro lado, não vejo modo de abrir mão do “fio condutor” que a metodologia proporciona ou da “intencionalidade democrática” imanente ao seu modo de operar. Justamente por reconhecer o valor que se instaura a partir do processo investigativo no sentido de proporcionar situações novas em que as falas dos atores envolvidos, surgem do próprio fluxo dos acontecimentos. Por esse motivo, acredito ser esse, pelo menos num primeiro momento, o melhor meio de tornar possível o surgimento de situações a partir das quais se pode perceber as nuances inerentes às relações de poder que se estabelecem no território.

Neste sentido, a captação das falas, bem como a percepção com relação às práticas dos atores que tomam parte dessa realidade dá-se sempre referidas a um contexto prático de situações reais.

Aqui o tema investigado diz respeito à condição irregular dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. De modo que, tudo começa com a proposta de investigar junto com esses atores e de forma colaborativa a solução dos problemas que decorrem dessa condição. Este processo propicia-nos deparar com situações que tornam possível observar os aspectos da vida desses atores que são afetados em função dessa “fragilidade” que se constitui da *irregularidade fundiária* como expressão do não direito a esse território.

Assim, a concepção de pesquisa de que se trata aqui, não se contenta com o mero levantamento de informações e com a pesquisa que tem um fim em si mesma. Portanto, as falas e práticas são consideradas como expressão do processo de construção deste território (Lefebvre, 2001), pois são imanentes às situações concretas que dão sentido e conteúdo à vida cotidiana.

Pode-se vê-las ainda, como reveladoras do mecanismo que age na manutenção dos problemas comunitários, ou mesmo na construção de perspectivas, sinalizando para os potenciais existentes.

Para tal, vem se fazendo necessário tomar um caminho metodológico, cujos procedimentos reportam-se à “investigação-ação” que se processa numa seqüência espiralar, compondo-se dos seguintes momentos: Planejamento – Ação – Reflexão – Replanejamento. Mesquita (1995) capta o método subsumido na abordagem do cotidiano, como categoria de pesquisa:

“A observação no cotidiano é um exercício de atenção cuidadosa: supõe dois “agires”. Quem se auto-observa e simultaneamente observa os outros e os eventos em que se está envolvido, põe sua atenção sobre como e onde isto ocorre, portanto no território” (Mesquita, 1995: P.19)

O que é mais significativo desse método, é que não se trata de uma “experiência” individual, mas envolve um modo de fazer em colaboração e diálogo, o que permite passar de condutas isoladas e de uma abordagem “superficial” para uma situação em que os sujeitos possam se engajar na solução dos problemas comuns. Neste aspecto, identifico o conteúdo educativo

dessa abordagem que contribui para que cada nova ação produza uma percepção mais ampla da realidade, por parte não apenas de um único sujeito, mas daqueles que do processo tomam parte (Angulo, 1990).

Nesse sentido, os diários de campo possibilitam captar e analisar as falas, as práticas, os interesses e os conflitos tanto dos atores imbricados nesta realidade, como daqueles atores que emergem do processo investigativo, que envolve as esferas estatal e não-estatal, como se verá a seguir no capítulo intitulado: Momentos da prática.

CAPÍTULO III

3 MOMENTOS DA PRÁTICA: Apresentando a trajetória do processo investigativo.

A seguir apresento um breve relato de como se iniciou o processo investigativo com moradoras e membros da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida e Pécio Reis.

3.1- Revendo a história do fazer colaborativo

Este processo de investigação-ação nasceu de um trabalho realizado com os sujeitos da Escola de Ensino Fundamental Municipal São Paulo, no ano de 1999, mas antes de comentá-lo faz-se necessário acrescentar o que considero bastante significativo, que é o fato de vir contando com a participação de um grupo de apoio, cujas pessoas variam, ao longo do tempo, já que se constitui por voluntárias¹ e pesquisadoras², que em função de trocas de saberes valiosas, ocorrem quase próximas do sentido de “formação de comunidade científica”, dado por Saito (2000), embora com a diferença fundamental de que nem todas as participantes, investem no esforço teórico e na produção científica.

"A ação da comunidade científica nesses casos torna-se eficaz quando se dispõe a caminhar junto com o movimento popular reivindicante, não com o objetivo de direcionar suas ações e metas, mas de explicitar **“com eles”** e **não “para eles”** seus projetos políticos ou sociais, e os caminhos para alcançá-los. Ambos pesquisam e ambos se educam" (Saito, 2000: p.42).

¹ Anilda Back: Professora aposentada do Departamento de Engenharia Rural / UFSM, que colaborou como voluntária, entre os anos de 2000 a 2003 e colabora no momento. Assim como, Lenir Manarin e Lourdes Medeiros (2001) e Marlene de Oliveira (ex- professora da Escola Municipal São Paulo – 2005 e 2007)

² Carmem Lorenci (Guia de Turismo), Cristiane Camargo (Relações Públicas) e Maria Talita Fleig (Engenheira Florestal e Pedagoga). O trabalho de colaboração das duas últimas profissionais desdobrou-se em duas propostas de mestrado em suas respectivas áreas. . Recentemente, contou-se com o apoio e a participação, em alguns momentos, de Thaís Torres (Turismóloga e mestranda Geografia – UFSM) e de Dalvana Brasil Nascimento (Graduação em Geografia – UFSM).

Cumprir a atribuição de “explicitar o projeto político ou social”, requer uma síntese que dificilmente se evidencia, como um saber produzido coletivamente, sem que ocorra a vivência concreta do grupo, no trilhar do processo investigativo.

No caso aqui exposto, até chegar ao ponto em que o grupo pôde ver com clareza, a *irregularidade fundiária* como fundamento da maioria dos problemas vivenciados na prática diária foi algo que demandou a busca de captação dos interesses das moradoras que se dispunham a reunir-se conosco.

Pretendo realizar a partir desse momento um breve relato da origem do processo investigativo com moradoras e membros da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida, que ocorrera sistematicamente, entre os anos (1999 e 2003) esclarecendo que o trabalho havia sido iniciado com alunos, a partir de uma proposta de Educação Ambiental (ver figura 22), que envolveu corpo docente e diretivo da Escola de Ensino Fundamental Municipal São Paulo (EMSP).



Figura 22 – Educação Ambiental com alunos e professoras da (EMSP);
Cooperação de professores da Escola Estadual Augusto Ruschi
(Pólo do Projeto Pró-Guaíba)
(Fotos CJS/1999)

A aproximação com familiares de alunos moradores das territorialidades da Vila Nossa Senhora Aparecida e Pécio Reis deu origem ao “Grupo de Mães”, que mais tarde viria a ser chamado de “Grupo de Mulheres” (ver figura 23).



Figura 23 – Produção artesanal do Grupo de Mães que se iniciou na Escola Municipal São Paulo. (Fotos CJS/2000)

Com o tempo iria ficando claro que essa “arregimentação” ocorre dentro de limites próprios da atividade política, em função das afinidades ou disputas existentes entre indivíduos e grupos que compartilham o território. Neste sentido, temos mantido, na medida do possível, a comunicação com outros grupos bem como com os sujeitos que exercem algum tipo de liderança local, conhecendo outras perspectivas e comunicando permanentemente, as orientações mais recentes do trabalho.

Assim, a partir da formação do grupo e uma vez eleita a vontade de produzir trabalho de geração de renda, “o tema gerador” estaria, justamente em superar cada obstáculo que se interpunha a essa vontade.

“(...) será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que podemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”. (Freire, 1987: p.86).

Interessante observar que por meio de uma investigação dessa natureza, poucos haveriam de considerar, principalmente de dentro do enfoque da pesquisa tradicional; que paralelamente, ao processo de produção artesanal poderia estar ocorrendo um processo de ampliação da percepção dos participantes com relação à própria realidade.

Vale mencionar que o obstáculo à produção artesanal traria à tona o problema da *irregularidade fundiária*, que passaria a ser identificado como o principal fator limitante das possibilidades de uma existência digna na Vila Nossa Senhora Aparecida no seu sentido mais amplo.

Os obstáculos já vivenciados em seu dia a dia, até então, eram vistos por essas moradoras e pelas lideranças comunitárias de forma isolada e expressos pela falta de calçamento, pela precariedade da iluminação pública, pela falta de uma distribuição equitativa da água, por cada uma das insuficiências desse território e mesmo pelo preconceito que decorre dessa condição.

A partir do momento em que o Grupo de Mulheres, através do trabalho colaborativo, consegue arrecadar fundos e se mobiliza para re-construir a sede da associação comunitária, no sentido de dotá-la da infra-estrutura inexistente, mas extremamente necessária (água, luz, banheiro) para o trabalho comunitário ou mesmo para funcionamento de um espaço de sociabilidade da Vila Nossa Senhora Aparecida. Neste momento, moradoras e lideranças esbarram-se no impeditivo do licenciamento da obra, por parte da Secretaria da Habitação. A alegação para tal impedimento apontava para a Vila como área irregular: sem cadastro e sem documentação dos terrenos.

Aos olhos dos moradores, a questão da *irregularidade fundiária* permanecera, até então, como causa encoberta dos problemas que são obrigados a enfrentar em seu dia-a-dia, como a crônica falta d'água. Quantas idas e vindas as lideranças comunitárias e os próprios moradores consumiram

apelando para esse ou aquele político, para o Poder Público Municipal, Corsan e tantos outros órgãos da esfera estatal tentando resolver problemas difusos que resultam da infra-estrutura urbana incompleta e minam sua qualidade de vida. Quando na verdade, a causa é uma só. Resolvendo-se a documentação, resolve-se todo o resto.

Quanto mais assumam os homens do povo uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela (Freire, 1987: p.71).

Mais tarde, após uma certa trajetória fora do espaço escolar, quando o Grupo de Mulheres estaria constituído por moradoras da Vila Nossa Senhora Aparecida, dia-a-dia tornava-se mais nítida a percepção quanto à falta de condições em prosseguir o trabalho na Sede da Associação Comunitária. Houve então, um momento em que o único meio de continuar a trajetória do trabalho colaborativo dependeria de uma composição com algumas moradoras da Vila Pércio Reis.

Reconhecendo a existência de problemas socioambientais comuns às duas territorialidades (Vila Pércio Reis e Vila Nossa Senhora Aparecida), mas também, percebendo tratar-se de duas territorialidades bastante distintas no sentido de que a maioria dos moradores da primeira, residem numa área melhor servida do ponto de vista dos equipamentos urbanos. Diferencial que sinaliza uma certa legitimidade a esse espaço, que lhes confere a posse documentada dos terrenos, uma vez que a maioria é proprietária de seus imóveis.

Existe entre ambas as territorialidades uma interação significativa uma vez que as escolas e as instituições de cunho social e religioso situadas na Vila Pércio Reis atendem preferencialmente, o público pertencente à Vila Nossa Senhora Aparecida e às territorialidades segregadas do entorno. Na ocasião, a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo (EMSP) funcionava no local para onde foi transferida a Creche Montanha Russa, ou a Escola

Municipal de Educação Infantil, em 2008, quando a primeira fora extinta.

De modo que a possibilidade de produzir a cooperação entre grupos pertencentes às duas territorialidades poderia significar a chance de se construir uma percepção mais ampla e dimensionada da realidade local, além de propiciar o rompimento com alguns preconceitos e mitos com relação aos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Identificar uma liderança, para um espaço estruturado, como o da Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis foi um passo importante em direção à autonomia e emancipação do grupo que se formou a partir dos encontros de mulheres, que ainda hoje ocorrem nesta associação. A atual líder recém saída de uma experiência no ateliê organizado pela Igreja Anglicana, despontando-se, em 2002, como alguém de muita vontade e potencial para liderar o grupo, já que ansiava construir um trabalho comunitário, até então, inexistente na Vila Pércio Reis.

Aliás, até o momento, ao se observar a maioria dos projetos sociais que ocorrem na *Montanha Russa*, este trabalho, do qual não tomo parte desde 2003, mas apóio de forma esporádica e assistemática; pode ser visto como um dos poucos exemplos de trabalho comunitário que se aproxima da perspectiva emancipatória; pois ocorre fora âmbito da tutela, no sentido de que o próprio grupo de moradoras decide e realiza seus objetivos.

Contudo, a presença de mulheres à frente de uma diretoria tradicionalmente composta por homens e inseridas num espaço que outrora não lhes pertenceu, gera todas as formas de atavismo, fortalecendo disputas e delimitando territorialidades. Além do mais, a presença de diferentes orientações religiosas, enraizadas nas instituições presentes na Vila Pércio Reis possibilitam o surgimento de pontos de vista comuns, mas também de divergências entre os grupos.

Neste contexto, a atuação da líder, por alguns, considerada personalística põe em risco a continuidade do trabalho colaborativo, visto que ao final de seu segundo mandato, não se avistava no horizonte de convivência outras mulheres habilitadas a assumir com autonomia a candidatura, para dar prosseguimento ao trabalho comunitário.

Tal condição pode ser atribuída em parte, a tal insuficiência mas também, às expectativas geradas pela aproximação do momento em que o empreendimento do Parque será iniciado, que motiva o grupo mais atuante a confiar na continuidade da mesma liderança e de seu grupo de apoio. Sendo assim, não se pode explicar a primazia deste grupo, bem como da liderança a partir de uma única justificativa, uma vez que existem tantos outros fatores que se conjugam no sentido de reforçar sua centralidade até esse momento.

Voltando-se à história: a aproximação entre moradoras representantes dessas duas territorialidades conflitantes acontecia num momento em que o grupo de mulheres da Vila Nossa Senhora Aparecida já contava com uma importante trajetória comum no trabalho colaborativo.

A partir dessa experiência, pode-se notar o quanto um espaço estruturado é fundamental para alavancar um processo de organização comunitária. Ainda que sendo uma pequena e velha construção de madeira, como era, na ocasião, a Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis – hoje, totalmente reconstruída.

Assim, o processo de organização comunitária a partir do trabalho que se desenvolveu na sede, ocorre não no sentido total, considerando que o território é disputado e dividido em territorialidades politicamente incompatíveis, de modo que o trabalho desenvolvido pelo grupo que permanece realizando um trabalho em colaboração está longe de ser unanimidade no local – o que não lhe retira o valor de contribuir para a existência de um processo organizativo local.

Fato é que, naquela época, a pré-existência desta comunidade sensibilizada para o trabalho colaborativo, embora não tendo sido suficiente para que se conseguisse apoio das diferentes instituições procuradas² fora fator decisivo na escolha da mesma para receber apoio de uma organização que presta serviços humanitários.

O mesmo apoio ou qualquer forma de apoio não aconteceu, contudo, com o trabalho que acontecia a partir das moradoras da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Na ocasião, o grupo da Vila Pércio Reis já contava com dois grandes trabalhos artesanais: encomendas de 100 sacolas de tecido, produzidas para a EMATER de São Pedro do Sul (2002) e encomendas de 300 camisetas para o IBAMA (2003) (ver figura 24).



Figura 24 – Produção e geração de renda envolvendo a colaboração entre mulheres da Vila Pércio Reis e Vila Nossa Senhora Aparecida. Trabalho que se realizava na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis, propiciando situações de aprendizagem. (Foto CJS/A/2003)

² Projetos foram encaminhados para as seguintes instituições e entidades: CONDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – 22/05/01); Secretaria de Bem-Estar Social (12/05/01); Coordenação Geral de Educação Ambiental no IBAMA – CGEAM (22/01/03); Secretaria de Indústria e Comércio (30/01/03); Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM (16/12/03) e por fim, durante o processo de elaboração do *plano diretor* de *Santa Maria*, a representantes do Centro de Estudos e Projetos Ambientais – CEPA (26/01/04).

Assim, com o apoio da organização humanitária o grupo já inteiramente formado por mulheres da Vila Pércio Reis participou da obra de reconstrução e ampliação da nova Sede da Associação Comunitária (ver figura 25).



Figura 25- (A) Velha Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis, no início do trabalho colaborativo das mulheres (Foto - CJSA/2005).

(B) Hoje, a mesma Sede, completamente, reformada a partir do trabalho das moradoras e com o apoio da organização humanitária (Foto - CJSA/2008).

Do ponto de vista prático, ao retomar um trabalho que já apresentava uma trajetória percorrida, entre os anos 1999 e 2005 tornava-se necessário retomar alguns desses fios deixados ao tempo, em função do afastamento demandado pelas necessidades da vida prática e profissional. Esta será a temática dos próximos itens tratados nesse capítulo.

3.2- Formação de um grupo investigativo de atuação política: Colaborando para a retomada das atividades da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida.

No final do ano de 2007, iniciava-se um momento em que se fazia necessário realizar visitas, passando de casa em casa, sentando-se para conversar e ouvir as histórias daqueles(as), que formaram o Grupo de Mulheres e de Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida ou que o apoiaram em outras ocasiões. O assunto iria girar em torno das questões que estariam fazendo parte da vida dessas pessoas, desde que nos afastamos do convívio. Principalmente, com os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, cuja dispersão causada pela falta de um ponto de encontro, a exemplo da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis tornou nossos encontros mais escassos.

Esse seria o nosso propósito, com a retomada do processo de pesquisa participante a partir da atividade realizada em 23/11/2007. Ao longo desses anos passados, fazíamos visitas esporádicas a essas pessoas que vemos com amizade, mas desta vez, seria diferente, pois havia a intenção de recomeçar.

Cada encontro gera um seguinte, que por sua vez, possui desdobramentos. Basta começar para se ter uma sucessão de acontecimentos espiralares que, iniciando-se com uma proposta de estudos, como o mestrado, dificilmente se encerra em concomitância com o prazo deste. Neste encontro programamos umas atividades que possibilitassem uma reflexão sobre as ações passadas.

Nesse momento de retomada, torna-se impossível não reconhecer o movimento do território que sendo, contínua e permanentemente vivido, consumido, usado e produzido pela prática social; processa a dinâmica da construção das territorialidades (Santos, 2007). Assim, a cada vez que se volta a ele, já não se tem o mesmo como realidade. Há quem se foi, há quem veio, filhos cresceram, outros nasceram. De modo que novas crianças estão ocupando o colo das mulheres que permaneceram. Ruas, casas, vizinhança. Tudo, indicando o movimento incessante da vida. O próprio grupo que hoje se reúne está modificado e em menor número. Há duas famílias mais atuantes e as demais participações são “flutuantes”.

Naquele momento, acreditava-se na possibilidade de ampliá-lo, como já havia ocorrido de outra vez.

Vale ressaltar que nossas reuniões com essas moradoras e com lideranças da comunidade foram sempre marcadas pela dificuldade de buscar um lugar adequado ou um espaço capaz de proporcionar o mínimo necessário de abrigo para o encontro comunitário, de modo que dias de chuva ou de Sol intenso são determinantes do ritmo dos acontecimentos.

Essa é uma das permanências mais significativas e pode ser notada através da insistência diária que representa o viver na Vila e denota o persistente sonho em vivenciar plenamente o direito a esse território, por parte de alguns, ou do sonho de encontrar um lugar onde realmente, se possa recomeçar a vida de um jeito melhor, para outros.

Num sol de escaldar tentamos nos acomodar numa faixa de sombra do velho telhado da Associação, enquanto esperávamos o grupo se formar. As filhas do Sr. Tininho (Andressa e Jaqueline) vieram prontamente, abrir a porta do roto chalé que é denominado como Sede da Associação Comunitária, onde acontece a pesagem das crianças (por agentes da pastoral) e também, ocasionalmente, funciona como igreja, especialmente nos velórios. Ao ser acionado o trinco da porta, esta que se encontrava deschaviada, por não possuir uma das treliças, projetou-se para cima das meninas, causando susto ainda maior por causa do barulho provocado pelo impacto da pesada porta de ferro e vidro batendo no chão de madeira.

A escada, também de madeira, que dá alcance à porta de entrada, foi trazida e acoplada ao assoalho. O ar abafado que vinha de dentro desanimou-nos de entrar. Ali mesmo, do lado de fora, procuramos nos reunir. Sr. Tininho, morador de frente da associação, ofereceu-nos umas cadeiras de praia e as mulheres e crianças que iam chegando procuravam se acomodar nos dois bancos compridos, que são postos, pelo lado de fora, nestas ocasiões. Sem mesa de apoio e nenhum lugar onde colocar as garrafas, servimos os refrigerantes, enquanto ainda estavam frescos. Oferecíamos também, às crianças e aos adultos que passavam observando-nos, mas esses não atrasavam o passo.

Fomos saber que o motivo da pressa estaria no encontro de celebração do Natal, que estaria programado para acontecer na Vila Pércio Reis, quando presentes e lanches seriam distribuídos às crianças e às famílias.

O fato das festividades ocorrerem no espaço de outra coletividade, que ocupa a área servida de infra-estrutura urbana e onde estão situadas as instituições e igrejas de “apoio à pobreza” é outro aspecto bastante recorrente na comunidade e sintomático da condição ilegítima dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida e de sua relação de dependência em relação à estrutura da Vila Pércio Reis. (Trecho do diário do dia 15/12/07)

Conciliar datas e horários é outro aspecto que condiciona o movimento do trabalho. Planejamos uma atividade que daríamos o nome de “Mostra Fotográfica” para 15/12/07, numa data avançada, próxima das festas de final de ano, num momento difícil de se começar qualquer atividade.

Mesmo sabendo que raramente os planejamentos transcorrem como o previsto, naquele dia, nada parecia dar certo, de modo que, nem de longe atingiríamos o objetivo de recapitular o diálogo, por meio da apresentação de fotos produzidas durante o processo de aproximação e de organização de um grupo de geração de trabalho e renda: (O que ficou? O que se perdeu? Por que? E o que fazer?) foram reflexões que não ocorreram.

Havia fotos da paisagem do lugar, da entrada da Vila, de algumas casas (que atestam as mudanças que ocorreram no lugar desde o ano de 1999). Selecionamos ainda, fotos de reuniões, de encontros e caminhadas que fizemos juntos e também, de atividades realizadas com alunos e professoras da escola. A maioria dos alunos da Escola Municipal São Paulo eram crianças filhas(os) da Vila. Hoje, a maioria deles são pais e mães.

Os motivos avaliados: falta de espaço para abrigar os encontros e data concorrente com outras atividades. Com relação à data, ficaria a lição de observar melhor, nos próximos planejamentos, especialmente, quando se tratar de aproximação de datas festivas.

Já a problemática do espaço está sempre a se despontar, em qualquer coisa que se faça ou que se deixe de fazer, ele sempre é a origem e o condicionante de tudo.

Então, a partir daquele momento a questão seria problematizar com o grupo, (muitas vezes, desfalcado da totalidade dos participantes). Por que a sede está tão abandonada? O que se pode fazer a respeito? Diziam alguns: "Não adianta fazer nada, porque ninguém se interessa". Ou: "O presidente da Associação (fulano de tal) não resolve nada". O imobilismo tomava conta e muitas vezes, alimentado pela cômoda expectativa de que um dia apareça um "salvador".

Entretanto, há sempre quem acredite que a organização política é necessária e invista tempo e esforço para participar dos encontros e reuniões, inclusive os que ocorrem fora da Vila. Esses indivíduos são a minoria e coincidem com os mesmos que demonstravam a intenção de retomar a organização da diretoria da Associação Comunitária. Este tema já vinha sendo acusado por Jenice, Rejane e Helena e teria sido uma das primeiras palavras do Sr. Joaquim, cujo mandato havia encerrado em 2001 e que até aqueles dias não tinha conseguido alguém que assumisse o seguinte.

De modo que todas as visitas de campo que foram realizadas na seqüência, tinham como objetivo "colher" a opinião de outros moradores e na seqüência, procurou-se suscitar a urgência de se colocar em prática o item indicado como o mais necessário pelos moradores contactados: programar uma reunião visando organizar uma nova chapa para "concorrer" à vaga da diretoria da Associação Comunitária.

No dia 16/05/08, o grupo se reuniu para programar uma assembléia a partir da qual os moradores poderiam decidir uma nova chapa e eleger nova diretoria. Naquele momento já se tinha uma chapa organizada, ficando acordado que as moradoras ficariam responsáveis pela divulgação da data, de modo que pudessem estar presentes o maior número possível de pessoas. Ficamos responsáveis (eu e Anilda) em conseguir o Estatuto, que estaria na sede da União das Associações Comunitárias (UAC).

Assim, em 22/05/08 seria empossada a nova diretoria (ver figura 26). Como primeiro ato, o novo presidente ouviu os moradores presentes no sentido de captar suas principais inquietações: o problema do correio, do lixo, da falta de calçamento e a deterioração da sede da Associação Comunitária.



Figura 26 – Posse da nova diretoria da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida (22/05/08). (Foto C.JSA/2008)

As primeiras providências já seriam planejadas, bem como sairia dali a resolução de encaminhar à Secretaria da Habitação ofício solicitando a presença de um representante, de modo que os(as) moradores(as) pudessem conhecer os planos da Prefeitura Municipal para esta coletividade. Afinal, naquela ocasião, tinha-se apenas um comentário difuso a respeito da vontade de remoção dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, baseada na alegação de que a Vila constitui área de risco. Como até então não havia chegado nenhum comunicado oficial, a diretoria da Associação Comunitária adiantaria o pedido de vista à carta de risco que comprovasse os boatos, bem como o acesso àqueles que pudessem esclarecer melhor os fatos.

O ofício foi entregue na Prefeitura no dia 04/08/08 e outro, no dia 24/11/08 (ver anexo 1 – p.217 e 218).

No entanto, a resposta viria bem mais tarde, por ocasião da reunião de (17/09/09), quando aconteceria o anúncio de remoção durante a primeira visita formal de parte, de representantes da Prefeitura Municipal de Santa Maria aos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Interessados em obter esclarecimento com relação aos planos para a *Montanha Russa* e em especial para os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida um grupo de moradores representantes de cada uma das territorialidades existentes no lugar, reuniram-se, na Prefeitura, com representantes do PAC social (ver figura 27). Contudo, na seqüência desencadearam-se toda a sorte de impedimentos a novos encontros, um após o outro: a começar com a campanha eleitoral, o encerramento da gestão, as festas de fim de ano, férias e a mudança de governo do município.



Figuras 27 e 28 - (A) Reunião com Coordenação do PAC Social, administração Valdeci Oliveira (20/08/08).
 (B) Participantes: Representantes Vila Nossa Senhora Aparecida, da Vila Bürguer e da Vila Pércio Reis.
 Colaboração: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM);
 turismóloga e mestranda do Programa de Geografia da UFSM –
 Thaís Torres. (Foto CJS/2008)

Como pode-se notar, não foi possível aplicar a metodologia numa seqüência desencadeada e contínua como seria a forma ideal. Até porque outras atividades estavam ocorrendo com o pessoal da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis. Muito embora, tenham significativos pontos de contato entre as temáticas de ambas as coletividades é preciso reconhecer que existem questões específicas a cada uma delas.

E naquele momento, estaríamos auxiliando o referido grupo, no sentido de buscar apoio para que a associação continuasse seu trabalho com jovens e mulheres, atividades que não pretendo detalhar neste trabalho em função do eixo da investigação estar voltado para a realidade da Vila Nossa Senhora Aparecida, embora a questão do Parque da Barragem inscreva a Vila Pércio Reis no contexto mais amplo de análises dessa pesquisa.

Sobre este aspecto é importante esclarecer, que embora se mantenha o fio orientador da conduta metodológica, trabalhar com uma visão multidimensional do território, significa lidar com uma realidade mais ampla e mais complexa, sobre a qual o pesquisador não tem controle, o que requer constantes ajustes metodológicos, nos obrigando a inscrever a maioria dos momentos vivenciados em temáticas maiores. Isso significa dizer que, sem perder de vista a seqüência (planejamento – ação – reflexão – replanejamento) o tempo entre uma ação e outra tende a estender-se de acordo com fatores externos (prazos, datas, agendas) que normalmente, são situações alheias à vontade de quem participa da investigação.

Além do mais, desencadear uma seqüência investigativa em ritmo continuado pressupõe a existência de um grupo investigativo determinado e em nosso caso, existem grupos potenciais com os quais interagimos: moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida e moradores da Vila Pércio Reis vinculados ou não às respectivas Associações Comunitárias, bem como uma atuação bastante esporádica de atores da Vila Bürger. Intenciona-se desta forma, contribuir para que tais indivíduos possam interagir no grande grupo, em momentos em que a temática tornar-se referente à escala do território. Neste sentido, identifico a questão do Parque da Barragem, que será tratada no capítulo VI.

Como exemplifiquei acima, no caso da Vila Nossa Senhora Aparecida reunir as pessoas para realizar um planejamento pode demandar mais de uma ida a campo, percorrendo a Vila em toda a sua extensão: indo às casas daquelas famílias com quem já se estabeleceu uma comunicação, ouvindo as pessoas e sensibilizando-as para a necessidade do assunto.

Do mesmo modo, a avaliação ou reflexão que se propõe realizar em datas diferentes do momento da ação, raramente se consegue reunir novamente, um grupo com a mesma composição de participantes.

Tripp (2005: p.448) define a metodologia da investigação-ação com as seguintes palavras:

(...), embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática.

Pretendo evocar a observação acima para comentar que o modo como a investigação ocorre depende não somente dos objetivos, mas também das circunstâncias: concepção e inclinação política dos atores participantes, bem como a existência ou não de local favorável para os encontros, tempo disponível daqueles que trabalham ou tempo de resposta solicitada aos técnicos do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal. Além de outras intercorrências como as que ocorreram em função das eleições municipais (que desmobilizaram o processo investigativo, em andamento, cujo objetivo estaria em conhecer, junto com os(as) moradores(as) da Vila Nossa Senhora Aparecida, a “carta de risco”, que segundo funcionários do Escritório da Cidade teria sido realizada em 2005).

Considerando ainda, outros contra-tempos que inviabilizaram a programação de novos encontros com esses atores, tais como os compromissos, as festas de final de ano, as férias bem como, o fim do mandato da administração municipal.

Tudo isso serve para “quebrar” ou “acelerar” o ritmo da investigação. Como lembra (Tripp, 2005: p.446) trabalhar com pessoas diferentes requer considerar, que mesmo que essas tenham objetivos semelhantes, requer lidar com “diferentes habilidades, intenções, cronogramas, níveis de apoio, modos de cooperação”. Essa constitui a natureza da atividade investigativa que representa um constante confronto do pesquisador com sua própria prática à medida em que avalia: quais as principais dificuldades, o que pode ser melhorado, o que deve ser evitado?

3.3- Construindo novos moldes de comunicação com os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida: O panorama de representações que disputam as determinações deste momento do território.

Numa certa altura do trabalho deparava-se com uma situação que indicava a impossibilidade de continuar o processo investigativo de forma colaborativa, no sentido de conhecer os planos da Prefeitura Municipal para o território da *Montanha Russa* e mais especificamente, procurando pressionar o Poder Público Municipal a manifestar-se de forma mais transparente, sobre o interesse de remover ou não, os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Desde o momento em que se vê constituída a diretoria da mencionada Associação, pode-se acompanhar, em diferentes oportunidades, a recusa do novo presidente em confiar às mulheres membros da mesma, a participação nos assuntos da comunidade. Uma vez que as vê como parte de uma “comunidade que por ora parece ter só o que receber” (03/10/08).

Essa percepção tão comum às representações que se faz do morador da Vila Nossa Senhora Aparecida, estaria vindo de dentro; embora manifestada por um morador considerado como alguém praticamente, recém-chegado, se tomado o ponto de vista do grupo de moradores mais antigos da Vila e também, o grupo de relativa expressão política dentro desse contexto.

A tendência a absolutizar a ignorância do outro, como condição imóvel, sem contextualidade e portanto, sem possibilidade de realizar trocas importantes a partir desses saberes é uma representação bastante corriqueira, em nossa sociedade e particularmente, vem se verificando essa tendência quando o interlocutor é morador da Vila Nossa Senhora Aparecida. Outra representação muito usual, que parte do senso-comum, diz respeito à concepção introjetada de que o Estado (ou seus representantes) são os únicos agentes possíveis, capazes de realizar mudanças sem a necessidade de passá-las pelo trato cultural. O par complementar dessa representação leva as lideranças, que anseiam por mudanças em suas comunidades, considerarem demorado o processo dialógico para a resolução dos problemas comuns, como se pode identificar na fala a seguir:

“Esse é um trabalho que custa muito, leva muito tempo e cria, às vezes, frustrações (...). Cada vez que passo pela minha comunidade e vejo o estado da rua, das casas, de seus moradores, fico a pensar que aquele desleixo seja um pouco de descaso e deboche com a nossa vontade de que tudo poderia ser melhor, mais ajeitado, mais limpo, organizado e vejo os olhos deles e é como se eles estivessem dizendo: “viu como não adianta nada?” (Anotações do diário de 03/10/08)

Investindo na estratégia de construção de alianças com determinados representantes políticos, até aquele momento não estaria sendo difícil acreditar que se teria encontrado a solução:

“Recebi notícia. Estava uma amiga minha na Secretaria de Turismo que ouviu o Tobias Calil (vereador e atual Secretário de Esporte e Lazer) dizer: “O fulano (referindo-se ao presidente da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida) é poderoso! Que a Vila vai continuar.” (Anotações do diário de 01/05/09)

A “auto-suficiência” vem sendo um traço característico da prática tradicional das lideranças não apenas por vontade desses atores, mas também, porque na representação da maioria das pessoas, o papel do presidente da associação comunitária é o de resolver aquilo que ninguém tentará fazer. Representação não menos válida para a maioria dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Resguardando respeito ao ponto de vista do morador frente aos problemas, a análise precisa ser constantemente dimensionada a partir da consideração da diferença de posição de quem pesquisa e colabora, daquela verdadeiramente, vivida. Nesse sentido, é impossível desconhecer a situação, de quem sente na própria pele os graves problemas que incidem sobre as condições de vida do morador.

Engana-se quem pensa que no tempo seco, as poças desaparecem da rua. Constantemente, alimentadas pelas águas servidas provenientes das casas, obrigam os moradores a estender tábuas, quando muito, para que se possa atravessá-las. Durante os dias de chuva, a situação se complica, pois de alguns pontos, utilizados como atalhos, as águas se despejam às corredeiras.

Dados os anos que os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida conviveram sem nenhum tipo de coleta do lixo, que fora reclamada pelo Grupo de Mulheres e que no dia 28/03/01 conseguiu-se com apoio de atores da Câmara de Vereadores, avançar na perspectiva de dar início a algum tipo de solução. A coleta começou a ocorrer a partir do recolhimento feito por carroça, alternativa proposta pelos moradores, já que agentes do Poder Público Municipal argumentavam que a Vila não possuía condições para entrada do carro coletor. Talvez, por esse motivo ainda hoje se encontra lixo nas encostas dos barrancos, que com o passar do tempo, incorpora-se ao solo.

Quanto ao abastecimento de água: sabe-se que as casas da metade da Vila em diante são servidas apenas, pela água “*in-natura*” da barragem, pela água barrenta de um poço e por tantas outras manobras que moradores são obrigados a empreender.

O correio recusa-se a atender a Vila, taxistas recusam-se de entrar na Vila. De sorte que, a falta de legitimidade que a ausência da propriedade documentada lhes confere, acarreta além do mais, um custo simbólico difícil de ser contabilizado.

Do lado prático da vida de quem trabalha todo o dia e inclusive, aos sábados; deve-se avaliar o custo que representa as horas que um trabalhador autônomo ausenta-se do trabalho para tentar a solução de problemas que lhe afetam diretamente, mas que também pertencem ao plano comunitário. Aos poucos, vai se percebendo que comunicar com um morador daqui e outro dali, no próprio caminho da casa para o trabalho e que trocar impressões, informações, e principalmente, buscar apoio de algumas das representações mais antigas e experientes da Vila, já é um modo de sustentar a prática e de conferir-lhe legitimidade.

Antes disso, a busca pela solução dos problemas resultou em decisões particulares como a implantação de uma ONG, que tão logo, vendo ser anunciada a decisão de remoção dos moradores, suspenderia as atividades.

No auge daquele momento, temia-se “perder” (algo ainda não conquistado) muito do conteúdo emancipatório, em função das ações assumidas por um único sujeito sob os auspícios de um partido político, o que diminuiria as chances de socialização e democratização das práticas; exercendo efeito contrário, ao definir um horizonte de reforço às posições heterônomas.

Apostando-se em caminhos mais fluidos e transcendentais evita-se o confronto com os obstáculos o que equivale a impedir o nascimento de uma consciência social e política— já que eles (os obstáculos) têm muito a dizer sobre as relações históricas dessa territorialidade, pois são sintomáticos dela.

Assim, não havia como esperar que o processo fosse diferente de sua origem, não apenas pelas razões expostas acima; mas principalmente, pela falta de transparência do primeiro discurso da presidente desta entidade, que naquele momento, encontrava-se assentada na Vila Nossa Senhora Aparecida.

As anotações do diário, realizadas durante a reunião que ocorreu no dia 21/06/09 são indicativas do conteúdo das práticas desse novo ator social, que se despontava num momento em que as perspectivas de construção do Parque da Barragem se fortaleciam:

Naquela manhã, o presidente da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida normalmente, atuante, passou todo tempo emudecido/silenciado, enquanto a chefe da ONG, em sua primeira reunião com os moradores (muito à vontade, para um primeiro dia) atuava como personagem principal, **gerindo a reunião**, que não havia sido convocada por ela. Depois que o Sr. Tininho, em tom provocativo, trouxe à baila o assunto que envolve as obras do pastor da igreja Batista que promete a reforma da Sede da Associação Comunitária, essa senhora passou a discorrer sobre o seu “cacife pessoal”, despejando verbalmente, todo um repertório de forças que estariam à favor das ações que iniciou na Vila. Então começou a dizer que é presidente da mencionada ONG, que é formada por esses e aqueles atores, membros dessa e daquela Comissão, mas enfim, não mencionou que um de seus membros é vereador da sigla DEM. Prosseguiu dizendo que: _“Fiquei incumbida de trabalhar na comunidade. E vou dizer mais a vocês! (Em tom de segredo, diminuiu o volume da voz e sussurou espalhando o olhar para os presentes: _ **“A Vila tem um padrinho!”** _“É um empresário que procurei, quando estava iniciando o trabalho. E tudo que preciso, ele providencia. Ele não quer que seja revelado o seu nome”. (Fez uma pausa, como quem pára pra pensar o que vai dizer) e brincando com a inteligência dos presentes completou: _“Vou dizer só o primeiro nome:” José!” O nome dele é José!”

A partir das experiências acima relatadas pode-se refletir a respeito das possibilidades de uma territorialidade, como a Vila Nossa Senhora Aparecida, num cenário de des-empoderamento comunitário, (mas situada numa posição geográfica interessante, nesse momento em que se anuncia a implantação do Parque da Barragem), atrair ações de institutos ou ONGs, com pouca ou nenhuma transparência quanto à origem dos recursos.

Sugerindo tratar-se de “caridade” deixam poucas alternativas à expressão das demandas dos pobres e aos próprios caminhos de superação da pobreza.

Na prática tais representações produzem circunstâncias desmobilizantes, situação que precisava ser compreendida à luz da análise de Lefebvre (2008: p.109):

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações. (...) Nem um, nem outro cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (a tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes. Ou não os possui.

Meses se passaram até que finalmente e devagarinho, se pudesse encontrar uma forma diferente de conversação, uma nova abordagem de pesquisa e de atuação que se pudesse talhar um caminho realmente válido para esse momento especialmente significativo, uma vez que envolve o processo de implantação do Parque da Barragem - no qual estaria embutida a promessa de remoção/desterritorialização da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Percebendo desnecessário o papel de “mediação” daquele momento, precisava descobrir de que modo poderia contribuir através de uma atuação mais acessória, que na realidade é a direção para a qual se tende ir num trabalho que visa à emancipação. Do outro lado, havia transcorrido tempo suficiente para desvelar o alcance das promessas, decepção revelada pela fala do presidente da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida: “O sonho de que a classe política está no poder para ajudar a solucionar nossos problemas soa como um balde de água fria” (11/11/09). Como lembra (Lefebvre, 2008): “O sistema de significações do habitante diz das suas passividades e das suas atividades; é recebido, porém modificado pela prática. É percebido.

Nesse processo de interação com o mundo a percepção que se tem dele vai se alterando, principalmente porque vai coincidir com esse momento, aquele em que se confrontava com o anúncio formal de remoção dos moradores, quando a razão coletiva tornou-se mais evidente para todos e quando no grande grupo, ressentiu-se da carência de legitimidade, apesar de todo esforço empreendido até então.

Apreende-se com essa vivência que a passagem do morador atuante ao líder comunitário é também um aprendizado; e a sintonia com o coletivo é uma construção e por isso, requer vontade e tempo de processamento. E que em vezes, como essa, tal construção pode estar sendo motivada pelo próprio curso dos acontecimentos e do momento histórico, quando se corre o risco de que as decisões que partem da esfera institucional possam definir de modo insatisfatório o destino das famílias que são parte constitutiva desse território.

3.4- Que representações se valem da aproximação do momento de implantação do Parque da Barragem para se estabelecer nesse território? Que formas prometem criar? Que conteúdos pretendem esconder?

O quanto o espaço é fundamental e carregado de simbolismo pode ser um conceito visualizado a partir do exemplo, da Vila Nossa Senhora Aparecida. A posição desfavorável da sede da Associação Comunitária: um chalé à frente do barranco desnudo (ver figura 29), da encosta do Morro Cechella é um risco permanente, que não apenas elimina a possibilidade de se ter um espaço de sociabilidade na Vila, como leva alguns a pensá-lo eliminado também, de seu conteúdo simbólico.



Figura 29 – Sede da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida. Destaque para a situação da encosta. (Foto CJS/2008)

O conflito entre membros da diretoria produzia representações e a condição de precariedade, abandono e estagnação da sede da Associação Comunitária teria sido o mote, para que se desse o anúncio, da parte de um dos membros em desacordo, de que a “Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida não existe”. No entanto, a desfaçatez com que emitia “essa verdade” Foucault (2008) poderia muito bem, estar servindo a um propósito. Qual?

Não se responde a uma questão dessas, assim de forma direta já que requer um esforço de reflexão, análise e decodificação - tão difícil quanto responder ao que, certa vez, nos interrogou lucidamente, um morador cambaleante: “Qual é a sua psicologia da gente?”

Para essa tarefa, alguns autores se fazem essenciais como, Moraes, (1996) quando recomenda que se leia as entrelinhas. O que significa procurar naquilo que não está no texto, mas no contexto ou onde se escondem as teias das relações humanas e das significações políticas produzidas por esses atores (Foucault, 2008).

As alianças são elementos-chave no momento da demarcação de outras linhas e na edificação de novas centralidades, no discurso da representante da ONG surge a revelação de um dos planos *para* os moradores, que partiriam da intenção de construir uma nova sede da Associação Comunitária, em lugar diverso de onde sempre funcionou e sem que essa tenha sido uma demanda dos moradores:

“(...). Com esse dinheiro vamos construir uma sede da associação comunitária naquele gramado que fica em frente a casa do (fulano – presidente da Associação Comunitária)” (Anotações diário -21/06/09).

São os mesmos atores que, naquela ocasião, implementavam decisões sem consultar ou expor suas razões ao fórum democrático representado pela associação de moradores ou de qualquer outro grupo que o valesse.

A passagem descrita a seguir é significativa, à medida em que a partir do modo como determinado ator se movimenta e age no território, capta-se uma “fresta” do cotidiano desse lugar e ao mesmo tempo revela-se um pequeno, mas expressivo indício de outra das representações em embate. Seria possível desconsiderar sua “localização estratégica” e as possibilidades de interação social que se cria a partir dela? Que outro motivo teria a territorialidade em formação para desejar livrar-se desse lugar?

Percebendo o movimento, apareceu à porta para ver quem chegava e dali mesmo nos cumprimentou. O Sr. (fulano) é um homem de poucas e bem colocadas palavras, que ao tom de piada nada deixa a dizer. Ainda age como uma espécie de guardião da Vila, mora a poucos metros da entrada e pode acompanhar de casa, todo o movimento que acontece na Sede da Associação Comunitária. Em tom queixoso, nos falou: “Tão estragado está o chalé que nem a pesagem, realizada pela Pastoral da Criança, está sendo feita”. (Trecho do diário do dia 15/12/07)

Retomando então, o fio do raciocínio: Que relações estariam se fazendo notar pela afirmativa de que “a associação comunitária não existe”?

Ao aderir à acepção mais concreta do território (à visível e evidente imagem de destruição do rôto chalé) a afirmação de que “a Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida não existe” pode ser pensada filosoficamente, com a ajuda de Lefebvre (2008: p.90):

A forma se separa do conteúdo, ou antes, dos conteúdos. Assim libertada, ela emerge pura e transparente: inteligível. E tanto mais inteligível quanto mais decantada estiver de conteúdos, quanto mais “pura” estiver. Mas aqui surge o paradoxo. Assim e então, na sua pureza, ela não tem existência. Não é real, não existe. Separando-se do conteúdo, a forma se separa do concreto.

A partir dessa reflexão seria possível dizer que “a Associação Comunitária” não só existe, como exterioriza em sua imagem, uma forma social e simbólica. Não só existe, como abriga relações de poder segundo a natureza das práticas sociais que acolhe. E não é fruto do acaso, mas materializa as incontáveis e históricas derrotas experimentadas por sua gente (Foucault, 2008). “(...) vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível” (Lefebvre, 2008:p. 104).

Nos primeiros meses de mandato, a nova diretoria da Associação Comunitária começaria a externar os primeiros sinais de “conflito”. Não seria por falta de tentativas que não se conseguiu que dialogassem. Revendo a questão, percebe-se que falhou-me, tantas vezes, o discernimento de que a diretoria encarnaria a representação de territorialidades antagônicas, em verdadeira disputa pela centralidade de suas posições.

O apego à inegável concretude do deteriorado espaço comunitário e o desdém aos significados que se estabelecem a partir dele e em torno dele - é a declaração aberta de que a escolha trafega em direção oposta: é o rompimento não somente, com centralidades anteriores definidas por atores mais imediatos a esse espaço e de uma “velha guarda” política da Vila; mas com os símbolos que territorializam a Vila Nossa Senhora Aparecida. Para seguir tão somente à conveniência e às necessidades práticas e teóricas dessa nova representação do poder.

Como recomenda Souza (1995) é preciso atentar para o interesse de determinados atores pelo território. O interesse por “tomá-lo ou mantê-lo”.

Não percebendo a força simbólica desse espaço, não faltaram tentativas para deslocar a atividade política da sede da Associação Comunitária: espaço comum/público/de todos, para o âmbito privado.

3.5- Como a representação da territorialidade vem sendo formulada e apropriada pela comunidade, numa condição marcada pela *irregularidade fundiária*?

No sub-item anterior, procurei apontar para uma pequena “rusga” indicativa de um conflito e porque não dizer, indicativa de um pequeno “foco” de resistência e de reação à demarcação e empoderamento de outra territorialidade em formação, expressa pela então, nova liderança comunitária.

A partir desse momento, proponho-me a olhar para um panorama mais geral da Vila Nossa Senhora Aparecida, considerando (por alto) o modo como os moradores vêm acolhendo ou recusando essas e outras determinações.

Na afirmação a seguir, Fernandes (2008) levanta a questão da receptividade, conceito que pode ser trazido para se pensar, até que ponto pode-se falar em receptividade dos moradores? Aos olhos de quem as resistências seriam invisíveis e aos ouvidos de quem estariam silenciadas? Onde, como e com que direção as resistências estão acontecendo? O que faz com que as resistências sejam suficientes para alterar o curso da história?

As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de intencionalidades das relações sociais, que determinam as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte (...).

Assim, a intencionalidade determina a representação do espaço. Constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta. (Fernandes, 2008: p.02).

Para refletir sobre o enunciado acima, convém lembrar Foucault (2008) quando afirma que nem todas as ações têm o mesmo alcance, fato que explicaria a invisibilidade, mas não a inexistência da maioria delas. O que pode estar a sugerir, como Fernandes (2008) que as considerações precisam partir do pressuposto de que há sentido em tudo o que ocorre no espaço, ou no território. Indivíduo ou realidade socioespacial são categorias que não se opõem, uma vez que são constitutivos e constituintes um do outro. Reconhecendo que os indivíduos territorializam suas práticas e por isso mesmo, “não se juntam como cimento”, que representação podemos fazer do silêncio e da ausência do morador? Será possível entendê-lo como resistência, ceticismo ou renúncia?

Considerando as práticas que partem de instâncias institucionalizadas pretendo conferir espaço para observação de eventos e representações nas quais estão implícitas as disputas que tem por objeto o controle desse território. Para tal serão consideradas algumas representações do Poder Público Municipal, cuja tendência é transformar-se num ator cada vez mais presente no cenário da Vila Nossa Senhora Aparecida.

1º Relato:

A Secretaria de Proteção Ambiental, que ao longo de 2009 vem promovendo atos de “Educação Ambiental”, a partir de produções instantâneas de “mutirões de limpeza”, não por acaso, levadas a efeito nas Vilas e espaços segregados da cidade, pôde contar com o “canal” estabelecido por um vereador com a liderança local, para levar à Vila Nossa Senhora Aparecida seu método que deve por certo, ter objetivos a atingir.

O mencionado ato significou para a liderança a primeira correspondência a todos os apelos que teriam sido feitos até então, na esperança de trazer “o olhar indiferente” do Poder Público Municipal para as graves questões da Vila.

Naquela manhã de sábado, do dia 11/05/09, um grupo de autoridades e pessoas desconhecidas (muitos sendo atores interessados em demarcar suas posições nesse tabuleiro de forças) entrariam na Vila Nossa Senhora Aparecida e caminhariam em direção a seu fundo, realizando em frente à casa do presidente da Associação Comunitária um pequeno ato solene para em seguida dar início à coleta do lixo encontrado nas encostas. Não cheguei a tempo de ouvir as palestras, pois tentava convencer alguns moradores a tomar parte daquela ocasião para tentar conhecer seus propósitos. Contudo, somente uma moradora aderiu a essa idéia.

Na realidade, aquele ato não fora planejado para envolver os moradores e também, não se importava ali com o que pensavam. Provavelmente, sentindo isso, um morador esperaria até que os principais participantes da caminhada tomassem uma certa distância para gritar a um grupo pequeno de retardatários: “deviam é limpar a água da barragem que está poluída”.

2º Relato:

A partir desse momento do texto, destaco a transição que a territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida atravessa, em função da aproximação do momento em que se dará a implantação do Parque da Barragem o que remete todos os moradores ao confronto com sua verdadeira condição – a questão da *irregularidade fundiária*.



Figura 30 – Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida chegando para reunião com representantes da Prefeitura Municipal, em (06/10/09). Data em que a remoção seria comunicada oficialmente. (Foto C/JSA/2009)

Durante a primeira visita formal dos representantes da Prefeitura Municipal de Santa Maria aos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, que ocorreu no dia 17/09/09, em frente à Sede da Associação Comunitária, estiveram presentes, aproximadamente, 30 pessoas. Dentre elas o coordenador do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento³ e o Superintendente de Regularização Fundiária⁴.

Naquele dia, o assunto foi tratado de modo natural e simplificado, de modo que pouca esperança restaria dali.

A reunião iniciou-se com o presidente da Associação Comunitária agradecendo a presença do pessoal da Prefeitura e dizendo que o que levaria essa reunião a acontecer é a distribuição de recursos do PAC para zonas de baixa renda.

³ Nabor Ribeiro

⁴ Eduardo Barin

Na verdade, como viria a ser esclarecido pela fala a seguir, os recursos destinados à remoção dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida são provenientes do Banco Mundial e fazem parte do montante destinado à construção do Parque da Barragem. Demonstrando-se melhor informado que o restante dos moradores presentes referiu-se, com antecipação, à existência de uma “ação civil pública” que na seqüência seria apontada como motivo para o anúncio da remoção.

“(...) E a daqui é de baixíssima! Um lugar privilegiado, mas que falta estrutura. Uma coisa que a gente briga é que as decisões são quase sempre tomadas de gabinete sem comunicar. E a comunidade sabe no último momento que vai para onde se constrói quilômetros e quilômetros de casinhas longe de tudo e do lugar onde nasceram.

Sabemos que tem uma ação civil de remoção, que os moradores são responsabilizados pela destruição da mata, poluição da barragem...(...). Até agora a água que vai só até a metade da Vila: quarenta residências que não têm água potável. Isso em 40 anos” (Anotações do diário de 06/10/09)

Referindo-se ao jogo acachapante que faz da água um instrumento de pressão contra os moradores. Então, pronuncia: “Vivemos numa guerra fria”. Aqui têm eleitores que têm o mesmo peso de outras Vilas.

Em seguida, o coordenador do PAC iniciaria sua fala, nos seguintes termos:

“Somos técnicos contratados pela Prefeitura para fazer as obras do PAC e do Banco Mundial. Apesar que seja uma pressão válida, não tem nada a ver com voto. Essa pressão deve ser feita com o Prefeito, o vereador e não conosco. Temos que terminar essa “guerra fria” que você fala, pela questão da falta de saneamento que vocês vivem. Viemos não só propor a paz, mas trabalhar em conjunto. Evidentemente, temos questões maiores que teremos que nos guiar. O Banco Mundial prevê o Parque da Barragem, mas a contrapartida da Prefeitura é a realocação das famílias daqui. O que tem de concreto é isso. E a Prefeitura em sua ação teria que realocar essa população daqui.

Retomando-se a fala do Coordenador do PAC:

O projeto do Parque não existe, vamos começar a construir a partir de agora, evidentemente seguindo essa linha maior. Por que não viemos até agora? Porque por enquanto, as obras do PAC focalizaram as áreas do Arroio Cadena. Temos que fazer um trabalho social em conjunto, fazer um cadastro e selecionar quem vai trabalhar conosco. Durante esse período vamos promover cursos para que vocês possam adotar outro tipo de trabalho e profissão. Assistência para integrar a comunidade dentro do que é possível para a Prefeitura. Hoje viemos mais, para conhecê-los (...)"

Justificando o motivo da remoção:

"O que proíbe de botar água aqui é uma ação civil. Se não removermos vocês, eu vou ter que responder. Tínhamos até o dia 30 de agosto de 2009 para fazer isso. A execução já está correndo, como ninguém recorreu..."

Até esse momento todos permaneceram atentos, mas a partir dessa fala Rejane indagou:

_ Que ação é essa que não vieram falar?

Sem haver tempo para resposta. Defendeu, o Sr. Tininho credulamente:

_ Farret, quando era Prefeito, disse que nós só vamos sair daqui para ir pro cemitério.

Demonstrando que a coisa é bem mais complexa do que o modo como tratavam naquele momento, Leci interrogou.

_ Vocês vão me dar uma casa como a minha? Porque a minha casa é de dois pisos.

_ Quantas famílias moram com você? Perguntou o Superintendente da Regularização Fundiária.

_ A minha família! Respondeu, Leci.

O superintendente recorreu às evasivas.

Percebendo que para o caso dela não haveria uma resposta a contento, a moradora prosseguiu dizendo:

_ E o que eu construí e o que eu gastei ali? Quem vai pagar o prejuízo?

Neste momento, outra moradora (ao lado do marido) suscitaria outro detalhe da situação:

_ E quem tem bicho? Cavalos, porco, galinha e carroça...?

Ao que o Superintendente responderia com simplicidade:

_ Vocês combinam com outros que também têm animais, ganham duas casas vizinhas e cria um pátio comum.

(Dava para sentir a impotência através do gesto do casal de moradores. Ambos se entreolharam e sem o que dizer, arregalaram os olhos, comprimindo os lábios e balançando a cabeça: como que dizendo, que a coisa não vai ser feita para dar certo).

_ O Sr. Farias mesmo, há pouco tempo refez sua casa... Disse o meio atônito presidente da Associação Comunitária.

Fora do tom e sem conseguir animar a si mesmo com sua fala, o superintendente dizia:

_ Vocês vão trabalhar com costura, obra, indústria moveleira, marcenaria, confeitaria. Vamos dar condições para as pessoas ter outra profissão.

_ Acho que vão é tirar o nosso direito de escolha. Disse altivamente, Rejane Ferreira, uma moradora que eu ainda não conhecia:

Para acalmar o pessoal, o superintendente diria:

_ Não se preocupem não vai ser uma coisa do dia para a noite.

E tentando “fazer média”, disse:

_ Vão me colocar na cadeia, mas...

_ A gente visita! Brincou o presidente da Associação Comunitária (Risos).

_ Mas vou tentar colocar água aqui.

Olhando para o líder comunitário determinou a moeda de troca:

_ Leve na Prefeitura o número do CPF e da identidade de cada um de vocês, que eu resolvo o problema.

Procurando entender a alegação assumida na ação civil, Leci pergunta:

_ O que eles alegam? Porque o terreno é firme! O trem passava aqui!

Como não houve resposta, Leci prosseguiu, ela mesmo respondendo:

_ Querem tirar nossas casas, que são humildes para não ficar feio pro negócio deles. Tá! Eles ficam com o parque pra lá e nós ficamos aqui.

A certa altura do encontro, quando se desfez o círculo, as pessoas conversavam em pequenos grupos, alguns demonstrando profunda contrariedade.

A advogada que veio junto com a equipe “técnica”, chegou demonstrando o incômodo que o mau cheiro, vindo da criação de porcos causava. Pouco depois, a desavença estaria armada e parece ter sido provocada pela falta de trato com a “ralé”, que não apenas permitiu que os moradores a ouvissem, mas foi ainda mais longe, ao repreendê-los pelo mau cheiro. Não presenciei as circunstâncias, mas havia um pequeno grupo de mulheres indignadas com outro comentário que teria feito, dizendo que o pessoal dali não paga imposto.

Por isso Leci bradava:

_ Eu como, visto, tomo mate e em cada coisa dessa eu pago imposto. Do mesmo jeito que todos daqui. Que diferença faz entre nós e os outros que moram no centro? Ao que ela mesma respondeu: “(...) que eles nasceram lá e nós aqui!”

“Eu já nasci aqui, fazer o quê?! ”Me orgulho de ter sobrevivido nesse lugar. Não tenho interesse nenhum de sair daqui. Nasci e me criei aqui e aqui vou ficar”.

Reconhecer como Santos (1999) que os eventos ocorrem segundo algumas condições sócio-geográficas pré-existentes, não é o mesmo que compreender o território como uma determinação extra-social, ao contrário tais condições de base são talhadas pelas próprias relações sociais.

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. **Os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente.** Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a “existência” do espaço não é ser “geodeterminista”, como na crítica de Werlen (p.6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher (Santos, 1999: p. 70).

Quarenta anos não foram suficientes para se conquistar o direito à posse e à documentação dos terrenos, fato que por si, diz muito da história dessa coletividade que não apenas se aglutinou nesse espaço, mas que o territorializa e convive com a contradição do sentimento de pertencimento ao lugar e a falta do direito a ele. Essa seria a questão subjacente aos eventos que se sucedem nesse território.

Para Lefebvre (2008) ao ser esse, um problema prático, seria portanto um problema político. Contudo, como lembra o autor, esse não tem sido o modo como a questão da segregação da moradia e do direito ao espaço da cidade tem sido levantado. Pelo contrário, pode-se dizer que sua face política, geralmente, fica encoberta por vieses de regulação jurídica, técnica e urbanística abrigados pelo mais recente, discurso ambiental.

3º Relato

Como comprova o relato acima, a comunicação formal da remoção dos moradores ocorrida, no dia 17/09/09, baseava-se na justificativa da existência de uma “ação civil pública. A partir do processo investigativo que se empreendeu na seqüência do comunicado foi possível compreender que os atores da ação movida pelo Ministério Público Estadual seriam a Corsan e a Prefeitura de Santa Maria. Que tal ação obriga os atores citados a realizar a remoção dos moradores das áreas de APP (Áreas de Proteção Ambiental Permanente) existentes no entorno da Barragem do DNOS ou Rio Vacacaí-Mirim.

A busca de esclarecimento quanto ao conteúdo da ação civil pública, contou e conta com o completo envolvimento da liderança comunitária, e naquele momento específico, fora acompanhado por uma das mulheres membro da Associação Comunitária, envolvendo a constante comunicação com os moradores mais atuantes que acompanharam interessados, cada um dos passos do grupo em ação.

Esse momento dependeu da ajuda de uma instituição de pesquisa que realiza consultorias jurídicas gratuitas, onde se teve acesso ao processo, a partir do qual se pôde notar que os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida sequer são partes citadas na referida “ação”. Neste sentido, alguns aspectos precisam ser esclarecidos até o ponto de poder interpretar a situação da Vila Nossa Senhora Aparecida em seu conjunto, como sinônimo de APP, como demonstram preferir acreditar os representantes do Poder Público Municipal.

Em 27/11/09, a partir da visita realizada ao promotor público estadual ficaria esclarecido que a ação transitada em julgado (ou seja, sem recurso cabível) e foco da atenção daquele encontro exige a remoção daqueles que ocupam as áreas de preservação (APPs) do entorno da Barragem do rio Vacacaí-Mirim. A pedido dos moradores, o promotor acionou um encontro que ocorreria no dia 11/12/09⁵ com a presença de técnicos do IBAMA e da FEPAN solicitando parecer técnico que defina as áreas de remoção, segundo o critério da existência de APPs (Áreas de Proteção Ambiental).

Sendo assim, apesar de representantes da Prefeitura Municipal tratarem de forma definitiva o assunto, ainda falta acontecer a declaração dos órgãos ambientais mencionados acima, bem como o parecer final do Ministério Público Estadual.

Por enquanto, é possível compreender e demonstrar que:

⁵ Tendo tomado parte da referida reunião, Dalvana Brasil do Nascimento, mestranda do Programa de Mestrado em Geografia – UFMSM contribuiu para o conhecimento da real situação da Vila Nossa Senhora Aparecida, produzindo uma imagem geo-referenciada da área. (Ver figura 29.1)

a- Quarenta anos não foram suficientes para os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida obterem o direito de negociar a complementação da infraestrutura básica. Assim, mantida a condição de ocupação desprovida dos equipamentos essenciais a Vila Nossa Senhora Aparecida deixa de alcançar o status de “área urbana consolidada⁶”, o que afeta concreta e simbolicamente a vida de seus moradores, à medida em que esses perdem mais um importante argumento a seu favor. A obtenção dos equipamentos urbanos essenciais poderia ter-lhes aberto perspectivas de documentação da posse dos terrenos, ou regularização fundiária. Situação que em tese, poderia resultar numa conduta mais criteriosa, por parte dos agentes do Poder Público Municipal, no sentido de justificar a partir de parecer técnico, ações que se fizessem comprovadamente necessárias.

b- A questão do risco de deslizamento de alguns pontos da encosta do Morro Cechella é um problema bastante evidente da Vila Nossa Senhora Aparecida, especialmente nas proximidades da Sede da Associação Comunitária, situação que impõe o estudo da situação de cada moradia. A figura 30.1 demonstra que no local mencionado, a encosta apresenta declividade superior aos 45°, definidos como áreas de APP, pela Lei Federal 7.803/89.

⁶ O Art. 1º, inciso V, da Resolução Conama 302/2002 adota a seguinte definição para “**Área Urbana Consolidada**”:

Área que atende aos seguintes critérios: a) definição legal pelo poder público; b) **existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana**: 1. malha viária com canalização de águas pluviais, 2. rede de abastecimento de água; 3. rede de esgoto; 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos; 6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².



Figura 30.1: Definição de Área de APP – Lei Federal 7803/89.
 Fonte: ARCGIS – software de geoprocessamento. Imagem Quick BIRD – 08
 Escritório da Cidade – Autarquia de Planejamento Municipal
 Montagem: Rosana Trevisan e CJSA

c- Há aproximadamente 100 metros distância da Barragem do DNOS, medição obtida a partir do ARCGIS⁷, (ver figura 30.2), na área de fundos da Vila Nossa Senhora Aparecida, a encosta do Morro apresenta-se densamente vegetada com níveis de declividade mais suaves e as moradias possuem terrenos mais amplos. A favor da permanência das moradias existentes nesse ponto da Vila pode-se apontar as determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Santa Maria (033/2005) que define como área de maior restrição (Área de Preservação Permanente – APP) o limite dos 30 metros, a partir da margem do manancial. De acordo com a mesma lei, os 70 metros restantes referem-se à (Área de Conservação – AC4). Segundo a política do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) as áreas de conservação representam áreas de uso sustentável, cuja principal característica consiste em tornar conciliável a ocupação humana com o cuidado às condições naturais.

⁷ Software de geoprocessamento. Imagem Quick BIRD – 08. Escritório da Cidade – Autarquia de Planejamento Municipal

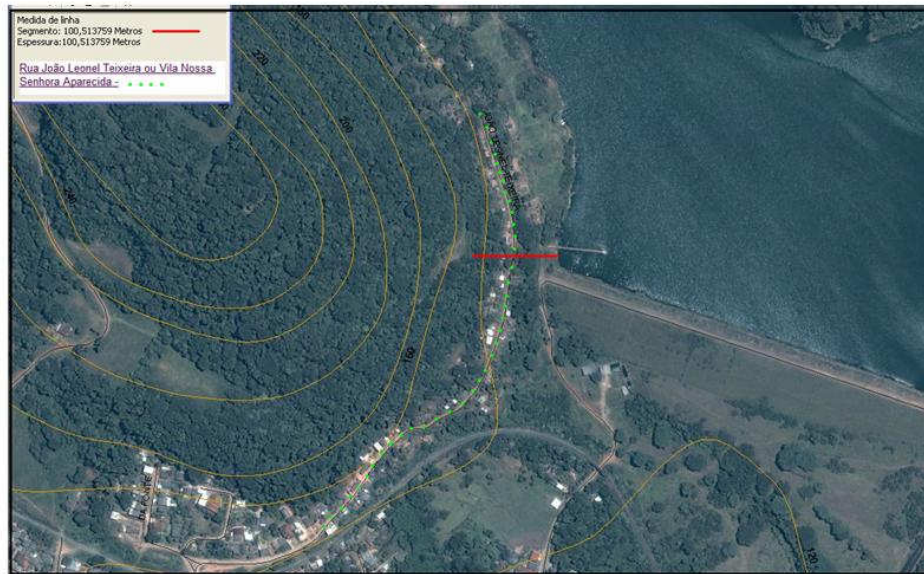


Figura 30.2: Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo de Santa Maria 033/2005
 - Medida dos 100 metros da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim (DNOS) -
 Fonte: ARCGIS – software de geoprocessamento. Imagem Quick BIRD – 08
 Escritório da Cidade – Autarquia de Planejamento Municipal
 Montagem: Rosana Trevisan e CJSA

d- Faz-se possível demonstrar então, a partir da visualização da imagem a seguir (ver figura 30.3) que a linha demarcatória da APP, dos 30 metros (que por sinal, é a mesma medida definida pela Resolução Conama para áreas urbanas consolidadas) passa a uma distância aproximada de 70 metros da área de ocupação da Vila Nossa Senhora Aparecida, atingindo somente as áreas circunscritas às margens da Barragem.

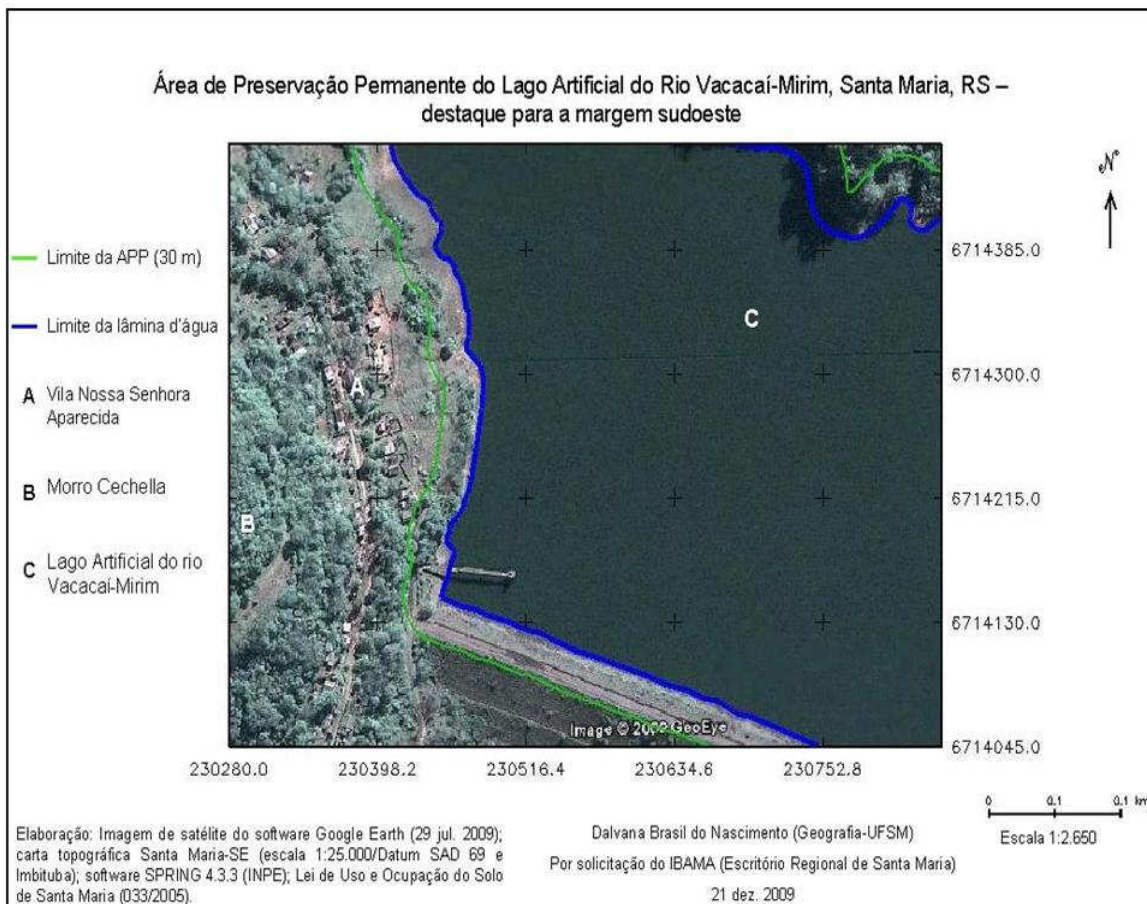


Figura 30.3 – Mapa apresentando a linha demarcatória da APP de 30 m.
(Produzido por Dalvana Brasil do Nascimento, dez./2009)

Tais constatações equivalem dizer que segundo as disposições do Plano Diretor da cidade de Santa Maria, a Vila Nossa Senhora Aparecida encontra-se fora da área de preservação ambiental permanente, à medida em que encontra-se inserida na área de conservação (AC4). Posição que abre perspectivas de se adotar resoluções compatíveis com os moldes de criação de áreas de uso sustentável em que se regulariza a situação das comunidades tradicionais desenvolvendo projetos que conciliam o propósito de promover qualidade ambiental e justiça social.

Essas seriam as principais questões que sinalizam a origem de um processo que provavelmente, envolverá a negociação desses parâmetros, bem como a decisão sobre o lugar para onde serão removidos os moradores habitantes das áreas de provável risco.

3.6- A prática investigativa orientada para o amplo contexto da *Montanha Russa*:

Convém inserir neste capítulo dedicado aos “momentos da prática” a descrição de uma das frentes de trabalho, motivada a partir do processo investigativo que se iniciou com um levantamento, entre os moradores, a partir do qual se procurava saber se esses atores estariam informados a respeito da premente implantação do “Parque da Barragem do DNOS”, cujo início das obras estaria previsto para acontecer a partir de 2009, mas que começado o ano de 2010, ainda não se observa qualquer movimentação neste sentido. Salvos alguns atos preliminares, da parte do Poder Público Municipal, que podem ser considerados como alguns dos indícios. Dentre eles, pode-se citar: o impedimento da venda do Clube Náutico declarado como área de utilidade pública, em meados de 2009 (ver notícia jornal – anexo 2 – p.219); e a notificação de remoção dada aos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, em setembro de 2009.

Na condição de momento inicial do processo investigativo do amplo contexto da *Montanha Russa*, o levantamento foi iniciado informalmente, entre os atores residentes na Rua Montanha Russa, justamente porque na continuidade desta rua alcança-se o portão de entrada aos domínios da Barragem do DNOS. Processo que iria estender-se aos demais moradores vinculados às Associações Comunitárias da Vila Pércio Reis e da Vila Nossa Senhora Aparecida, até dar origem a um encontro formal (ver figura 31).

As Associações Comunitárias foram comunicadas sobre o projeto que visa a construção do Parque da Barragem?
O que os moradores já ouviram falar a respeito?



Figura 31

Levantamento realizado com a participação de moradores das Vilas Pércio Reis e Nossa Senhora Aparecida, em 08/12/08.

(Fotos: CJSA/2008)

O processo investigativo iniciado com o mencionado levantamento desdobraria-se no compromisso de contatar representantes da administração pública municipal⁸ que pudessem esclarecer os fatos, já que surpreendentemente; nenhum dos moradores com os quais se contactava, nem os atores à frente da maioria das instituições existentes na *Montanha Russa* ou sequer os atores da universidade com quem se estava iniciando contato – estariam informados de que teria sido aprovado um projeto para o entorno da Barragem do DNOS, com o intuito de transformá-lo em área de Parque. Em (27/11/08) o presidente do Escritório da Cidade confirmaria o recebimento de recursos financeiros, por parte da Prefeitura, tendo o empreendimento do Parque como finalidade.

⁸ Visita ao Escritório da Cidade, para entrevista com o engenheiro civil - Maurício Mezzomo, em 30/10/08 e posteriormente, conversa por telefone com Wilson Serro (Presidente do Escritório da Cidade) em 27/11/08. Em 22/12/08, encontro com Marian Moro, ex vice-presidente do Escritório da Cidade e integrante da equipe que idealizou o projeto do Parque da Barragem.

Sendo esta, uma questão que envolve todo o contexto da *Montanha Russa* tornava-se impossível dar, naquele momento, um tratamento isolado para a investigação que tinha como objetivo conhecer os planos da Prefeitura com relação à Vila Nossa Senhora Aparecida uma vez que, uma questão é intrínseca à outra.

Assim, moradores e lideranças interessados em conhecer a proposta do iminente Parque a ser implantado, praticamente, dentro de seus domínios já contando com a experiência de uma primeira aproximação com o Poder Público Municipal (ver figura 32) concordaram em retroceder, por algum tempo, do intento de trazer à comunidade os representantes da Prefeitura Municipal responsáveis pelo referido projeto (ver carta de moradores – anexo 3 – p.220 e 221).



Figura 32- Moradores e lideranças representando as Vilas Nossa Senhora Aparecida, Búrguer e Pércio Reis em reunião com a coordenação do PAC Social - Administração Municipal de Valdeci de Oliveira (20/08/08). (Fotos: CJSJA/2008)

Principalmente porque, encontrando-se esses atores, em fim de mandato e investidos na campanha da re-candidatura, restariam poucas chances de haver a inserção deste assunto na agenda desses representantes.

Por outro lado, os moradores estariam convencidos da importância de reunir forças institucionais que pudessem acompanhar essa trajetória de perto, prevenindo-se da previsível relação assimétrica em vias de se produzir, cujas conseqüências poderiam resultar no desencadeamento de um processo de perdas culturais, sociais, econômicas e ambientais; ainda maior, do que as que já vêm ocorrendo ao longo da história da *Montanha Russa*.

Quadro provável de se desenhar, especialmente por conta do desconhecimento quanto à existência do vasto potencial do lugar, que mantém seu encanto, mesmo sendo “perdedor” do ponto de vista dos investimentos públicos, se analisada sua trajetória ao longo dos últimos 30/40 anos – situação que se confirma com a proposta de construção do Parque na mais completa exclusão do lugar e de seus atores.

Na ocasião em que se tornava significativo para os moradores compreender os planos de implantação do Parque da Barragem ocorreria como parte do processo investigativo a iniciativa de realizar uma primeira aproximação com professores à frente de um grupo de pesquisa, do departamento de geografia, da UFSM; que vinham produzindo estudos, envolvendo o setor norte⁹ de Santa Maria, juntamente com um processo de Educação Ambiental com uma das escolas deste setor da cidade.

O primeiro encontro aconteceu no dia 05/11/08, oportunidade em que eu apresentaria descrições e fotos procurando demonstrar a relevância da *Montanha Russa*: seus potenciais, seus problemas e o inegável conflito socioambiental existente - na esperança de que a sensibilização desses profissionais representasse uma oportunidade de tomada dessas temáticas como objeto de discussão e acompanhamento no sentido de garantir uma maior visibilidade da situação dos moradores da *Montanha Russa* e uma maior transparência do processo de implantação do Parque, que certamente, envolverá mudanças inestimáveis em seu território.

⁹ Assim como o entorno da *Montanha Russa* (setor nordeste), esta constitui parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).

Havia a expectativa também, de que os professores da Universidade colocassem sua vontade em trabalhar a Educação Ambiental à serviço das escolas que atendem alunos da *Montanha Russa*. Reconhecendo o poder de um grupo de pesquisa da Universidade, em acionar um processo sistemático e continuado de Educação Ambiental a partir das escolas, envolvendo corpo docente, discente e comunidade. Realizando todo esse trabalho acompanhado de um estudo integrado e continuado da situação socioambiental da área. Perspectiva que, aliás, como já se disse, vinha sendo realizada pelo grupo de pesquisa em outro bairro da cidade.

Tendo em vista as perspectivas crescentes de diálogo com o grupo a aproximação representaria a oportunidade de restabelecer uma convivência com a Educação Ambiental formal, com enfoque no emprego de técnicas e de análises geográficas. A médio prazo, poderia representar uma oportunidade de aproximação com a vida escolar e institucional dos jovens e crianças da *Montanha Russa*. E muito mais que isso, a interação com estudiosos experientes e alunos pesquisadores significaria também, novas aprendizagens em todos os sentidos e para todas as partes, além de servir de um inestimável suporte para a comunidade da *Montanha Russa*.

Ao visualizar o potencial descrito da realidade da *Montanha Russa* e posteriormente, ilustrado com a primeira atividade de campo, ocorrido em (15/04/09)¹⁰, os professores da UFSM visualizaram as inúmeras perspectivas que poderiam ser construídas a partir da conciliação de estudos voltados para a produção de um diagnóstico com um processo de Educação Ambiental formal: cujo anseio havia sido manifestado pelos professores da Escola Estadual Xavier da Rocha, durante um seminário de Educação Ambiental, que ocorreu em fins de 2008, por iniciativa do grupo de pesquisa.

¹⁰ A primeira atividade de campo, da qual atuei como guia, contou também com a participação do primeiro grupo de alunas aspirantes a integrar o projeto em gestação que envolveria uma escola do bairro Itararé e comunidade da *Montanha Russa*

O que faria o projeto da Universidade tornar-se ainda mais interessante seria o fato de que ao assumir tal parceria com a referida escola, o grupo de pesquisa da UFSM estaria envolvido não somente com as questões da *Montanha Russa*, porção leste do Bairro Itararé; mas também com a porção oeste (ver figura 33), onde está localizada a Escola Estadual Xavier da Rocha¹¹.

Então, percebo que a atividade de campo tenha sido o argumento mais tocante no sentido de sensibilizar os professores do referido grupo, a ponto desses prontificarem-se a corresponder ao chamamento desta proposta investigativa que ocorre junto com a comunidade e também, dos professores (as) da Escola Xavier da Rocha¹², que como já se disse, haviam participado dos seminários de Educação Ambiental, expressando sua vontade em obter apoio do referido grupo de pesquisa, como suporte para as iniciativas que já teriam levado a efeito a partir de um estudo preliminar sobre o contexto da Barragem do DNOS, com o objetivo de envolver a realidade do bairro no ensino escolar.

¹¹ Em proposta de Projeto para inserção no Programa de Mestrado da Geografia, datada de 19/06/09 estaria incluído um breve apanhado da situação dessa região, que poderá ajudar o leitor a compreender melhor o valor dela como área de estudo e de pesquisas geográficas:

“O Bairro Itararé trás incontáveis histórias, visto que sua origem está relacionada à construção da ferrovia Itararé que ligava São Paulo à cidade de Santa Maria da Boca do Monte (1885), ainda no governo imperial. A parte oeste do bairro Itararé, embora atravessasse um interminável processo de perdas dos valores culturais e históricos em função da retração econômica que acarretou o desuso e a desvalorização de alguns de seus bens, como é o caso do Monumento ao Ferroviário. Conserva referências do passado mantidas vivas como a Igreja Santa Catarina e a Fábrica de Refrigerantes Cyrilla”.

¹² A Escola Estadual Xavier da Rocha está localizada no Bairro Itararé, fora do âmbito da *Montanha Russa*. Contudo, bem antes do fechamento da Escola de Ensino Fundamental Municipal São Paulo em 2008, a primeira já estaria recebendo alunos oriundos da *Montanha Russa*.



Figura 33 – Bairro Itararé:
 (A) Escola Xavier da Rocha (ao fundo, torre da Igreja Santa Catarina);
 (B) Vista do Morro Cechella a partir da rua da escola.
 (Fotos: CJS/A/2009)

Outro fator que teria contribuído para convencer os professores da Universidade a assumir essa direção de pesquisa, esteve na possibilidade de obter, em primeira mão, um apanhado de informações resultantes não de uma simples constatação, mas de um processo sistemático de pesquisa capaz de apontar para os principais aspectos da realidade desse território: as principais territorialidades, as lideranças comunitárias, os atores mais ativos, os potenciais, os problemas e os conflitos socioambientais existentes.

A partir de então, as reuniões se sucederam. Naquelas primeiras, como a do dia (19/11/08), a questão dos professores à frente do grupo de pesquisa estaria em pensar: Que alunos(as) iriam trabalhar? Como seria o trabalho com os professores(as)? No tocante ao primeiro momento, em que se abriria o projeto com a Escola Xavier da Rocha.

De modo que, no dia (14/01/08) já teria sido definido um esboço do roteiro de desenvolvimento do processo de Educação Ambiental na escola.

Além das perspectivas acima descritas, interessava desenvolver uma frente política. Com essa finalidade foram realizadas três reuniões visando construir um cronograma de atividades e oficinas na comunidade, a partir das quais se esperava debater, propor e construir uma “Agenda Ambiental para a Zona Norte/Nordeste de Santa Maria: o futuro segundo as comunidades¹³”.

Nessa última reunião, realizada no dia (21/05/09) a preocupação estaria em como dar voz à comunidade? Especialmente, aos moradores da *Montanha Russa*, uma vez que o Fórum em construção estaria indo, em certa medida, em resposta às necessidades desses atores e além do mais, sendo programado para acontecer em seu território.

Um dos momentos em que o grupo de pesquisa da UFSM teria colaborado com o processo de investigação em curso iria ocorrer, em (08/01/09), quando se dava prosseguimento à conversação que vinha se desenvolvendo com os moradores das principais territorialidades do contexto, com relação à construção do Parque da Barragem. De uma das reuniões que se realizaram com essa finalidade, participaram como colaboradoras duas estagiárias¹⁴ enviadas como representantes do grupo de pesquisa da UFSM, além de ter contato com mais duas presenças: da turismóloga e colega de mestrado em Geografia: Thaís Torres; e da professora da Escola Xavier da Rocha: Eide Machado.

Revedo as anotações feitas no diário produzido naquele dia, a intenção deste encontro esteve em produzir momentos de problematização da condição dos moradores perante os empreendimentos da barragem, com o objetivo de captar apoio para esses atores, no sentido de organizar propostas de inserção da *Montanha Russa* em projetos consonantes com a expectativa e com os sonhos desses atores, no que concerne ao desenvolvimento local.

¹³ Título sugerido pelo professor Adriano Severo Figueiró e inspirado naquele que teria sido tema do “Encontro Regional de Vereadores: O Futuro Segundo o Parlamento”, do qual o mesmo haveria participado como palestrante, no dia 07/05/09.

¹⁴ Dentre elas, Jaciele Carine Sell que atualmente, está inserida no Programa de Mestrado em Geografia e desenvolvendo sua pesquisa referenciada na realidade local.

A atividade consistiu numa proposta de encontro itinerante que foi iniciado a partir de uma reunião na Associação Comunitária da Vila Pércio Reis (ver figura 34) – como meio de oportunizar a novos atores, a visualização da capacidade organizativa da comunidade através da visitação aos pontos onde acontecem trabalhos comunitários específicos, nesse lugar ignorado por quem estuda, planeja ou administra a cidade.



Figura 34– Reunião itinerante com o objetivo de focalizar alguns dos potenciais da *Montanha Russa* (08/01/09).
(A) Início com reunião na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis;
(B) Culminância na Vila Nossa Senhora Aparecida.
(Fotos: CJSA/2009)

Além da visita ao trabalho que se realiza na Sede da Associação Comunitária, o trajeto planejado previa a passagem pela Rua Montanha Russa, onde outros projetos sociais acontecem, incluindo ainda, a visita a um significativo empreendimento que funciona no lugar, como é o caso da chácara onde se cria gado leiteiro, que consisti numa empresa familiar, onde se produz leite para fornecimento local e também, funciona uma estruturada fábrica de sorvetes (ver figura 35). O último ponto do encontro itinerante estaria programado para acontecer com moradoras da Vila Nossa Senhora Aparecida (rever figura 34).



Figura 35 – Chácara de criação de gado leiteiro. Pequena empresa familiar onde se produz leite para consumo local e sorvetes. (Fotos: CJS/2009)

Neste encontro esteve presente a arquiteta membro da equipe técnica idealizadora do Parque e o presidente da Ong organizada no bojo do respectivo projeto, que leva o nome do Bairro Campestre Menino Deus (área oficialmente inserida no projeto do Parque proposto pela administração municipal, em exercício).

Ambos não participariam do trajeto que teria o propósito de apresentar a área, com a qual a arquiteta teria trabalhado¹⁵, (segundo informações prestadas naquele momento), sem ter visto de perto a vida deste território, cuja travessia é obrigatória quando a intenção é chegar à barragem do DNOS, futura área do Parque, através do portão sul.

O prosseguimento ao processo de investigação a que me refiro neste item aconteceria em outras ocasiões como em (17/04/09), quando algumas lideranças participariam do planejamento de um novo encontro com moradores: momento que contou com a participação ativa da professora membro do grupo de pesquisa da UFSM¹⁶. O planejamento seria levado a efeito (ver figura 36), a partir da reunião que ocorreu em (18/04/09), que além da presença dos moradores e de uma das estagiárias, contou também com outras colaborações¹⁷. Desta vez, o objetivo da reunião esteve em refletir sobre a existência de diferentes conceitos de parque, as finalidades da criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, os possíveis impactos na vida das pessoas e do lugar. Esclarecendo que o objetivo de levar o trabalho da arquiteta Camila Lorenci Mallmann¹⁸ estaria em demonstrar a possibilidade de existência das mais diferentes propostas para a região, de modo que se propunha aos moradores o exercício de se começar a pensar: Que Parque queremos?

¹⁵ Priscila Quesada trabalhou na realização do mapa que prevê as “Áreas Especiais Naturais” do Plano Diretor de Santa Maria.

¹⁶ Professora Eliane Maria Foletto e alunas bolsistas Jaciele Carine Sell e Dalvana Brasil do Nascimento.

¹⁷ Anilda da Silva Back, Bárbara Degrandi Borges (Acadêmica Artes Plásticas), Camila Lorenci Mallmann.

¹⁸ Trabalho acadêmico de finalização do curso de arquitetura da UFSM. Proposta para a área da Barragem e do Morro Cechella. Com o seu exemplo de projeto, Camila deixou claro para os moradores de que se trata de um trabalho que expressa a sua “visão” de parque.



Figura 36– Reunião ocorrida na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis, em 18/04/09.

Que projetos de parque existem para o entorno da barragem?

Que parque queremos?

A quem caberá contar a história do antigo “Parque Montanha Russa?”

(Fotos: CJS/A/2009)

A mesma perspectiva que envolveu a colaboração do grupo de pesquisa da UFSM com essa proposta de pesquisa participante propiciaria o crescimento de outra; possibilitada por esse diálogo: aquela que favoreceria a aproximação dos pesquisadores da Universidade com os atores mais ativos da *Montanha Russa* e com as principais questões da comunidade.

A partir daí, várias frentes seriam articuladas por parte dos professores à frente do grupo de pesquisa da UFSM, das quais tive o privilégio de colaborar com algumas delas.

Para melhor ilustrar esse item, pretendo relacionar abaixo as principais atividades desenvolvidas, esclarecendo que para a realização da maioria dessas ações fizeram-se necessários encontros de planejamento:

→ A primeira atividade de reconhecimento da área, com o campo ocorrido em (27/03/09);

→ Aproximação com diretora (30/04/09) e a primeira reunião com o corpo docente da Escola Xavier da Rocha (07/05/09);

→ Reunião com a coordenadora dos projetos sociais que acontecem no espaço da Igreja Anglicana, “Montanha Russa”, em (13/05/09).

→ A atividade de campo para construção da “Trilha de Educação Ambiental”; da qual participaria apenas a aluna encarregada de definir os pontos da Trilha (13/06/09);

→ A atividade de campo realizada, em (25/08/09), a partir da qual o grupo de pesquisa faria a preparação da Trilha a ser percorrida com os professores da Escola Xavier da Rocha;

→ A atividade de campo, que cumpriria a finalidade de apresentar a Trilha de Educação Ambiental aos professores da referida escola, em (26/09/09).

A seguir pretendo descrever as ações mais significativas que tomaram parte desse processo que consistiu na colaboração com o Grupo de pesquisa da UFSM, durante os primeiros passos em direção à inserção desses novos atores no contexto da *Montanha Russa*:

→ **Primeira atividade de campo em (27/03/09);**

Durante a primeira atividade de campo, ocorrida nesta data, os professores do grupo de pesquisa da UFSM, bem como as primeiras acadêmicas que iniciavam sua adesão ao grupo, trilhariam caminhos ainda não percorridos.

A atividade iniciou-se na Vila Pércio Reis, no trecho da Rua Armando Ceccin de onde é possível ver os trilhos da via-férrea que correm paralelos a esta; porém, na base de um corte do morro. De modo que, do alto da rua avista-se os trilhos que percorrem a área encaixada no corte desestabilizado das encostas, que acompanham a linha do trem de ambos os lados.

Obra de engenharia que é herança de uma época cujo paradigma, não contabilizava os problemas futuros que poderiam ser gerados a partir da desconsideração das curvas de nível.

Percorrendo-se a rua a partir desse trecho, percebe-se no lado esquerdo, de quem caminha em direção ao interior do lugar, a presença de casas modestas com pequenos jardins ao longo de um comprido quarteirão, que termina na esquina, onde sedia a Associação Comunitária da Vila Pércio Reis (ver figuras 37 e 37.1).



Figura 37 – Rua Armando Ceccin:
Caminhando em direção ao interior da Vila Pércio Reis, *Montanha Russa*.
(A) Seta apontando para o lado esquerdo da rua, onde pode-se ver moradias modestas com pequenos jardins.
(B) Quadra que culmina com a esquina da Sede da Associação Comunitária.
(Fotos: CJS/2009)

Do lado direito da rua, avista-se moradias assentadas praticamente, ao longo de toda a pista, na estreita faixa situada entre a rua e a escarpa do barranco formada pela encosta que acompanha os trilhos (ver figura 37.1).



Figura 37.1 – Rua Armando Ceccin - Lado direito.

(A) Seqüência de moradias construídas no limiar da rua.

(B) Focalizando uma dessas moradias assentadas no lado direito da rua, cuja área de fundos é coincidente com o corte da encosta.

(Fotos: C.JSA/2009)

Em alguns desses pontos pode-se observar, o avanço do processo erosivo que já alcança o calçamento da rua¹⁹ (ver figura 38).

¹⁹ O preocupante e processual desmoronamento da Rua Armando Ceccin e as antigas e constantes inundações da Rua Montanha Russa vêm figurando respectivamente, como motivo de inquietação e de prejuízo às atividades diárias dos moradores nos períodos de chuva. Estes problemas têm sido causa das recorrentes reclamações feitas pelos moradores à Prefeitura Municipal, especialmente por ocasião das pesadas chuvas ocorridas, em fins de 2009. Tais questões não poderiam passar despercebidas de um processo investigativo que busca sintonia com as temáticas da comunidade. Assim, foi prestada assessoria aos moradores no sentido de recolher depoimentos, fotos e filmagens que documentassem o problema, produzindo a partir da sistematização do material, uma notificação protocolada no Ministério Público Estadual, em (10/12/09) (ver anexo 4 – p.222)..



Figura 38 - Rua Armando Ceccin: Lado direito

(A) Depósito de objetos sobrecarregando a beirada do talude que margeia a linha férrea.

(B) Erosão alcançando o calçamento situado em frente à residência de nº181.

(Fotos: CJS/2009)

Sobressaem-se nesse trajeto, algumas faixas verdes plantadas por moradores das casas em frente que tiveram a iniciativa de cercar e plantar árvores, como é o exemplo, do Sr. José Rodrigues²⁰ (ver figura 39).

²⁰ Morador que, dentre outros, fora homenageado durante solenidade que ocorreu na Associação dos Cabos e Soldados, em 03/11/99, por contribuir com a valorização da *Montanha Russa*. Além de moradores, estiveram presentes a essa celebração: alunos e professores da Escola Municipal São Paulo, alunos e professores da Escola Estadual Augusto Ruschi (Pólo do Pró-Guaíba), representante do IBAMA, Fundação Mo'ã e Companhia Ambiental da Brigada Militar foram realizadas

Sob a perspectiva da Educação Ambiental, a relevância desse ponto está no fato de que a iniciativa do morador em assumir a conservação desse pequeno trecho, situado fora do âmbito imediato de sua casa, atesta o poder que esse ator tem de influir na organização do espaço e no uso que é dado ao lugar.



Figura 39 – Rua Armando Ceccin: Lado direito – Ontem e Hoje
(A) Árvores plantadas, espaço mantido cercado por morador residente do outro lado da rua. (Foto: CJSJA/1999)
(B) O mesmo espaço, já constando como parte da “Trilha de Educação Ambiental” proposta pelo grupo de pesquisa da UFSM. (Foto: CJSJA/2009)

A pequena quadra que segue, descreve logo adiante uma curva “em cotovelo” de quase 90° dando início à rua Montanha Russa (ver figura 40).



Figura 40 – Rua Armando Ceccin

(A) e (B) Residências situadas na última quadra;
(B) Seta indicando esquina que dá início à Rua Montanha Russa.

(Fotos: CJS/2009)

Na Rua Montanha Russa encontram-se as principais instituições do lugar: A capela São Pedro com salão no segundo piso, casa paroquial e cozinha comunitária (ver figura 41).

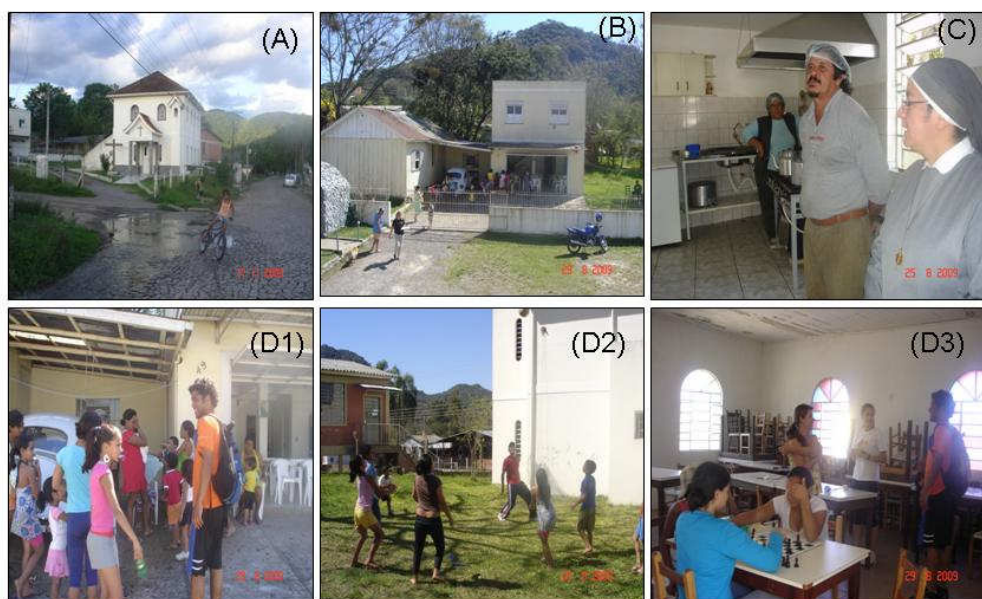


Figura 41– (A) Capela São Pedro; (B) Casa paroquial; (C) Cozinha comunitária; (D1, D2 e D3) Atividades que acontecem aos sábados: Almoço para a comunidade carente e recreação com acadêmicos do PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade. (Fotos:CJSA/2009)

Ao lado da capela, a Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa encontra-se instalada, onde funcionara a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo (EMSP). Do outro lado da rua, vê-se o amplo espaço do Clube de Cabos e Soldados (ver figura 42).



Figura 42 – (A) Capela São Pedro e Escola de Educação Infantil Montanha Russa (ao lado); (B) A Escola em evidência; (C) Do outro lado da rua, o Clube dos Cabos e Soldados.
(Fotos: CJS/2009)

Ultrapassando-se a Escola pode-se vislumbrar o cenário bucólico do lugar, de pequenas casas e chácaras, que de um lado possibilitam a visão verde da encosta do Morro Cechella e do outro, no entremeio das casas, o olhar pode avançar em direção à antiga várzea de inundação do Rio Vacacaí-Mirim (ver figura 43).

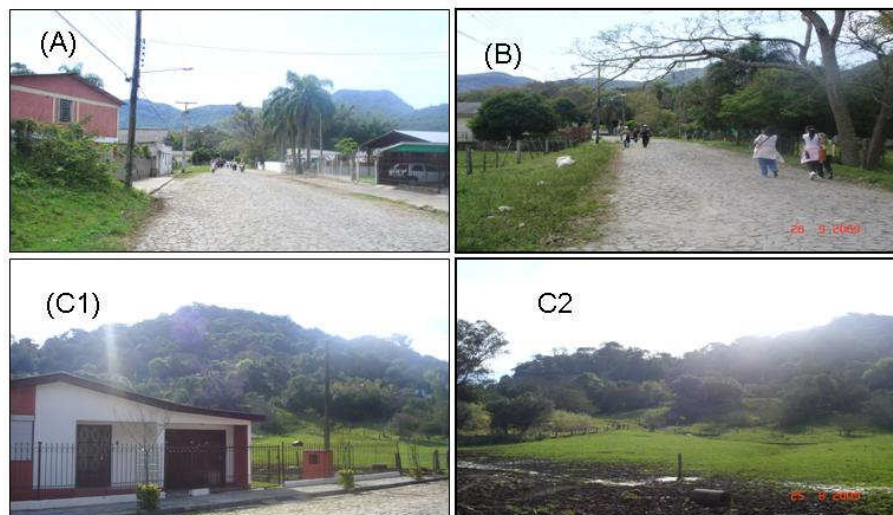


Figura 43 – Rua Montanha Russa:
 (A) Vista a partir da Escola;
 (B) Chácaras dos dois lados;
 (C1) e (C2) Morro Cechella (ao fundo);
 (Fotos: CJSA/2009)

Daí em diante, pode-se enfim, alcançar o ponto onde se vê a passarela suspensa do trilho da linha férrea, que tem a aparência de um grandioso portal, a partir do qual domina o verde. Já tendo passado então, em frente à singela capela da Igreja Anglicana, cuja propriedade abarca um entorno de mais de seis hectares de bosque – dotada também, de uma ampla infra-estrutura destinada à realização de projetos sociais (ver figura 44).



Figura 44 – Rua Montanha Russa: na proximidade do portão Sul da Barragem do DNOS ou do Rio Vacacaí-Mirim
(A) Capela da Igreja Anglicana;
(B) Linha férrea suspensa;
(B) Seta indicando bosque de propriedade da Igreja Anglicana.
(Fotos: CJS/2009)

Assim entra-se no domínio da barragem, onde está instalada a casa de máquinas, numa área cercada e permanentemente, guardada por um vigia. Nesse lugar pouco percorrido, alcança-se o nível mais elevado da taipa da barragem, que configura um longo caminho em direção às comportas, de onde também é possível chegar à BR- 158, em direção à Itaara, bem atrás das instalações da Polícia Rodoviária Federal (ver figura 45).

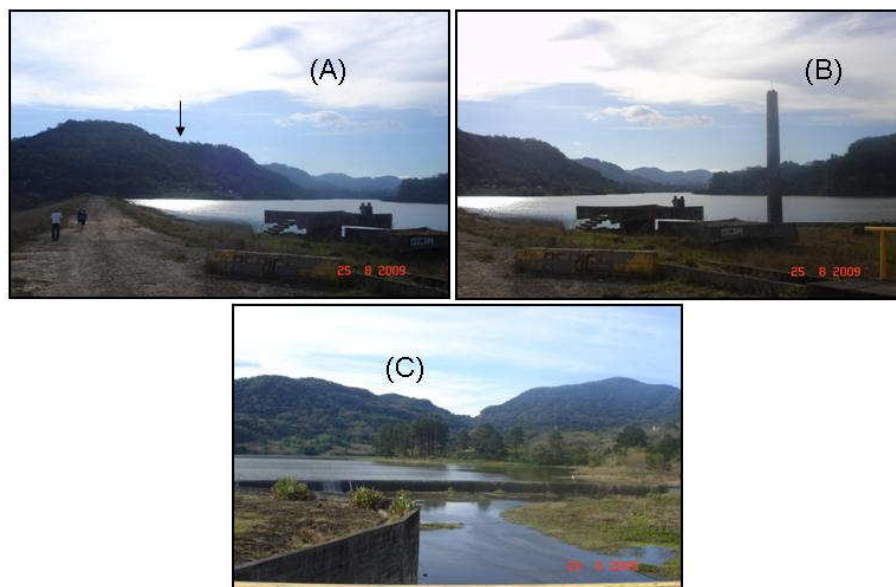


Figura 45 – Domínio da Barragem do DNOS, após atravessar a guarita da Corsan – Cia. Riograndense de Saneamento;
(A) Vista do Morro Cechella a partir da taipa da Barragem do DNOS;
(B) Vista da Barragem e dos morros do entorno;
(C) Área próxima ao canal de extravassagem da represa.
(Fotos: CJSA/2009)

Voltando o olhar para a base do Morro Cechella, em direção oposta a este, pode-se caminhar por uma longa passarela que se adentra por cima do vasto espelho d'água, revelando perspectivas inesperadas do exuberante cenário do manancial contornado pelos morros.



Figura 46 – Diferentes ângulos da passarela, da Barragem do Rio Vacacaí-Mirim – DNOS e da base do Morro Cechella.
(Fotos: CJSJA/2009)

De volta à base do Morro, pode-se tomar uma curta trilha em direção ao seu primeiro cimo, que coincide com a verde área de fundos da Vila Nossa Senhora Aparecida. A partir desse ponto da Vila caminha-se em direção ao topo do Morro Cechella, passando alternadamente por caminhos amplos e outros mais adensados, na picada da mata que aliás, encontravam-se bastante fechados, indicando o pouco uso dos últimos tempos.

Na plana e vasta área do topo, em forma de tabuleiro, além de um pequeno bosque pode-se fitar (um pouco mais adiante, a partir da escarpa abrupta de uma de suas “margens” - recortada por uma antiga pedreira) o magnífico horizonte, captando uma tomada panorâmica da cidade de Santa Maria, tão rara – que quase não se acredita que possa existir toda essa beleza natural, a menos de 5 minutos do centro da cidade mantida, ainda hoje, tão desconhecida (ver figura 47).

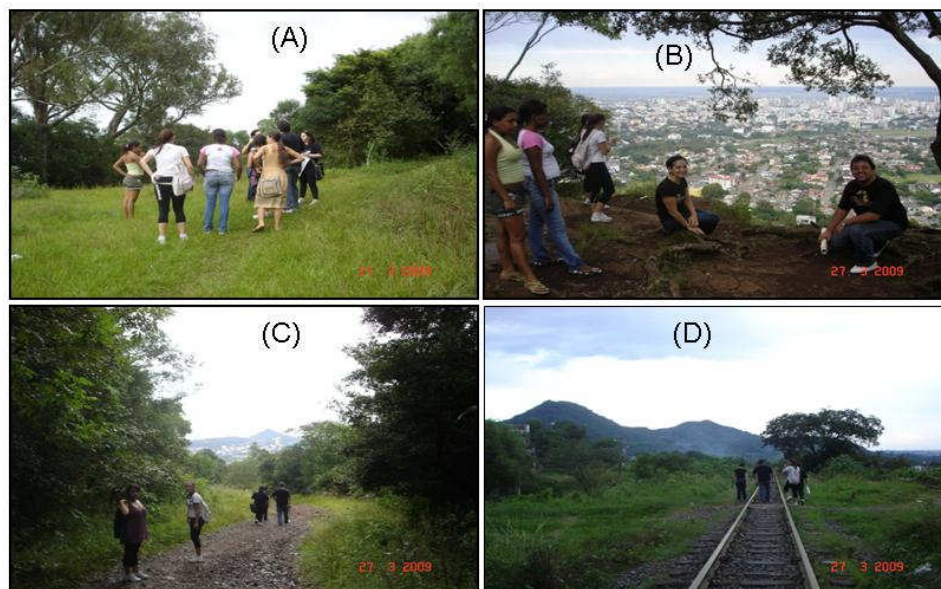


Figura 47 – (A)Trajeto percorrido pelo Grupo em direção ao topo do Morro Cechella; (B)Vista panorâmica da cidade tomada a partir do topo; (C) e (D) Retornando à base do Morro.
(Fotos: CJSÁ/2009)

No retorno, uma vez atingido o sopé do Morro o grupo optou por percorrer o estreito caminho paralelo aos trilhos até alcançar a altura da entrada bifurcada que dá acesso à Vila Bürguer e à Vila Nossa Senhora Aparecida e mais um pouco, estaríamos de volta à Vila Pércio Reis. Assim, o campo proporcionaria uma visão do magnífico e apaixonante entorno da *Montanha Russa*.

→ **Construção da “Trilha de Educação Ambiental”**

Proposta do grupo de pesquisa da UFSM, que teve como objetivo produzir uma “ferramenta para o trabalho escolar” da qual se servirão os professores da Escola Xavier da Rocha, num primeiro momento, e depois, os demais professores da Rede Municipal cuja previsão é de que venham a se integrar ao projeto;

Contando com a colaboração de Anilda da Silva Back conduziríamos a aluna do curso de Biologia, Gabriela Fantoni Soberón²¹, que solicitou orientação para realizar a tarefa de selecionar os pontos mais significativos envolvendo as Vilas Pércio Reis, num primeiro momento para que se pudesse compor uma Trilha de Educação Ambiental. Ao telefone, a aluna diria que não se sentia apta a realizar tal incumbência sozinha, visto que até então, teria estado na *Montanha Russa*, uma única vez – em função da atividade de campo acima descrita.

A partir desse momento, duas outras atividades de campo se seguiriam:

→ Em (25/08/09) – Visita do grupo de pesquisa para conferir e validar os pontos assinalados e acrescentar outros, que comporiam a “Trilha de Educação Ambiental” da Vila Pércio Reis;

→ E em (26/09/09) – Percorrendo a mencionada “Trilha de Educação Ambiental”, pela primeira vez, com corpo docente integrado ao Projeto e diretora da Escola Estadual Xavier da Rocha.

²¹ A proposta de captar pontos significativos que constituíssem uma Trilha de Educação Ambiental deu origem ao artigo produzido pela referida aluna e intitulado: “Trilhas interpretativas como instrumento para a prática de educação ambiental” (2009)

→ **Reunião com a coordenadora dos projetos sociais que acontecem no espaço da Igreja Anglicana - *Montanha Russa*, em (13/05/09).**

Ao aproximar-se das questões da *Montanha Russa* crescia, nos professores à frente do Grupo de pesquisa, a vontade de descobrir um espaço onde se pudesse realizar os projetos de Educação Ambiental. Esta vontade fora manifesta pouco tempo depois, de eu ter sido informada que a coordenadora dos projetos sociais da Igreja Anglicana estaria à procura de apoio da Universidade para os projetos que pretende desenvolver.

Reconhecendo esta, como uma oportunidade do Grupo ter acesso a um espaço dotado de uma invejável infra-estrutura, naquele mesmo momento, tomaríamos as devidas providências no sentido de agendar uma reunião com o professor²² do Departamento de Geografia que teria sido o profissional a receber a solicitação da Igreja. Tal reunião aconteceria no dia (06/05/09) no Laboratório de Geografia.

No dia (13/05/09), no mesmo laboratório do departamento da Geografia. a visitante comentaria que coordena a Associação São Paulo, “espaço antigo da Igreja Episcopal Anglicana” (situado na Vila Pércio Reis – *Montanha Russa*). Diria também, que iniciou o trabalho em 1993 com uma pesquisa na comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida e da Vila Pércio Reis para estabelecer o que poderia ser feito. Segundo, a visitante:

“A preocupação com o social surgiu com o pessoal da Nossa Senhora Aparecida: vimos a carência deles. É difícil trabalhar com eles, resgatar a auto-estima: acham sempre que não dão pra nada, que não conseguem. Começou com a padaria, costura, artesanato. Fábricas relâmpago: sabão, lavanderia. Oficinas relâmpago. O que se fixou ainda hoje, o sistema de Cooperativa: Padaria e Horticultura com associação dentro do sistema de cooperativa.” (Anotações do diário de 13/05/09)

²² Carlos Pires

Numa determinada altura desse processo, mais especificamente em (05/06/09) o mencionado Grupo conquistaria a permissão para desenvolver a Educação Ambiental utilizando o espaço da casa onde havia funcionado a Creche Montanha Russa, de propriedade da Igreja Anglicana. Naquele mesmo momento as lideranças da Igreja viriam propor a criação de uma (RPPN - Reserva do Patrimônio Particular Natural) na área de bosque de aproximadamente 7,5 hectares de bosque, nos domínios da Igreja: espaço também aparelhado de ateliê de costura, padaria e estufa de hortaliças.

A partir de então, as “velas” do Grupo receberiam ventos de diferentes direções, sendo solicitado a assumir uma frente inesperada de investigação, já que se deparava com a expectativa do líder maior da Igreja Anglicana de Santa Maria de que o auxiliassem no processo de entendimento e compreensão das implicações de uma possível implantação de uma (RPPN - Reserva do Patrimônio Particular Natural) nos domínios da Igreja, dentro da “Montanha Russa”.

A partir de então, a Fundação Mo'ã²³ passaria a participar mais ativamente em função de sua experiência nesses trâmites, de modo, que o pedido de aprovação da RPPN ocorreria, em duas ocasiões em que esses atores, procurariam o Escritório da Cidade. Durante a segunda reunião, ocorrida em (12/08/09), estiveram presentes técnicos do IBAMA, FEPAN, representante do Comitê do Vacacaí-Mirim, do Batalhão Ambiental da Brigada Militar, presidente do Escritório da Cidade e membro do gabinete do Prefeito entre outros; quando o Bispo anunciaria a equipe da Fundação Mo'ã como coordenadora da criação da mencionada Reserva.

Nesta ocasião realizava-se o pedido de aprovação da RPPN juntamente com uma demanda antiga, da parte dos ambientalistas do IBAMA, que consisti na proposta da criação de uma APA, que incorporaria a RPPN.

²³ ONG voltada para as questões ambientais.

Algo que, indubitavelmente, viria a calhar com a demanda dos moradores da *Montanha Russa*, que já haveriam reivindicado a partir de dois documentos datados de (19/01/09 e 22/01/09), assinados e encaminhados à Prefeitura pedindo a justa incorporação de sua área, nos domínios da AC3 – Área de Conservação da Bacia do Vacacaí-Mirim²⁴, da qual a Vila Pércio Reis teria sido excluída, mesmo constando como área de impacto da barragem (ver figura 50).

Deste processo deriva outra frente de trabalho já esperada, que diz respeito às primeiras pesquisas, neste contexto, voltadas para o Bairro Itararé e para a *Montanha Russa* orientadas pelos membros permanentes do Grupo e desenvolvidas por alunos bolsistas, envolvendo levantamento, diagnóstico, mapeamento da área e proposta de plano de manejo, entre outras temáticas.

Assim, esse trabalho que se inicia com tantas perspectivas, a ponto da própria Secretaria da Educação assumi-lo como “o projeto do município” para a Educação Ambiental, promete desdobrar-se no acesso a editais importantes e ao levar a efeito o objetivo de transformar a pequena casa da antiga creche, num centro de Educação Ambiental e de “referência para o desenvolvimento ambiental sustentável”, acumula a responsabilidade de trazer junto de si os anseios da comunidade.

²⁴ Área de Conservação prevista no Plano Diretor de 2005

3.7- A Alma da Vila:

Os personagens vistos a partir de uma pequena fresta do cotidiano

Numa tarde de Sol intenso e de muito calor, do dia 23 de novembro de 2007, visitávamos alguns moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, especialmente aquelas mulheres que tomaram parte, entre 2000 e 2003, da formação do grupo, que em alguns momentos reuniu até 20 moradoras, inclusive da Vila Pércio Reis.

Tomamos a rua que leva ao interior da Vila, passando pelo corredor de pequeninas casas, até alcançar o portão de Dona Francisca que naquele dia estaria no trabalho de faxina em casa de família. Foi com Liane, a filha mais velha, com quem falamos. Ficara em casa cuidando dos dois filhos menores. São três ao todo. Manuela, que hoje, está com 10 anos e cursando o 7º ano na Escola Oscar Grau. Rosana com 7 anos, 3º ano da mesma escola e Anderson com 5 anos, na Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa (creche).

Dona Juventina veio nos ver. Estava visivelmente, muito adoecida. No inverno, já se queixava de uma “forte depressão”. Desta vez, comentou que anda tomando muitos medicamentos, que tinha “baixado no PA” (Posto de Atendimento Médico), naquela noite, e que veio medicada. Contou-nos que está tomando muitos medicamentos, num total de oito. _“Talvez, seja por essa razão que a senhora esteja tão mal”. _ Completamos a frase praticamente, juntas. Ela própria rindo da situação admitia com o olhar de resignação, como quem sabe que o tratamento médico está longe de atingir a verdadeira causa de seus problemas de saúde.

O calor agia sobre o ânimo das pessoas provocando uma certa letargia. Ali mesmo, o ar denso impedia que se dissipasse o cheiro de azedo que inexplicavelmente, dominava toda a atmosfera do lugar.

Enquanto atravessávamos o portão em direção ao pequeno e estreito pátio, Liane comentaria ter acabado de lavá-lo com “manga” (mangueira de borracha) – demonstrando que o cheiro que se sentia ali teria origem em outro lugar.

Nascidas e criadas na Vila Nossa Senhora Aparecia: Liane, 24 anos (nível médio) e sua irmã Jussara de 23 anos, parou de estudar, na 6ª série, quando deu à luz a sua primeira menina (Leandra). Ambas são filhas do segundo casamento, de Dona Francisca (62 anos), que teve 7 filhos ao todo.

Dona Francisca, quando fala da escola, diz baixinho: “Eu não estudei”. Percebendo o constrangimento da mãe, Liane intervém ajudando-a a contar que certa vez, a mãe tentou aprender a ler e a escrever, participando do ensino de jovens e adultos que aconteceu na capela São Pedro, mas que em poucos meses deixaria de funcionar por falta de alunos. Já sentindo-se mais à vontade, Dona Francisca comenta: “Foi aonde eu estudei, porque eu nunca tinha estudado. (...) Quando eu quis aprender a fazer meu nome, aí parou tudo”.

Os demais filhos, já adultos e casados, moram no bairro Km3, numa área já regularizada, mas que ainda é chamada de “invasão”.

Francisca conta que nasceu em Agudo e que deu condições a suas filhas, que não teve em sua infância, quando vivia com a família acampada numa fazenda. Não conhece outra cidade além da que nasceu e da que mora. Conheceu a Vila Nossa Senhora Aparecida pela primeira vez, quando o atual esposo, trouxe-a para o lugar onde morava com a mãe e dois irmãos. Francisca conta que quando veio morar na Vila, já estavam ali o Sr. Antoninho, a Dona Juventina, a Dona Marta (“das vacas”), a Leda, o Sr. Orlando (“que mora lá no fundo”) e o Sr. Pedro Benedito, também.

As filhas compartilham com ela e o marido, uma pequena parte do exíguo terreno, onde estão assentadas as moradias das três famílias construídas por ele próprio. A casa de material é também a maior, onde Francisca vive com o esposo e com Leandra, a primeira neta. Recentemente, a menina foi morar com o pai que se enviuvou da segunda esposa.

Elas contam a tragédia deste homem, cuja esposa com apenas 19 anos, suicidou-se de forma traumática, há poucos dias, com um tiro no ouvido, segurando a filha de 1 ano de idade no colo.

Se considerada a condição dos homens das três famílias, somente o esposo de Francisca recebe todas as garantias de quem trabalha com carteira assinada.

Estando próximo do momento de se aposentar como carpinteiro, conserva melhores condições salariais e trabalhistas que seu genro. Liane conta que seu esposo é auxiliar de encanador e Jussara “espeta” a irmã: “mas ganha uma mixaria”. Então, Liane explica:

Faz uns dois anos que ele tá na firma. Só que a firma dele é assim... É carteira assinada, só que fizeram um acordo com ele. Eles assinavam a carteira dele... (e não tem nenhum serviço assim de carteira assinada...). Só que não pagam nenhum direito. Nem décimo, nem férias... Só Fundo de Garantia, porque isso aí, é o INSS que paga. É uma firma terceirizada pela BK. Ele trabalhava naquele prédio da SICREDE, tava terminando aquele prédio ali. Agora, ele trabalha na Medianeira. Têm vários que não agüentam e entram na justiça, só que não arrumam mais trabalho. Eles pediram gorjeta de fim de ano, nem que fosse R\$50,00, mas o homem foi...que não tinha como, não tinha como... Que eles ganham o mínimo R\$417,00. O homem tirou uma bicicleta pra ele pra não pagar passagem pra ele. Mas é muito puxado e ganha pouco dinheiro. Sábado também, até as quatro horas. Se falha meio dia ele desconta, se não for com o atestado. Ele não cumpre, mas os outros têm que tá ali, sem falhar um dia. Não tem desculpa!”

Um rapaz usando boné, short e camiseta tipo surfista chegou à porta do pequeno chalé. De pele clara, cabelos pretos, braços musculosos e completamente tatuados. Assim que saiu, Jussara comentou que estaria iniciando um relacionamento com o rapaz, acrescentando a curiosa história de que o moço de 23 anos é único filho de um major do exército falecido há três anos. Comentaram (mãe e filhas) que “parece haver alguma pensão”, mas que não sabiam ao certo. Faz biscate. Já trabalhou na colheita de batata e agora, ouviu no rádio que vai começar a colheita de maçã, em Vacaria. “Nem sei onde fica Vacaria”, exclamou Jussara. Dando indícios do quão incerto é o relacionamento, disse: “Ainda não sei se vai render...”

Dona Francisca faz faxina uma vez por mês, ou “quando me chamam”. As meninas comentam que no Bairro Dores há uma senhora que gosta muito de seus serviços e sempre que chega de viagem a procura e paga R\$25,00 pela diária. “Ela é esposa de um coronel da Brigada”: diz Dona Francisca.

De forma positiva, Liane intervém demonstrando o quanto é valorizado o trabalho realizado pela mãe:

“Imagina! Ela levou a mãe pra um salão! Pra fazer as unhas e tudo”. “E diz pra mãe se cuidar também.” “Ela sempre lembra das crianças!”

Jussara explica que não pode se comprometer com nenhum trabalho porque Leandra (10 anos) e Yasmin (2 anos), vez por outra, precisam ser internadas; por conta do problema renal de uma, e de pressão alta da outra. Para além do caso específico de cada uma das filhas, só nesse ano de 2009, Yasmin foi internada 3 vezes, em função de problemas respiratórios, sendo que a última internação, foi decorrente de uma pneumonia. Maíra (3 anos), também filha de Jussara já foi internada 7 vezes. Só neste ano, contam-se 3 internações, dentre elas, uma na UTI. Até a própria Liane viria a sofrer uma pneumonia branda, depois de passado o inverno.

Com relação ao seu anseio por trabalho, naquele dia ela comentaria:

“Estou louca pra conseguir um emprego”. Eu nunca trabalhei na minha vida e eu nem sei por onde começar pra fazer uma faxina. Quando eu vou pra uma entrevista começo a tremer e ficar nervosa, porque eu tenho medo de que me mande fazer e eu não sei fazer. Só que não é por falta de vontade, só que nunca surgiu uma oportunidade de eu mostrar o que sei fazer. Que eu vou pra entrevista, tem 7, 8...Eu fui pra uma entrevista que tinha 20 mulheres junto comigo.”

De fato, Liane conseguiu trabalho de diarista na casa de uma liderança comunitária da Vila Pércio Reis, com quem teve a chance do primeiro emprego. A partir de então, conseguiria também um emprego de meio expediente, onde cuida de uma criança, por meio salário. Sempre otimista e positiva, Liane comenta que o patrão é militante do movimento afro e que ambos são muito atenciosos com ela.

Dentre os jovens da Vila, Liane e Elizabeth serão as primeiras a completar o ensino médio. Inscreveram-se para a Prova do Enem e parecem ter mesmo o propósito de dar prosseguimento aos estudos, o que pode ser indicativo de mudanças significativas para essas famílias.

Por motivos que não souberam explicar, Jussara recebia em 2008, do Programa “Bolsa Família”, R\$122,00 e Liane que também possui três filhos, só estaria recebendo R\$60,00.

Esta família tem sido a mais presente e persistente, desde a época em que se propunha organizar um grupo colaborativo no trabalho e geração de renda. Aliás, foram as últimas a deixar o trabalho em colaboração com o pessoal da comunidade da Vila Pércio Reis e o fizeram talvez, por sentirem-se únicas, em meio a outra cultura.

Jussara comenta o modo como vê seus vizinhos da Vila Nossa Senhora Aparecida.

O que temos de igual aqui é a pobreza, acho. Muito pobres, não! Remediados! Quem ...(interrompe a fala com risos). Quem só faz a coisa errada, tem dinheiro; agora, quem faz a coisa certa é...mais ou menos. Acho que aqui em Santa Maria, ninguém passa miséria. Como diz a mãe, se você sai ali no centro pra pedir, de dez pessoas, oito ajudam. Porque aqui a gente vê as crianças...Graças a Deus, os nossos nunca precisaram sair pra pedir. Mas têm crianças que passam aqui, que passam carregadas. E tem gente que escolhe. A única moradora aqui que passa fome é porque quer. Ela deixa de dar comida na boca das crianças pra fumar maconha. Ela sai a pedir, ele faz ela sair a pedir e ela pede dinheiro pra chegar em casa e comprar droga. E tem gente que ajuda ela. A família dela é bem de vida. O cunhado dela é da Brigada. E ela mesma me falou que a irmã dela mesmo disse: “O dia que tu largar desse homem...”. (Que ele bate nela). Bate e não importa na frente de quem. E ela é sem vergonha, porque hoje em dia, ninguém mais apanha do marido. Só apanha porque quer. E ela não larga desse homem.”

Francisca expõe seu ponto de vista a respeito de ser moradora da Vila:

“A única coisa que não gosto aqui na Vila é o meu pátio. Que não tem onde as crianças brincar. Eles ganharam a bicicleta agora, os padrinho deram de Natal e não tem nem como. O pobrezinho quer brincar aqui, mas como? O Luís ganhou uma bola...”.

Para Jussara: “O lugar depende dos vizinhos. Aqui a gente briga, mas tá tudo junto”. Explica que, o pessoal da Nossa Senhora Aparecida está, mais ou menos, na mesma situação e que por isso tem receio de que fora dali possam ser vistos a partir do estigma de “churupeiros”.

Basta conhecer algumas histórias para compreender o que Jussara está a manifestar. Alessandra, filha do Sr. Antoninho, conta que é com esse apelido que alguns colegas referem-se a ela na escola.

A partir da fala dessa moradora e de tantos outros, quando expressam seu sentimento com relação à Vila pode-se encontrar nos significados que dão ao lugar os elementos que tecem sua identidade. Pretendo a partir de então, ressaltar a correspondência que observo na presença desses elementos com o conceito de território de que trata Medeiros (2009: p.217), aliás conceito esse, bem próximo daquele que Haesbaert (2006) denomina como expressão da “territorialidade”:

“O território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável”.

Juntamente com a família de Francisca, as filhas do Sr. Antoninho marcam presença durante as visitas que fazemos ao pessoal da Vila, principalmente Elizabeth (21 anos). Conheci Andrea (16 anos) e Alessandra (14 anos), ainda pequeninas, na época em que estudaram na Escola de Educação Infantil Montanha Russa (creche) e depois, na Escola de Ensino Fundamental Municipal São Paulo (EMSP).

Na ocasião, em que a irmã delas, Jéssica, hoje com 24 anos, entrou para o grupo, Diana, nora de “Seu Antoninho”, com 15 anos, já estaria grávida.

Casou-se com Lúcio, hoje com 26 anos, com quem ainda vive e tem uma única filha. Ele dá curso de capoeira e dança de rua. O casal não mora mais no pequeno chalé, ao lado do pai. Encontrei Diana, num domingo em que estive na Vila. Contou que ainda costura pra fora. Na época do grupo de mulheres, Diane foi a revelação dentre as aprendizes da costura.

Lembro-me de Sônia, filha mais velha do Sr. Antoninho, atualmente com 26 anos, que logo em seguida também se engravidou. Hoje ela tem 3 crianças sendo que a primeira está com 7 anos e a mais jovem 1 ano e 8 meses.

Sentimos o carinho de todas elas, mas Sônia demonstra ter uma consideração ainda maior por nós, só porque tivemos a sorte de poder acompanhá-la até à maternidade, no dia em que daria a luz à sua primeira filha, Lícia.

Nesse dia, chamou-me para o lado de dentro da cerca, dizendo que precisava falar reservadamente de sua condição de saúde.

Naquela tarde, “Seu Antoninho”, aposentado, falou-nos dos 76 anos e logo comentamos o quanto ele é bem disposto, apresentando saúde e vigor. De fato, “Seu Antoninho” tem uma pequena bodega, onde um e outro toma sua “cachacinha”. Gosta de passar o tempo sentado à frente da casa, acompanhando a movimentação da rua; e durante o dia, só fecha a porta para fazer a sesta do almoço.

Na casinha de madeira, ao lado, ficam os quartos das filhas. Esta é separada da casa principal, por pouco mais de dois metros de terreno – num espaço que também comporta um chiqueiro. Sr. Antoninho conta 8 filhos, mas diferente da maioria das famílias residentes na Vila, filhos e netos ao invés de ir se agregando e formando um grande clã familiar, todos vão tomando rumo próprio. Assim, ficaram apenas as filhas mais jovens.

Contaram com bastante constrangimento, que André de 18 anos, que também foi meu aluno, está há quase dois anos na (FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo), entidade estadual que acolhe jovens infratores.

Levantando a auto-estima com esforço, fizeram questão de demonstrar que mais importante de tudo para a família é que o irmão fez a prova do EJA, entrou para o nível médio e que aprendeu a fazer bolo e salgados para festas.

Todas têm algo positivo a acrescentar e Sônia completa: “Eles disseram que ele tem condições de fazer um aniversário sozinho, com todos preparativos”.

Atravessando a rua estreita, de terra vermelha, poeira fina e solta pelo calor do Sol, já avistamos Jane (34 anos), sua mãe (uma das moradoras mais antigas da Vila) e os filhos: Jason (nível médio) e Monic (7ª série), que completaram 17 e 15 anos, respectivamente. Ambos foram alunos da Educação Ambiental na (EMSP) e estiveram muito presentes nas atividades voltadas para as crianças do grupo de mulheres.

Para surpresa, Jane estaria com mais uma criança de colo. Desde que o grupo parou de se reunir, contam-se mais 2 filhos menores. Recebe bolsa família, para os pequenos. Diz que a exigência é só pesar e medir as crianças. É muito cuidadosa como mãe. Seus filhos são bonitos, saudáveis e limpos. E é também, uma boa dona de casa.

Então, naquela tarde ensolarada e de muito calor, estava a família ali, desfrutando de uma das poucas áreas de sombra da Vila: a sombra da parreira. Mais uma melhoria realizada por Leandro, seu esposo. Cenário incomum na Vila, pois além de muitas moradias não possuir terreno suficiente para comportar ao menos, um pequeno pátio como esse; há poucos moradores que como Leandro: dia após dia, constrói, ajeita, repara e edifica sua casa.

Diz que gosta de morar na Vila, que segundo ela tem suas vantagens:

“Uma, que não tem problema com os vizinhos. Aqui não tem problema nenhum. Se uma criança, por exemplo, sair na rua, os vizinhos já tão reparando. O problema é o lixo, único problema que eu acho. Aqui, até que não é tanto. Mas quando os cachorro tocam de rasgar...Levaram até os tonel. Agora vira tudo no meio da rua ali.

Na época do grupo de mulheres, Jane e Leda estiveram dentre as mais atuantes e ajudaram a propor à PRT²⁵ um sistema alternativo de coleta do lixo, uma vez que representantes da empresa alegavam não haver condições de manobra para que o caminhão convencional pudesse entrar e sair da Vila.

²⁵ Empresa terceirizada pela Prefeitura para o recolhimento dos resíduos.

A partir de então, a empresa passou a remunerar um morador, que passa em frente de cada casa recolhendo o lixo e transportando-o, de carroça, até o tonel posto em frente à Sede da Associação Comunitária, de onde funcionários da empresa podem levar até o caminhão.

Nesse momento, chegou de moto, o cunhado da Jane e estava com o pé enfaixado.

E o pé, melhorou? _ Perguntou ela.

_Ah, agora tô tomando remédio.

_E não tava tomando? _ Então, ele começou a explicar:

“A minha história começou meio ligeira. Eu adoeci do pé e não sei de que jeito. Começou a inchar e a doer, tchê. Aí eu fui trabalhar igual. Eu trabalhava em Santa Cruz, mas fui trabalhar igual. Aí trabalhei uma semana “renguiando” e o pé inchando. Aí eu cheguei aqui e disse: Oh, eu vou ter que ir no Pronto Socorro. Mas ele não me falou que tinha que pegar um papel na fila. Eu fui pro Pronto Socorro. Lá eles enfaixaram, botaram gesso...Aí ele me telefonou e falou: _ Não vai trabalhar? _ Não, eu tô com o pé engessado. _E tu pegou o papel na fila? _ Eu disse: eu não...Aí, fui lá ontem e peguei o papel e fui lá na médica deles”.

Jane, completou: _ O problema é que firma, os empregados entram de atestado e eles já querem mandar pra rua. Tudo que é firma é assim!

Antes, a casa de Leandro e Jane era só uma casa de madeira. Hoje, ela é de material e tem cinco cômodos. A cozinha já tinha sido ampliada e o chão revestido de ladrilhos grandes. Da última vez que estive visitando a família, o andar de cima estava em construção, juntamente com um grande quarto para abrigar as ferramentas e algum material de construção. Hoje, o que naqueles dias parecia ser um pequeno terraço já está transformado em mais cômodos para a casa. A distância entre a área construída, e o barranco vermelho e exposto por detrás da casa, vai ficando cada vez menor. Leandro, desempregado, vive de “bicos” e dedica-se à obra de sua casa. Jane explica a situação de Leandro:

“Ele tinha pegado um biscate bom, era por mês, mas aí deu um problema nas mão dele e de novo, ele teve que abandonar. O homem disse: te cura, quando tu curar pode voltar de novo.

Mas ele começa a lidar no cimento e as mão vai...Todo mundo diz que ele devia tentar encostar, mas a gente não sabe como funciona isso aí”.

Continua:

“Jason tá trabalhando num depósito de banana. Claro, que é fazer força. Carregar caixa, mas ele tá tão faceiro. Gostei do incentivo dele. O homem tá pagando R\$20,00 por dia, mas é só da manhã até o meio dia. Meio dia ele vem-se embora: é três vezes na semana. Dá sessenta pila por semana, mas é um dinheirinho que ele não tinha”.

Leandro é habilidoso, aprendeu a fazer esculturas, muito bem talhadas, na época do presídio. Está sempre a trabalhar. Está sempre cuidando da manutenção da casa, mas não envolve Jason, seu filho mais velho. Está sempre sozinho e absorto em seus pensamentos.

Jane (esposa de Leandro) e sua mãe (dona Marta) trouxeram-nos umas cadeiras de dentro da casa. Ali nos sentamos e começamos a conversar. Perguntei por Dionísio (18 anos), irmão de Jane, que também foi meu aluno na (EMSP). Disseram-nos que estava preso.

- Mas até hoje?! Quanto tempo faz que ele está preso? Perguntei.

Elas responderam que está completando dois anos.

- O que ele fez para pegar tanto tempo de prisão?

Elas explicaram que saiu da FEBEM marcado pelos policiais que passaram a incriminá-lo por todos os assaltos que aconteciam pela área. Que um dia deram nele uma “tunda”, ali perto do antigo Clube Náutico, num descampado onde ninguém veria. “Bateram nele, até quase matar”. Que ele havia tentado uma fuga, mas que então, foi levado para São Francisco, uma pequena cidade do Pampa Gaúcho. Segundo o que disseram, estão esperando a saída dele, ainda para o ano. Falaram com sentimento, de como ele “é de bom coração”. No início do ano de 2008, Dionísio morreu assassinado por outro jovem da Vila.

Lembro-me de Dionísio, adolescente, ainda cursando a 2ª série na (EMSP). Havia sido reprovado, quatro ou cinco vezes na mesma série. Estava sempre sério e demonstrava sua rebeldia de forma contida.

Convivendo com a turma, nas aulas e nas atividades de campo da educação ambiental, pude ir descobrindo que ele era na verdade, um menino muito carente de atenção, de admiração e de carinho.

Que deveria estar muito ressentido e provavelmente, sentindo-se injustiçado pelas reprovações e as repetências, a que era submetido, ano após ano, o que lhe impunha a humilhação de conviver com turmas cada vez mais infantis.

Lembro-me que fiquei admirada de ver o Dionísio atravessando a barragem a nado. Vez por outra, eu o via (aos 12/13 anos) conduzindo uma carroça a cavalo no trânsito, com uma habilidade de impressionar. A inteligência psicomotora do Dionísio era no mínimo, extraordinária. Soube que o diretor do Clube Náutico estaria organizando uma turma de aprendizes para velejar caiaque. Convidei Dionísio e outro menino da escola para tentarmos juntos a vaga. Lucas, de temperamento mais brando estava na mesma situação. Além de avançado na idade, as reprovações sucessivas causavam constrangimento ainda maior, em função de que era bastante alto: o que o destacava na turma de crianças.

Agendei com esse senhor responsável pelo projeto e juntos fomos pela taipa da barragem. Os dois me guiaram por trilhas que eu jamais teria sabido existir até chegarmos aos fundos do Clube. Deixamos anotados o telefone pra contato e o nome dos garotos. Telefonei algumas vezes e insisti como pude, mas soube que ao fazer parceria com a SMED (Secretaria de Município da Educação) a direção da escola teria escolhido outros jovens, dentre eles uma moradora da Vila Nossa Senhora Aparecia que foi muito premiada na época, chegando a participar de competições no Japão.

Tirei umas fotos da bolsa e as coloquei nas mãos de Jason e Monic para que pudessem lembrar dos encontros de mães, do tempo em que eram crianças.

Combinamos dia e horário para o próximo encontro, despedimos-nos e logo que atravessamos o portão avistamos o pessoal da casa vizinha, onde moram o irmão de Jane, esposa e filhos.

Ambas as famílias estão entre as mais antigas do lugar. Na família de Leda já se conta a quinta geração morando na Vila.

Olhando o cenário geral da Vila, pode-se presenciar pequenas nuances de mudança por toda parte, mas a casa de Leda mudou completamente, inclusive a própria paisagem do trecho onde está situada.

Estavam ali no pátio: Leda, filhos, noras e neto. Gustavo, hoje com 19 anos, na época, ainda menino tinha 11 anos. Já tem esposa e filho. Cristiane (com 15 anos) estava grávida. Teve seu segundo filho, com outro pai, que não a acompanha mais.

Temos fotos dos irmãos: Gustavo, Cristiane, Giovane e primos, ainda crianças, num passeio que aconteceu no “Passo do Verde”, no verão de 2001. Foi o lugar escolhido pelas mulheres para que o grupo de trabalho tivesse um momento de lazer e confraternização, junto aos filhos.

Nesse dia, reparei que Leda estava mais obesa do que na época que trabalhamos juntas. Como disse, a casa estava totalmente modificada. No lugar da antiga foi construído um vistoso sobrado de cores laranja e lilás com um pequeno alpendre no primeiro piso e uma ampla varanda no andar superior. Vasos de plantas e araras coloridas em madeira pendiam caprichosamente das bordas do telhado: dando “ares” de casa de praia da classe média: não fosse a presença de uma poça d’água apodrecida e extremamente fétida, onde patos, galinhas, gatos e cachorros pestilentos pisoteavam à vontade. Atualmente, no lugar desse pátio, da lateral do sobrado, onde eram criados soltos os animais, vê-se agora, uma garagem feita com tábuas bem ajustadas e de bom acabamento.

Entre outras coisas, Leda comentou que estaria aguardando a chegada de uma máquina de produzir fraldas descartáveis e que os filhos ficariam responsáveis pela produção e venda a preços bem menores que o de mercado. Neste momento, lembrei que todos os bebês que conheço na Vila usam fraldas descartáveis. Essa máquina foi-lhe tomada, na ocasião em que foi presa, o que viria a fazer imensa falta, enquanto possibilidade de “ganha-pão” da família.

Em meados do ano de 2008, Leda, o esposo e os dois filhos foram presos, acusados de tráfico. Leda engravidou-se na prisão e quando estava cumprindo pena domiciliar para amamentar a criança conversamos novamente. Sem qualquer fonte de renda ela, a filha e as crianças estavam atravessando profundas dificuldades. No momento em que ela e filhos retornam à casa, recebem a notícia da remoção.

Comentando a situação que a família vivenciou:

“Tenho direito de ir, pelo menos no domingo, pra ver meus filhos – que eu tenho dois lá. Vai fazer um ano, mês que vem. Eles pegaram 8 anos, mas têm que ficar 2/5 da pena. Sabe o que os guri fala? _ Agora, eu não sei quando eu sair daqui. Porque eles não faziam nada. Nada! Nada! Nada! Nada! O Giovane trabalhava de servente. Agora, ele já fica assim. Ah, porque agora que eu sair daqui, né...Eu tô pagando uma cadeia que eu não fiz. Então, eu vou fazer agora, já paguei a cadeia.”

Continua:

“Ele foi preso porque é filho do “Beto”. Aqui na Vila todo mundo sabe. Porque foi assim, ligaram lá pra delegacia e denunciaram que o Beto tinha droga. Só que, o cara que denunciou sabia que o cara de lá de baixo tinha droga. Aí, eles vieram aqui e não acharam nada, nada! Eles vieram uma e pouco e saíram daqui, cinco e pouco. Não tinha nada! Só que foram lá na casa do cara e lá tinha! Então, quando eles acharam a droga lá, eles prenderam eu, o Beto e os guri. O cara mesmo falou: “Eu nem sei quem é o Beto, eu nem sei de quem é que vocês tão falando”. A Vila toda sabe que foi assim que aconteceu. Só que o Beto já tava pagando por um tráfico, entendeu? E quem denunciou sabia que o cara tinha droga lá embaixo, e achou que tinha alguma coisa com o Beto. Eles plantaram a droga aqui.”

Sobre o estigma que sente ser vítima:

“Eu e o Beto, quando nós saía pro centro, a polícia passa por nós, ela volta e pára. Pára e bota ele na parede e revista ele todinho. E nunca conseguiram pegar ele com nada, mas fazem isso sempre. Ele é o Beto da Churupa! Isso não muda mais! E os guri, o que falam? É o filho do Beto! Nós não temo nome. É a mulher do Beto e os filho do Beto. É só isso!”

Essa coisa da Churupa. Sempre, sempre...às vezes até eu mesma. Quando a gente quer dar o endereço: é na Nossa Senhora Aparecida, na Rua João Leonel Teixeira. _ Aonde que é isso? _ Na Churupa! _ Ah, tá! E o pior que é quase todo mundo assim, ninguém fica insistindo assim... Não, é na rua Leonel Teixeira é naquela ruazinha que é acima dos trilhos...

Leda (35 anos) é uma mulher bem articulada, na época em que trabalhou no grupo de mulheres, participou de uma reunião com o então secretário da Habitação, Fernando Menezes.

Leda cursou apenas até a 3ª série do ensino fundamental, mas tem muita compreensão do mundo:

“Tu sabe que eu aprendi muito mais depois que eu saí do colégio?”Olha, eu fiz esse concurso pra agente de saúde, que a gente fazia com enfermeira. Com gente que tinha lá... E eu ganhei delas!

Como já disse em outro momento, o grupo estava com dinheiro em caixa e tinha esperanças em prosseguir com o trabalho na sede da Associação Comunitária que ainda hoje, não dispõe de energia elétrica e água tratada. Fico pensando o que poderia estar diferente se a história tivesse sido outra. Se Leda, Jane e Elza (que entrou para o MST) tivessem recebido apoio de fato, num momento em que se empenhavam com esperança em prol do trabalho comunitário, acreditando na força do trabalho em cooperação como fonte de superação da pobreza.

Naquela época, mantiveram-se trabalhando no grupo, a troco de praticamente nada, em termos de retorno financeiro. Pode-se dizer que esforçaram-se para ver a proposta de trabalho colaborativo dar certo. Foram impedidas de prosseguir com o trabalho na (EMSP) e então, passaram a tentar na Sede da Associação Comunitária da Nossa Senhora Aparecida. As dificuldades foram tantas, em função da falta de infra-estrutura que não havia como o grupo se firmar. Outras moradoras foram ainda mais adiante na insistência de realizar um trabalho colaborativo e tanto quanto foi possível, permaneceram trabalhando na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis.

Depois, algumas delas passaram a tentar sua inserção no Projeto Social da Igreja Anglicana – como foi o caso de Jane, Liane, Dona Francisca, Jussara e tantas outras.

Liane comentou ter feito um curso de biscoitos, na padaria da Igreja Anglicana. Que aprendeu bastante, mas ao passar três meses de trabalho ainda não haviam recebido pelo produto das vendas e se demonstravam interesse em levar alguns biscoitos para casa, esses eram cobrados: “A gente deixava as crianças em casa para ir trabalhar... Desse jeito não compensava”.

Adentrando-se um pouco mais, no caminho da Vila, paramos na casa do Sr. Lindomar (64 anos), ex- Presidente da Associação Comunitária e de Dona Laura (65 anos). Vivem num terreno espaçoso acima do nível da rua. Ambos recebem aposentadoria. Ainda gozando de boa saúde o Sr. Lindomar prossegue trabalhando como vigia e fala com orgulho que “não me deixam parar de trabalhar”, demonstrando que é valorizado pela confiança que transmite a partir do serviço que presta. Junto com o casal mora uma das filhas, e neta. A outra filha possui emprego e sendo casada, mora na casa ao lado com a família. Sr. Lindomar de fala baixa é um homem muito educado. Tem uma vida organizada, possui economias com as quais, comentava na época, que gostaria de fazer melhoramentos na casa. Disse estar aguardando as notícias para saber se daria ou não andamento a uma obra de melhoramento da casa. Passado mais de um ano, sem que nenhuma posição fora formalmente tomada, o Sr. Lindomar construiu um novo chalé, ao lado do antigo, que teria ficado pronto em junho de 2009.

No primeiro reencontro, demonstrou preocupar-se com o isolamento dos moradores, a ponto de ninguém se animar a assumir a liderança, desde que terminou seu mandato. Dentre os problemas enumerados por ele, citou a recusa do correio em atender a Vila. Contou-nos também, que vez por outra, aparece alguém levantando informações sobre os moradores, que só no ano de 2008 já estiveram ali alunos de duas faculdades, o pessoal da UAC (União das Associações Comunitárias), um vereador e outros que eles nem conseguem se lembrar do nome das instituições de procedência.

De fato, a Vila Nossa Senhora Aparecia tem sido laboratório de pesquisas que excepcionalmente, são realizadas com vista a melhorar a condição de vida das famílias do lugar.

Até como campo de treinamento militar já teria sido usada, na ocasião em que soldados do exército preparavam-se para missão no Haiti. (Ver anexo 5 – p.223)

Demonstrando tratar-se de uma área de disputa, o Sr. Lindomar comenta:

“Existe muito interesse, pelo que eu já ouvi. Isso aqui é uma área praticamente central, cobiçada pelos tubarões. Um caminhoneiro queria me dar uma casa no Perpétuo Socorro, por essa morada. Ele queria fazer uma casa de lazer. Estou aqui porque não tenho onde morar. Isso aqui é da Prefeitura.

Vendo gente daqui e dali, chegamos à última casa, cujo portão de entrada para o amplo terreiro interrompe o prosseguimento da rua, que se dobra em direção à subida para o Morro Cechella. Pode-se dizer que se trata de uma pequena chácara, onde vive o Sr. Anselmo (60 anos), solteiro, nascido em Santa Maria, onde sempre viveu. Possui dois filhos adotivos e sem querer contar as circunstâncias, diz que foram para sua companhia quando ainda eram crianças, com 10 e 11 anos de idade. Acrescenta que ambos estão casados e são moradores da Vila. Vandril (3 filhos) trabalha com carteira assinada, no Jornal “A Razão” e ganha R\$250,00 para fazer entrega de jornal. Para demonstrar a labuta do filho, conta que este sai para o trabalho às 4 horas da manhã e que volta às 11:00h e que nas horas vagas faz biscate. Quando perguntado se alguém pode ganhar menos que o salário mínimo, respondeu que:

“Acho que o Jornal não poderia fazer isso. Tinha que obedecer as leis, né? Principalmente ele que é uma área educativa, até porque é a informação: era que tinha obrigação de dar o exemplo de obediência às leis, né? Mas é o que tá faltando”.

Referia-se também às horas extras que não são pagas. A esposa desse filho recebe R\$ 102,00 do Programa Bolsa Família.

Segundo o Sr. Anselmo, ela não trabalha, pois tem problemas de saúde: pressão alta e problemas do coração.

“Até pra lavar roupa é um sacrifício. Até fizemos uma vaquinha pra comprar um tanquinho pra ela lavar roupa. Aí eu pago R\$ 43,00 por mês da prestação da maquininha pra ela. Eu ganho um salário que passou agora, pra R\$ 465,00. E eu sou sozinho, eu me ajeto. Aí eu ajudo sempre.”

Explica que nesse terreno, mora ele e um dos filhos com a família. Seu chalé de madeira é mais visível para quem passa pela rua. O outro filho, mora numa casa de material fora do terreno, um pouco mais adiante para quem vai em direção à saída da Vila.

Sr. Anselmo também foi representante da Associação Comunitária. Em determinadas ocasiões, dá-nos a impressão de ser um filósofo, um sábio ou algo assim; pelo modo como exprime seu pensamento e seu sentimento.

Acidentou-se aos 26 anos, por atropelamento de trem e tragicamente, perdeu uma das pernas e três dedos de uma das mãos. Conta sua “saga” antes de conseguir o direito de receber sua aposentadoria. “Trabalhava em firma de construção civil antes de me acidentar. Comecei a trabalhar muito cedo, muito novo – com 13 anos já tinha carteira assinada”. Conta que desde que se acidentou passou cinco anos sem pagamento: “Negado pela Previdência Social. Fiz várias perícias e foi sempre negado”. Diz que sobreviveu fazendo limpeza de pátio e depois que ganhou uma tesoura, começou a cortar grama. “Eu equilibrava numa perna”. As vezes que o Sr. Anselmo deixou Santa Maria foram com o propósito de colocar a prótese da perna, em Porto Alegre.

Sr. Anselmo mora num terreno onde mantém cavalo e carroça, porco, cachorro e galinhas. Planta feijão e possui uma pequena horta de temperos. Perto dali há um vizinho que cria vacas.

Não há água tratada na casa. Ele conta que a água que a família utiliza para beber, cozinhar, tomar banho e lavar “vem de uma fonte ali do Morro Cechella”. Do interior do terreno de Sr. Anselmo pode-se avistar a barragem. Mais abaixo e não muito distante da margem da represa estão assentadas algumas casas que estão constantemente, recebendo novos ocupantes.

(E claro, toda água servida destas famílias, só pode ter uma direção: o manancial). Daí vem o argumento que “os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecia poluem a barragem”.

O novo presidente da Associação Comunitária comenta que, desde que esses terrenos foram ocupados a Corsan e a Prefeitura usam a água como “instrumento de pressão” fazendo o corte do abastecimento. A água que chega ao fundo da Vila, através de uma mangueira preta, entrava na caixa durante a noite e agora, a distribuição é intermitente. Acrescenta que: “No verão de 2008 a água só vinha de três em três dias”.

Parece que a iluminação pública também é um problema importante. Estando na Vila para uma reunião, que aconteceu à noite, a iluminação que se podia perceber era apenas a que vinha das casas. Já se foi a Escola de Ensino Fundamental Municipal São Paulo, a creche passou a ocupar esse prédio e a receber crianças de toda a região e não somente, da “Montanha Russa” como acontecia tradicionalmente.

Quando perguntado se gostaria de ficar ou sair da Vila, respondeu-me com as seguintes palavras:

“De acordo com a quantia de ano que a gente mora aqui e que tá acostumado com o itinerário do vai e vem, tanto pro trabalho, quanto pro mercado, um posto médico, colégio. A gente tudo já tá acostumado. Tanto pra de dia, como de noite. A gente sabe como entrar e sair e tem confiança, com os vizinhos. Que ajuda, né? A reparar a família da gente...A casa da gente...E então, a gente gostaria até de ficar. De continuar morando que a gente tá acostumado. Agora, se por acaso, tenha por lei que sair daqui. Aí, a gente tá disposto a obedecer a lei, fazer a lei, que é pra sair...Se a lei quer isso é eles que vão fazer. Vamos respeitar a lei. Só que temos uma exigência das condições. Isso nós temos! E as condições que nós queremos é a seguinte: é uma casa do tamanho da nossa, que nós tamo acostumado para que nós possa colocar nossos objetos dentro de casa, não uns por cima dos outros; mas sim, dentro do espaço que temo na nossa casa: é uma das exigência. A outra é a seguinte: Nós queremos que esteja perto do mercado, da escola, do posto médico nas proximidades de onde moremo, que é pra não diferenciar muito pras crianças e pra gente também que tem deficiência pra não se tornar dificultoso um itinerário mais longe”.

Do outro lado da rua de terra batida, num terreno que faz esquina com o trecho que leva em direção ao Morro Cechella distribuem-se em três chalés, a família do Sr. Orlando (57 anos). Num desses chalés vive a filha adotiva com o marido e o neto (2 anos); nos outros dois, moram: ele, a tia que parece sofrer de deficiência mental (57 anos) e os filhos adultos. O amplo terreno fica acima do nível da rua, de modo que ao fundo surge a mata densa e à frente, entremeia-se no verde, o azul do manancial da barragem. Como os filhos trabalham com coleta de recicláveis, dispõe de uma área coberta para proteger o material. Explica que os filhos não são associados, mas que vem um caminhão buscar o material coletado.

Nascido em São Pedro, veio para Santa Maria aos 7 anos. Revela que se criou sem pai e sem mãe e que mais tarde trabalhou em uma fazenda. Há 45 anos vive na Vila Nossa Senhora Aparecia.

Conta que: “ Quando o Dr. comprou esse morro, comprou máquina e mandou abrir. Trabalhei uns meses com ele roçando as estradas e trabalhei na estrada do Morro. Ele precisava de alguém pra cuidar aqui. Depois que faleceu não fui mais procurado”.

Disse que recentemente, o genro do proprietário começou a mandar-lhe “uns trocado”. Para o Sr. Orlando: “A desvantagem é a entrada de carro. Se precisar de um carro para entrar ligeiro...”

Este morador lida com complexos problemas de saúde na família. Além dele mesmo não estar passando muito bem, tem o problema da tia que deve demandar algum cuidado médico e o próprio genro, que trabalhava como jornalista, mas que agora, “está encostado”, em função do câncer. De modo, que a dificuldade de acesso a essa área de fundos da Vila, o preocupa bastante.

Subindo-se um pouco mais, a estradinha de terra estreita e marcada pelos sulcos do escoamento das águas superficiais, chega-se à pequena morada do novo presidente da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Com grande espaço à volta, toda caiada em branco e o fundo delimitado por uma caprichosa cerca de bambus, mostra a pequena varanda coberta que começa na porta da cozinha.

Da frente da casa vê-se a vasta rampa gramada, na diagonal, indicando o caminho que leva ao topo do Morro Cechella. Posicionada na esquina vê-se percorrer na lateral direita da casa, a estreita rua de terra batida de onde se vê o verde que desce em direção à barragem e que na travessia da rua, sobe em direção ao Morro. Seguindo o caminho, mais adiante, encontra-se a pequena chácara, onde uma família cria vaca leiteira. Na seqüência, atravessando-se um pequeno trecho da mata chega-se à Vila Canário que contorna o Morro, no seu flanco norte, com vista para a barragem e para o bairro Campestre Menino Deus.

Hermes, 45 anos, tem um perfil que o distingue não só do restante da população da Vila Nossa Senhora Aparecida, mas que o realça em qualquer outro ambiente, visto que é muito inteligente, espirituoso e possui uma personalidade marcante, que se expressa também, através do traje constante de lenços coloridos amarrados à cabeça. Nascido em São Borja, morou em diferentes cidades e Estados. Ao contrário da maioria dos moradores que nasceram e se criaram na Vila e que jamais saíram do Rio Grande do Sul.

Enquanto a maioria dos homens da Vila, principalmente os mais jovens, vive uma situação de trabalho precário e de escolaridade incompleta, Hermes possui nível médio e é daqueles que não precisam estudar para ler o mundo em sua complexidade. Tem seu negócio próprio à beira do asfalto da principal rua do bairro. Está constantemente atendendo a uma fiel freguesia, que segundo ele “é um trabalho que não se resume em cortar cabelo, uma vez que clínica e medica” seus clientes.

Durante entrevista realizada no dia 06/02/09, conta que começou a trabalhar “como radialista e depois no jornal Folha de São Borja:

“Eu redigia, fazia notícias, entrevistava e tal”. Eu gostava de fazer, porque gostava de ver as pessoas vendo e lendo a tua criação. (...) Porque tu podia dar o melhor para as pessoas (...). Então, tu era obrigado a saber muito para passar(...). Não só informação do que aconteceu na rua, um evento, um acontecimento, um fato, mas o psicológico mesmo. O interior. Eu usava isso. Que é pra pessoa se melhorar”.

Expressa-se muito bem, tem bons conhecimentos gerais, escreve com desenvoltura e com amplo vocabulário.

Acessa a internet. Sabe servir-se da benesse de viver junto à natureza. Possui um espírito solidário, pois está sempre a conceder abrigo em sua casa, a pessoas amigas que atravessam situações de necessidade e muitas vezes, age com foco no bem comum. Construiu uma vida independente e conseqüentemente, está acostumado a decidir com autonomia os rumos de sua vida. Seu temperamento realizador pode ser causa de às vezes, afligir-se com o que considera ser uma falta de expediente de seus vizinhos em solucionar pequenos e grandes entraves do dia-a-dia.

Pode-se dizer que pertence a outra classe social, mas que transita com muita habilidade entre os dois mundos. Em seu processo de luta por melhorias de sua condição de vida, começa a se ver na necessidade de invocar a igualdade dos direitos e a reivindicar melhorias para a vida comum da Vila – o que vem induzindo-o a identificar-se como membro da comunidade.

Ao longo desse texto, procurei enfatizar as condições de trabalho dos moradores uma vez que, percebo-o como uma importante categoria de análise, à medida em que, acrescenta elementos para a compreensão das relações de poder que se estabelecem nesse território.

Minha compreensão quanto à necessidade de incorporação do “trabalho” enquanto categoria de análise respalda-se em (Gomez, 2005) que o percebe, não apenas como uma atividade de produção material, mas como uma relação social fundamental, que influi na definição do modo humano de existência.

A partir de Martins (2007: p.45) é possível completar essa noção inserindo o seguinte comentário: “(...) através do trabalho fundem-se sobrevivência e existência, no qual se processa a relação entre subjetividade/objetividade.

Assim, a noção que distingue o trabalho exercido por um sujeito que produz criativamente sua existência material e simbólica, do trabalho alienado produzido pelo indivíduo coisificado pode talvez, ser apontada como a mais sensível diferença entre o líder e a maioria dos homens e mulheres da Vila Nossa Senhora Aparecida.

CAPÍTULO IV

4 A Territorialidade da Vila Nossa Senhora Aparecida

Tomando como referência o caso concreto da Vila Nossa Senhora Aparecida pretendo demonstrar neste item, que a interligação entre os aspectos da esfera político-institucional com os aspectos da esfera psicológica e social é de tal natureza, que se revela capaz de estabelecer um sistema simbólico de referência, que de todos os modos influi sobre as representações que produzem e reproduzem a vida do lugar.

4.1- Como a *irregularidade fundiária* incide concreta e abstratamente sobre a vida dos moradores?

A *irregularidade fundiária* da Vila Nossa Senhora Aparecida condiciona a tal ponto, a vida dos moradores que poderia ser vista como nexos da produção da territorialidade e da identidade local, já que reside ao mesmo tempo como condicionante e cerne das questões a partir das quais gravitam, histórica e espacialmente, suas duras condições de vida cotidiana.

A recusa em cingir esse espaço com o bastão institucional do Estado corrigindo alguns dos problemas e evitando outros; impõe-se a ele outros significados, que dão lugar a uma condição estigmatizada que atinge as famílias de trabalhadores de maneira generalizada.

O fato de encontrar-se, até os dias de hoje, parcialmente servida de infraestrutura urbana, torna essa população refém de políticos oportunistas que aplicam soluções paliativas que nada contribuem para definir a situação fundiária, que se encontra na raiz dos principais problemas.

Ou seja, a presença/ausente do Estado, representado pela atuação do Poder Público Municipal, se considerada até o presente momento; confere aos moradores uma condição de desinformação tal, que lhes retira o poder de negociar a solução de seus problemas.

E como já se disse, até quando o caso não trata exatamente de informações sonegadas ou distorcidas, a interlocução que vem acontecendo historicamente entre os moradores da Vila, políticos e outros atores caracteriza-se por passagens tão superficiais sobre sua problemática que normalmente, não contribuem para o tratamento adequado da verdadeira natureza dos fatos.

A isenção do Poder Público gera também, problemas socioambientais expressos pela rotatividade da ocupação das áreas que deveriam estar destinadas à preservação, como ocorre com as moradias, que vez por outra, são construídas próximas às margens da barragem: manancial que fornece 40% da água que abastece a cidade, nos períodos de seca. Essa área, normalmente considerada como parte da Vila Nossa Senhora Aparecida, na realidade constitui outra territorialidade, dada a rotatividade produzida pela ocupação de famílias removidas de outras localidades, que externalizam sinais claros de um problema social crônico decorrente da falta de políticas públicas que incidam seriamente, sobre a questão da moradia para as classes populares.

A isenção do Poder Público revela também, a falta do direito ao uso do espaço urbano, especialmente quando se refere a áreas que compõem um complexo paisagístico e ambiental para onde convergem planos de aproveitamento econômico, como é o caso do Morro Cechella, onde se localiza a Vila Nossa Senhora Aparecida. Planos nada transparentes aos moradores.

Tal condição rende aos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, se considerado o campo simbólico, o pejorativo de “churupeiros”: representação corriqueira acometida pelos atores de diferentes espaços da sociabilidade dos moradores da Vila: escola, vizinhança, trabalho. O termo é principalmente, bastante empregado nas páginas policiais da imprensa local e até mesmo em situações de despreço como comenta a moradora Venilda, a seguir:

“Uma vez tivemos uma reunião: fui eu, aquele delegado ali e nós tava entre quatro ou cinco pessoas, lá no Morotin²⁶ com o dono²⁷. Aí ele disse pra nós assim:
 _ Oh! (Até ele me ofendeu, mas eu não levei por ofensa, eu andava...). _ De bem com a vida! Brincou o Lalá. (Risos) _ “Aquela Churupa tem que arrancar dali!” _ Bem assim! Eu fiquei, sabe... Me entalou assim, mas aí, como era uma reunião eu fiquei quieta”

De modo que, por vezes, são os próprios moradores “obrigados” a recorrer ao apelido como recurso para serem melhor compreendidos, ao tentar comunicar sobre o lugar onde moram; quando o nome “Vila Nossa Senhora Aparecida” não diz o suficiente à memória do interlocutor.

A partir da análise de Haesbaert (2004:p.89) pode-se refletir como a vulnerabilidade do direito ao uso e apropriação do território pode acentuar uma condição social desfavorável aprofundando relações assimétricas, que por si podem ser vistas como produtoras de estigmas:

“(...) toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Fato é que, moradoras e familiares incomodados com tal denominação decidiram manifestar seu repúdio, durante um encontro realizado, no dia 01/03/01, pelo Grupo de Mulheres, na Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida, com objetivo de conseguir apoio para produção artesanal de sacolas de tecido, estampadas com serigrafia e também, de realizar um ato simbólico em prol da coleta do lixo, que até então não acontecia na Vila.

²⁶ Hotel Morotin.

²⁷ Refere-se ao dono do Hotel, proprietário da área formada pelo topo do Morro Cechella e também de terrenos dentro da própria Vila Nossa Senhora Aparecida.

Nesta oportunidade, representantes da UFSM, 8ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), Cia Ambiental da Brigada, IBAMA de Santa Maria, Secretaria de Cultura, representação da Câmara Municipal e Fundação Mo'ã presenciaram o apelo das moradoras dispostas a participar de um processo de aprendizagem e capacitação no sentido de gerar trabalho e renda intencionando destinar o fundo proveniente da venda de tais sacolas para a reconstrução da Sede da Associação Comunitária.

Acreditavam que tal trabalho poderia “favorecer a construção de uma imagem dos moradores da Vila como trabalhadores (estando empregados ou não)”. Demonstravam que necessitavam “romper com o estigma e o preconceito”, já que o percebem como uma “forma de subtrair das pessoas o direito de construir seu destino com dignidade e justiça”.

Esses foram os termos empregados no documento lido por Eledina Rodrigues, para os visitantes. Naquela mesma tarde, o Sr. Adelmo Mendes expressaria seu sentimento com as seguintes palavras:

“(...) Os taxistas se negam, se recusam vir aqui. Até por informação, através do rádio, dizendo que a Vila é perigosa. Isso não é verdade! Não ! Não! Nós somos gente pobre, gente humilde, até com baixo... (como vou dizer): com curso. Com curso primário muito baixo. Até a 2ª, 3ª e 5ª série. No máximo 8ª: e é só meia dúzia. Mas uma coisa mais importante. Nós não temo estudo, mas temo educação, temo moral. Somos gente pobre e temo consciência que existe a autoridade que pode nos ajudar a mostrar nossa imagem, claramente, pra todo mundo saber que nós somos pobre, humilde, mas somos pessoas de caráter, de moral. Pessoas que merecem ter um lugarzinho junto da sociedade. E não serem excluídos, definitivos”. (01/03/01)

Contam as mulheres e os familiares que vivenciaram aquele momento, que desde então, não mais admitiriam ver o nome da Vila ser substituído por “Churupa”. Alguns anos mais tarde, na manchete do jornal, podia-se presenciar a figura de um morador, cuja família havia participado do Grupo de Mulheres, manifestando à imprensa local que: “exijo respeito com o lugar onde moro”. (Ver anexo 6 – p.224).

Gestos banais, mas que têm força de produzir contra-afirmações de cidadania.

4.2- Como a questão da *irregularidade fundiária* é vista pelos moradores?

Considerando-se a dimensão que o problema da *irregularidade fundiária* assume e o modo como ele se desdobra em tantos outros, no papel de processo gerador da segregação sócio-espacial que atravessa a realidade dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida não somente com dilemas aparentemente insolúveis e dificuldades diárias concretas, mas também como fora comentado anteriormente, como fator criador de um ambiente vulnerável ao estigma e ao preconceito.

Seria de se esperar que essa condição que se espacializa fosse mais evidente e identificável, ao menos, por aqueles que compartilham a vida neste lugar. Entretanto, o fato da condição de *irregularidade fundiária* ser processo: a um só tempo causa e efeito da desigualdade social, política e legal vivenciada cotidianamente, deixa de ser visível em sua totalidade. Muito embora sua aparência esteja lá no espaço indicando o conteúdo da trama das relações sociais que se tecem em seu bojo.

Bastaria considerar a dimensão que a questão da *irregularidade fundiária* assume sobre a vida da população local para que tais atores pudessem assumi-la do modo como indica Kosik (1976) não apenas como mais uma questão a se pensar esporadicamente, mas a “causa” dos moradores. E não somente dos moradores das áreas irregulares, mas de todos os moradores da *Montanha Russa*.

O que ocorre na prática, entretanto é que sendo a *irregularidade fundiária* um problema de fundo, e portanto, um problema subjacente e complexo cuja percepção se distancia da materialidade diária dessas famílias; tende então, a ficar encoberto, já que como lembra Kosik (1976:15):

“os fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade”.

Assim, somente em setembro de 2009, a totalidade dos moradores seriam confrontados com o problema da *irregularidade fundiária* sendo obrigados a reconhecê-lo como a sua questão principal. Até então, a imersão na luta pela sobrevivência cotidiana, não os permitia perceber a centralidade desta questão que dava lugar aos problemas dela tributários, que manifestam-se a todos, indistintamente, através das “ausentes “ ou “incompletas” infra-estruturas básicas, como o caso crônico da falta d’água para um número aproximado de 40 pessoas; e as conseqüências diárias que decorrem dessas e de outras carências, seja em seu meio ou em seu entorno.

A fala do presidente da Associação Comunitária da Vila Nossa Senhora Aparecida, em 2001, ilustra bem a situação que perdurou nesses últimos 40 anos, em termos de ausência de equipamento urbano. É preciso alertar, entretanto, que a representação captada na fala desse morador exprime o modo de perceber a situação anterior ao processo investigativo, já que desde então esta vem constituindo uma temática recorrente na abordagem do grupo.

De modo que, antes de qualquer manifestação formal da Prefeitura, aqueles indivíduos engajados ou que vivenciaram o processo de investigação colaborativa já percebiam o quanto significativa é a falta de uma documentação válida dos terrenos. De modo, que mesmo quando esses indivíduos lutavam pela conquista do direito universal do abastecimento regular de água, a luta estava instruída pela compreensão do quadro mais amplo da realidade da Vila.

É possível observar a partir do relato das lideranças anteriores que a busca de solução dos problemas já crônicos passavam como herança de uma mão para outra, sem que nada se conseguisse resolver.

De modo que, na condição de indivíduos bem intencionados, indignados, e dispostos a resolver o problema eram e são ainda hoje, constantemente, submetidos a extenuantes e decepcionantes jornadas em repartições do Poder Público, sem contar as inúmeras visitas que fizeram/fazem ou que receberam/recebem desse ou daquele vereador, desse ou daquele candidato: sempre no intuito de resolver os problemas. Sendo que as primeiras lideranças mal podiam suspeitar a interligação existente entre os problemas enfrentados no cotidiano da Vila, com a sua situação fundiária. Basta lembrar que, já no adiantado ano de 2001 a Vila Nossa Senhora Aparecida, não possuía sequer o cadastro que indicasse sua existência perante o Poder Público Municipal. No relato da liderança anterior pode-se observar a labuta desses moradores:

“A água, já foi solicitada várias vezes à Corsan, um alongamento de rede de água pra frente (...). Foi respondido pra nós, pelo engenheiro da Corsan, que não poderia colocar a rede de água pra lá, sem a autorização especial do responsável da área, isso seria, ou a Rede ou a Prefeitura. Nós procuramos um vereador, ele procurou ... e a prefeitura disse que não podia dar a autorização, porque não tinha feito o negócio. Fez o negócio, mas não tinha sido entregue, legalmente a área. Foi procurada a Rede Ferroviária e a Rede Ferroviária respondeu que não podia dar autorização. Um, porque não era interesse deles e outro, que o negócio era com a Prefeitura. Mas nós ficamos na falta d'água. Vinte e oito casas, vinte e oito famílias, em torno, aproximadamente, de cento e quarenta pessoas, mais as criança de colo, criança de creche, criança no colégio. (...) Todo mundo corre um sério risco de contaminação, da água não tratada, por consumi água de nascente (...). Então toda essa série de problemas, anos e anos... Sempre pedindo, reivindicando, participando de várias reuniões, (...). A gente fica numa situação...”. Adelmo Mendes (23/03/01). In: Azevedo, 2002:52

Seguindo esse raciocínio, “como sintomas” precisam ser vistos toda a gama de problemas cujo eixo pode ser identificado pela condição irregular que paira como uma nuvem sobre o céu da comunidade, ao mesmo tempo em que solapa seu chão e seu direito ao pertencimento de uma porção privilegiada do espaço urbano: a irregularidade do abastecimento da água, a desoneração dos serviços dos correios e a falta das demais infra-estruturas urbanas, são alguns dos problemas do campo material.

No campo simbólico, entre outros exemplos, pode ser destacada a forma precária como foi conduzido o ensino (alguns graus a menos em relação à já convencionalmente precária situação do ensino público) e o modo como se deu o fechamento da escola, sem prestar satisfação à comunidade. Ou, sem procurar compreender a partir dela, as causas de seu esvaziamento. Tudo isso, mais o descaso manifesto na divulgação da remoção dos moradores, sem que esses tivessem sido merecedores de um comunicado formal dos representantes da Prefeitura, que só viria a acontecer em setembro de 2009.

4.3- Como a Vila Nossa Senhora Aparecida é representada no contexto da *Montanha Russa* e da cidade de Santa Maria?

O mito criado em torno da “in-segurança” do local, especialmente, quando se refere às proximidades da Vila Nossa Senhora Aparecida é um aspecto da dimensão simbólica, utilizado politicamente, à medida em que produz um forte apelo sobre temas, que na verdade, obscurecem a realidade do lugar. Mesmo havendo evidências contrárias, como por exemplo o fato de que não existem cercas elétricas, nem mesmo nas melhores moradias da Vila Pércio Reis e que crianças brincam nas ruas e as casas, passam o dia de portas abertas. Na interpretação de Haesbaert (2006:p.89):

“Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.

Ainda em 1999 podia-se identificar essa aura de perigo sem que houvesse qualquer tipo de questionamento quanto à veracidade das afirmações. Aliás, é bastante comum flagrar os próprios moradores contribuindo para propagar o receio que certamente, contribui para afastar visitantes e aumentar o estigma sobre esse território e sobre eles próprios.

Hoje em dia, algumas ressalvas já podem ser feitas em função da epidemia do crack e do modo como vem grassando o tráfico de drogas. Entretanto, esse é um assunto que merece ser tratado em outros estudos.

Na leitura das entrelinhas, que pautam a realidade desse espaço geográfico pode-se apreender com o auxílio da reflexão de Raffestin (1993: p.144) que: “Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação”. Certamente, o fato de ocupar um espaço considerado um importante atrativo natural do lugar diferencia a Vila Nossa Senhora Aparecida das demais territorialidades do entorno, que ocupam áreas que não interessam à apropriação capitalista.

Observa-se ainda, que as representações que partem da imprensa local, de membros da polícia ou dos taxistas são as mesmas que partiam da escola ou de alguns atores ligados às igrejas locais. Ou seja, nada condizentes com o papel que esses últimos deveriam desempenhar ao servir à coletividade a partir de seu trabalho. Sabe-se, contudo, que à medida que se super-dimensiona a “periculosidade” do lugar, provavelmente, tais atores acreditam valorizar o trabalho que realizam em ambiente “tão hostil”. Poderia haver maior hostilidade que essa?

“ (...) as representações do espaço” *devem ser vistas* “como um dos materiais constitutivos da esfera do discurso político, um dos assuntos das constelações ideológicas”. Moraes (1996:p.93) (*grifos meus*)

Como propõe o referido autor, algumas leituras do espaço se hegemonomizam e influem nas representações coletivas, alcançando o poder de orientar diretamente na produção do território. Por outro lado, faz-se necessário atentar também, como reflete Silva, (2007) para o fato de que outro estereótipo pode surgir da contraposição ao olhar preconceituoso com que se habitua julgar coletividades favelizadas, como é o caso da Vila Nossa Senhora Aparecida.

O autor entende que, outra forma de “visão monolítica” da questão, estaria em seu extremo oposto, ao adotar um pernicioso “intelectualismo” frente à situação, mesmo “quando acompanhado do sentimento de solidariedade com os moradores da favela”. Essa prática segundo o autor reforça uma “postura indulgente em relação a um conjunto de práticas sociais existentes nas favelas” e “mostra-se incapaz de oferecer alternativas ao discurso conservador, revelando-se tão discriminatória quanto este”. (2007:p.218)

O fato é que muitas transformações estão em vias de acontecer e acontecendo na *Montanha Russa* e envolvendo a Vila Nossa Senhora Aparecida, o que nos reporta também, a um processo de re-significação que os moradores e os demais atores imersos nesse contexto estão a realizar e apontam para processos renovados de representação e portanto, de produção e de reprodução do lugar.

CAPÍTULO V

5 O não direito ao espaço e seu papel na produção da pobreza:

O pobre tem fome de quê?

O que é a pobreza? Como se conceitua? Como vem sendo produzida no Brasil? Em que medida a privação ao espaço como direito, contribui para seu aprofundamento?

Tais questões projetam a problemática espacial urbana para o foco da análise, que sinaliza um tempo em que a urbanização vem se impondo como um processo mundial inexorável e a pobreza, dentre à vasta gama dos problemas socioambientais decorrentes dessa aceleração, como um dos principais produtos, que embora seja mais visível nas cidades, grassa também, para além delas.

Segundo dados da organização das nações unidas (ONU), mais da metade da população mundial vive em centros urbanos, o que nos dias de hoje, representa 3,3 bilhões de pessoas, estimando-se que até 2030, o número de moradores das cidades atinja 5 bilhões. O debate sobre o processo de urbanização do Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (ONU-Habitat) está concentrado na preocupação quanto ao hiato que se aprofunda entre o crescimento acelerado de países da Ásia, da África e da América Latina e a capacidade das cidades em prover serviços básicos como habitação, saneamento e transporte (UN-HABITAT, 2003). Resulta dessa situação o fato de que cerca de 1 bilhão de pessoas estejam vivendo hoje, em favelas precárias e insalubres: espaços segregados, onde a privação do direito ao espaço e à moradia digna pode ser vista como um dos fundamentos da pobreza que se acentua e se agrava com a falta de escolaridade e de empregabilidade dessa população (Davis, .2006).

O Ministério das Cidades estima que entre 20 e 22% da população brasileira viva em favelas e informa que 6,6 milhões de famílias não possuem moradia e que 11% dos domicílios urbanos não têm acesso ao sistema de abastecimento de água potável e quase 50% não estão ligados às redes coletoras de esgotamento sanitário (Holz, 2008).

Entretanto, a contabilidade que (Paoli, 2003) apresenta é bem mais impressionante, pois estima que cerca de “34% da população 54,4 milhões de pessoas – esteja alocada (...) na rubrica de pobres (os que conseguem comer, mas não vestir-se nem morar) e 8,7% - 13,6 milhões de pessoas – na rubrica de indigentes (os que não conseguem acesso nem às necessidades alimentares básicas)”. Paoli (2003: p.309)

Realidade que gera dúvida quanto às prioridades a atender a partir das políticas públicas, o que leva analistas do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2006) a discutir as multidimensões da pobreza. Segundo informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 3 bilhões de pessoas vivem com menos de US\$2,00 por dia, ou seja metade da população do mundo vive próxima da linha de pobreza, demarcada pelo rendimento de US\$1,00 por dia.

Segundo dados da PNAD 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) - (ano-base 2006), realizada pelo IBGE, hoje cerca de 83% da população brasileira mora em cidades, equivalendo algo em torno de 140 milhões de habitantes, ou seja, em cada 10 brasileiros, 8 estão vivendo em núcleos urbanos. Como o crescimento urbano no Brasil sempre ocorreu em compasso com a exclusão social e a concentração da riqueza, a pobreza que daí decorre vem se transformando num intrincado problema socioambiental urbano.

Dados da PNAD ilustram essa realidade demonstrando que 8,8% dos brasileiros, em 1990, ganhavam menos de US\$1 por dia. Em 2005, esse percentual caiu para 4,2%. Crivelaro (2007: p.01) comenta que, a observação dos números leva muitos a entender que nos últimos 15 anos, embora 7,5 milhões ainda permaneçam nessa situação, 4,7 milhões de pessoas saíram da condição de extrema pobreza. O autor problematiza os termos em que pode ser considerada substantiva, para os brasileiros, a superação da demarcada linha da pobreza: “Se alguém rompe a linha da pobreza porque recebe uma ajuda governamental, em dinheiro, de US\$0,25 por dia, é correto que as estatísticas deixem de considerar essa pessoa como sendo pobre?”

Aqui, o autor evidencia o baixo poder explicativo da abordagem unidimensional da pobreza, como meramente uma insuficiência de renda.

O que nos leva a perceber que a opção por esse critério de análise remete aos imperativos de eficácia econômica que ainda hoje, dirime o paradoxo da política social brasileira.

Entretanto, o que se pretende discutir neste texto é que para examinar a pobreza em suas múltiplas dimensões faz-se necessário observar o papel da *espacialidade na sociedade capitalista como uma constante*, o que torna obrigatória a referência da luta de classes materializada através do “desenvolvimento geograficamente desigual” (Soja, 1993: p.130).

5.1- A segregação sócio-espacial em ritmo de compasso com o processo de urbanização brasileira

Para tal análise pretendo, retomar brevemente, parte dos processos produtores da segregação socioespacial das cidades brasileiras, o que requer uma retomada daqueles que ocorreram nos albores do processo de urbanização da sociedade brasileira. Considerando como propõe (Maricato, 2001) que a origem da formação de uma camada da população, espaço-temporalmente empobrecida, vem sendo forjada desde o Brasil Colônia, passando pelo império e tendo prosseguimento, após o alvorecer do processo da urbano-industrialização brasileira, das primeiras três décadas do século XX.

Segundo a mesma autora, esta constitui a base do Estado patrimonial brasileiro que serve prioritariamente aos interesses de grandes proprietários de terras, empresários, representantes do capital e especuladores imobiliários, o que vai influir no conteúdo desinteressado, das políticas públicas com a equivalência do acesso aos bens e serviços públicos (dentre eles o acesso à educação) como garantia de promover condições mínimas de existência digna ao conjunto da população brasileira.

A orientação ideológica das elites governantes brasileiras, muito mais que qualquer outro aspecto vai inculcar de uma mentalidade colonizadora o campo das práticas sócio-políticas, de onde partem as determinações e as regulações públicas e para onde se voltam os privilégios: aspectos que se constituiriam nos primeiros alicerces de uma estrutura eminentemente desigual, que vem marcando nossa realidade até os dias de hoje.

Dentre as primeiras vigas determinantes do processo de exclusão e empobrecimento da massa de brasileiros, pode ser citado o Alvará de 1785, revogado em 1880, como impeditivo do prosseguimento da produção artesanal, à medida em que impunha a inação e a dependência ao povo; e o que é pior, a ruptura com os saberes tradicionais: fonte de inovação e de transformação social, a partir de medidas imperialistas de “substituição da produção pela importação”.

Neste rol, deve ser considerada a Lei de Terras, que em 1850, extrairia qualquer possibilidade do homem livre ter acesso à terra para trabalho, criação e sustento da vida. De acordo com (Maricato, 2001) essa nova forma de ordenação do solo contribuiria para a segregação espacial, pois, ao invés da posse legítima a partir do simples ato de ocupação da terra, impõe-se seu impedimento gerando como consequência, uma escassez que irá dar origem à renda imobiliária.

A legislação urbana não surgirá senão quando se torna necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século XIX tiveram um claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. A nova normatividade contribui para a ordenação do solo de uma parte da cidade mas também contribui, ao mesmo tempo, para a segregação espacial. (Maricato, 2001: p.154)

De modo que, as iniciativas do poder público, das primeiras décadas do século XX mantiveram-se embebidas dos valores herdados da sociedade colonialista, escravagista e clientelista que se fundiriam a uma visão de mundo centrada na mística do progresso, em que a cidade é percebida como o futuro da sociedade, em contraposição a uma representação do campo como o lugar do arcaico. Ideal que inspiraria a sociedade brasileira a ansiar pela extirpação da pobreza dos espaços urbanos escolhidos para ser entalhados e transformados urbanisticamente.

Com base nesse discurso, erguem-se esses diferentes atores numa campanha contra a favela. Olavo Bilac expressa a seguir, o fascínio que o moderno exerceria sobre os corações e as mentes da época, descrevendo em matéria publicada na revista Kosmos em 1904, a retirada dos cortiços e mocambos da região central do Rio de Janeiro:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino-jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. (...) No abrir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso e do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e ritmo, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (Pesavento, 1999: p.183).

Nesta descrição revela-se também, toda uma visão de mundo orientadora da relação do Estado com as camadas empobrecidas da população, demonstrando ser esse mais um argumento que comprovaria que a falta do direito ao espaço está na origem da pobreza e da miserabilização de um segmento expressivo da população brasileira.

5.2- A política habitacional brasileira e o seu papel no enredamento das cidades para um processo de periferização e favelização

Em “A invenção da favela”, Valladares (2005) demonstra que no período da Velha República, as intervenções do Estado na questão da pobreza reduziam-se a uma abordagem higienista, que não contribuiriam senão para agravar o problema que ainda não se havia generalizado.

Do mesmo modo que a política habitacional do período populista de Getúlio Vargas, ainda não podendo ser vista como uma política nacional, mas estando atrelada aos institutos de aposentadoria e pensão produziria um sério impeditivo do acesso aos desempregados e a todos aqueles, cujos ganhos eram inferiores a três salários mínimos.

Por outro lado, durante a era Vargas, inicia-se uma política de estímulo ao movimento migratório do trabalhador do campo em direção às cidades que se industrializavam. De modo que, entre os anos 1940-60 a população brasileira passaria de 41 milhões para 70 milhões de habitantes, apresentando uma taxa de urbanização cada vez mais crescente, o que iria repercutir no enredamento de expressiva parcela da população para a condição de segregação espacial e ambiental.

Durante o período do “milagre econômico” entre a década de 1960 e fins de 1970, os atores à frente da política habitacional brasileira, agora em âmbito nacional e gerenciada pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) deixariam passar a oportunidade de corrigir os problemas socioambientais que se acumularam nas décadas anteriores, canalizando os benefícios para as camadas médias e altas da população. Segundo Rolnik e Nakano (2009):

“(…). Das 4,5 milhões de moradias produzidas com financiamentos do SFH entre os anos de 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos habitacionais localizados nas periferias urbanas, em locais onde a terra é barata por não possuir acesso a infra-estruturas de saneamento básico e transporte coletivo, não ter equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, não apresentar oferta de empregos, enfim, por não ser cidade.

Assim, demonstra-se como a política habitacional brasileira contribuiria para a formação econômico-social do país, à medida em que o Estado, os agentes imobiliários e proprietários, de acordo com (Rolnik, 2009) dão preferência a uma política baseada na oferta de subsídios e créditos individualizados, que atendem bem as classes médias, mas que não resolvem os problemas da camada de baixíssima renda.

Contudo, ainda segundo a mesma autora, mesmo os programas voltados para as populações favelizadas conservavam a posição de remoção total desses indivíduos para áreas distantes, sem que ocorresse a inserção dessa população nos benefícios da vida urbana.

Planejamentos que repercutiram sombriamente, na realidade concreta das cidades à medida em que ocultaram as relações sociais que as tornam reais à medida em que subtraíam o território da maioria, impondo uma representação dominante que pode ser considerada ideológica, à medida em que tende a mostrar apenas a face da realidade que convém, deslocando a importância da relação entre os sujeitos para dar ênfase à relação entre as coisas, os objetos (Rodrigues, 2005). Assim, as políticas habitacionais como denuncia Rolnik (2009) estiveram centradas na construção de moradias sem cidades.

Encouraçados artifícios que atuaram/atuam como mecanismos de restrição ao território como instância inalienável do fazer social das relações cotidianas e do direito inalienável ao espaço de vivência.

Havendo poucas variações entre os agentes que perpetuaram a usurpação dos espaços potencialmente valorizados, dos que utilizaram-se da política habitacional como artifício facilitador da especulação imobiliária, razão da periferização das cidades, da informalidade urbana, da estigmatização de populações inteiras e do acúmulo dos problemas socioambientais.

De fato, a política habitacional brasileira prestou um grande serviço à expansão das periferias, que seria um fenômeno que, segundo Maricato (2001) começaria a acontecer a partir da década de 1980, quando as periferias começam a crescer mais que os núcleos centrais das metrópoles, produzindo extensas áreas de pobreza e segregação socioambiental.

De outro lado, ainda com base na autora, não cessaria a reposição de populações que insistiriam em buscar formas alternativas de residir nos vazios da apropriação capitalista dos núcleos centrais das cidades, em áreas impróprias ao uso e ocupação urbana.

Com a crise econômica, desemprego e arrocho salarial alcança-se o final do século XX, nas condições explicitadas por Maricato (1996: p.152): “(...) algumas décadas depois, a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males”.

Com a ampliação do surgimento de espaços favelizados por todo o país, a pobreza se materializa configurando o desenvolvimento geograficamente desigual das cidades brasileiras. Por esse motivo, a irregularidade fundiária deve ser vista não apenas como um dos aspectos da desigualdade social, mas como fator desencadeante da pobreza.

5.3- O contexto nacional e global: avanços e recuos do Movimento pela Reforma Urbana

No Brasil, dos anos 80, via-se emergir um novo paradigma e a exigência de uma nova ética clamada pelos movimentos sociais, evidenciando naquele momento “o retorno ao espaço concreto, real e plural em representações de atores coletivos que se fazem reconhecer como interlocutores válidos no cenário político nacional”. (Paoli & Telles, 2000: p.102)

Paoli & Telles (2000) retomam essa década, como o período referencial em termos de organização e mobilização social, quando os sindicatos se fortalecem e as reivindicações de direitos produz conquistas como a Constituição de 1988.

De fato, a contraposição ao agravamento das condições de moradia nas cidades faria surgir, no rol das articulações de entidades e associações, o “Movimento pela Reforma Urbana” que levaria a avanços institucionais com relação ao direito à cidade.

A Constituição Federal de 1988, ao incorporar um capítulo de “Política Urbana” ao texto constitucional materializava uma das primeiras conquistas do Movimento. Segundo Rolnik (2009) estabelece-se a partir de então, a função social da cidade e o valor social da propriedade como princípios constitucionais, reconhecendo o equivalente direito de posse dos moradores das favelas e das periferias das cidades bem como, seu direito de participação nos processos decisórios dessa política.

Entretanto, a despeito de tantas perspectivas apontadas pela inserção da sociedade civil no debate político, toda a década de 90 se passa sem que se consiga dar a aplicação desejada aos instrumentos legais no sentido de atender às maiorias. Conta-nos Lestiene (2002), que a explicação para tão poucos avanços no campo da efetivação da agenda dos direitos sociais é o fato de que nos países em desenvolvimento, os governos ficariam mais preocupados em aplicar o “consenso de Washington” (“que provocou uma visível diminuição do interesse e da capacidade estatal de regulação e um encolhimento dramático do gasto público” (Paoli, 2003: p.309)

Em 1994, a Rodada Uruguai e a criação da OMC, em 1995 deram novo impulso à liberalização multilateral do comércio e o poder das multinacionais na definição das políticas econômicas e financeiras foi substituindo o dos Estados. O resultado de tais políticas é comentado por Paoli (2003):

Embora quase todos os países da periferia mundial tenham sido atingidos em suas defesas, é necessário lembrar que o Brasil já entra nessa dança com outro tipo de vulnerabilidade específica, a dos extraordinários níveis, historicamente sempre atualizados, de sua desigualdade social. (Paoli, 2003: p.309)

Tendo em vista esse contexto Paoli & Telles (2000: p.103) refletem a respeito dos “rumos incertos do país”, no que tange à conciliação do processo de modernização em curso, com a aspiração de uma sociedade mais igualitária e mais justa, num cenário de pobreza jamais vista no país.

De acordo com Rodrigues (1997) ainda que se faça reconhecer como cenário, a presença hegemônica neoliberal, cuja representação da cidade circunscreve-se ao âmbito da concepção de cidade-mercadoria: produzida enquanto exterioridade em relação aos seus habitantes.

Na era da polissemia, o que dá sentido ao urbano é o fato de que este se define e se redefine, enquanto um campo de forças.

Neste contexto, em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.251/2001) e segundo (Rolnik, 2009), desde então, o Brasil passa a dispor de uma estratégia inovadora ao conceber o favorecimento da *regulação territorial* possibilitando a ampliação do acesso à terra urbanizada para moradia das camadas populares. A autora esclarece que, como o crédito imobiliário, naquelas quatro décadas (1940-1980) jamais alcançou a camada da população cuja renda mensal situa-se entre zero a três salários mínimos; hoje, concentra-se neste grupo da população 90% do déficit habitacional do país.

Resta-nos saber, como tem sido conduzida a política habitacional brasileira no momento posterior à criação do Estatuto da Cidade (2001) considerando os anos de relativa prosperidade econômica do país, no primeiro período da era Lula (2002-2006).

Ao analisar a evolução do financiamento habitacional Rolnik (2009) mostra que a partir de 2005 houve avanços na oferta de recursos para as famílias com rendas mais baixas, que historicamente são aquelas excluídas dos financiamentos. Entretanto, a partir do exame que a urbanista realiza pode-se concluir que, ainda não se presenciou medidas estruturais continuadas que sinalizassem para a aplicação dos preceitos da Reforma Urbana:

Se examinarmos o balanço dos empréstimos com recursos do FGTS em 2007, um excelente ano para o setor imobiliário e da construção, dos 278.000 contratos realizados naquele ano, 61% foram assinados por famílias com renda mensal entre zero e três salários mínimos. Entretanto, metade dos financiamentos acessados por essas famílias de baixa renda foram para compra de materiais de construção, ou seja, para autoconstrução pelas próprias famílias, inclusive em loteamentos precários e favelas.

Esses financiamentos foram concedidos sem qualquer articulação com serviços de assistência técnica que pudessem garantir construções seguras e de qualidade e tampouco estiveram vinculados a projetos de urbanização.

Perante a “crise urbana” decorrente da última crise financeira que abalou o sistema habitacional dos Estados Unidos e atingiu drasticamente, as agendas universalistas do restante do planeta; o governo brasileiro criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/ 2007-2010) ao qual incorporou propostas de regularização fundiária de áreas irregulares, de modo que fica a sensação de que “a causa” tenha extrapolado o âmbito dos movimentos sociais e das lutas populares.

Considerando o tema da Reforma Urbana a partir da abertura que a questão vem merecendo nos planos diretores e mesmo no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) sobrevêm a questão: Será que os atores do próprio sistema capitalista estão contabilizando as perdas geradas pela produção da segregação sócio-territorial, como perdas de mercado?

Os prejuízos que acometem milhões de famílias brasileiras ou o próprio ambiente natural talvez sejam imensuráveis, mas certamente, seja possível pensar matematicamente, o que representaria o não recolhimento de tributos municipais, os custos da desvalorização imobiliária gerados em função da subutilização de determinadas áreas da cidade e o impedimento à expansão do crédito para as massas populares, cujo imóvel ilegal não pode ser considerado como garantia.

Talvez esses tenham sido os argumentos que vêm justificando uma política de acoplamento da visão de mercado com aspectos de uma política habitacional.

Rolnik (2009) confirma tal conjectura comentando em seu blog na internet, que o programa do governo está mais parecido com um desses pacotes econômicos para impulsionar o crescimento da economia do que uma “estratégia urbanística e fundiária” visando diminuir o déficit habitacional do país e promover a justiça social tão ensejada.

Para essa urbanista:

“A mobilização de investimentos públicos, notadamente em setores de uso intensivo e mobilização rápida de mão de obra, como é o caso da indústria da construção civil, tem sido uma das clássicas soluções Keynesianas para momentos de crise. Estimular a produção de moradias, neste contexto, parece ser duplamente atraente: estimula-se a indústria, gera-se empregos e enfrenta-se uma questão candente na sociedade brasileira”.

Ainda para a mesma autora, o programa parece estar alicerçado sobre uma política de ampliação do acesso ao crédito, com “distintas formas de desoneração da indústria da construção, misturando política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção”, que para a autora deveriam ser políticas diferentes.

Em Santa Maria segundo informação obtida com o Coordenador do PAC, Sr. Nabor Ribeiro a previsão é de que sejam entregues até 2011 aproximadamente, 2700 casas.

Para a urbanista do ponto de vista legal, já se faz possível realizar uma verdadeira política habitacional. Visto que a sociedade dispõe de instrumentos que permitem avançar nessa direção: instrumentos legais criados a partir do Estatuto da Cidade, que estabelece a Lei 11.124/2004 que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e a novíssima Lei de Assistência Técnica às famílias de baixa renda (2008).

5.4- Quem fala por ti?

Assiste-se no Brasil, a mais um momento desafiante para a democracia, mesmo tendo-se em vista a institucionalização dos direitos e reconhecendo-se a presença de novos atores oriundos dos movimentos sociais: a maioria da população prossegue, contudo, sem capacidade de submeter essa legalidade às vias de fato e de fazer valer seus direitos.

Nas palavras de O'Donnell (1991) vivemos uma “cidadania de baixa intensidade”.

Touraine (1998: P.55) problematiza o que denomina ser o “maior paradoxo de nossos tempos”: “¿ Hay que llegar a afirmar que lo próprio de una democracia evolucionada es la debilidad de su clase política?

Com o enfraquecimento do poder de atuação do Estado, ocorre que em nome da eficiência do setor privado e respondendo à velha máxima de que o sistema público funciona mal, fundações, ongs, organizações e até empresas vêm assumindo o comando de programas de responsabilidade social; que tradicionalmente, constam como questões de interesse público e por conseguinte, como atribuições do Estado. Segundo Paoli (2003:p.402) vem evidenciando-se no panorama nacional a crescente presença de um “mal definido terceiro setor composto de 220 mil entidades beneficentes e prestadoras de serviços sociais diversos”.

Assim, vemos inaugurar o momento democrático do país, numa situação em que vulnerabiliza-se ainda mais, a já frágil condição de participação das famílias pobres, no sentido de extrair-lhes a possibilidade de orientar o curso dos programas sociais, segundo demandas próprias. De modo, que muito dinheiro público vem sendo despendido sem que a pobreza tenha perspectiva de ser superada, especialmente, em função do nulo poder emancipatório dessas iniciativas.

Ainda segundo Paoli (2003), a partir do novo terceiro setor são atendidas hoje aproximadamente nove milhões de pessoas através de 2,2 milhões de trabalhadores, dos quais 1,1 como voluntários. O orçamento movimentado pelo setor estava estimado, em 1995, em nove bilhões de reais, 2/3 dos quais são provenientes de pessoas físicas e doações individuais e 1/3 do financiamento estatal através de parcerias, isenções fiscais e isenção da quota patronal para a Seguridade Social. Paoli (2003: p.401).

Tudo isso, leva-nos a pensar que caminhamos em direção à perda do sentido político público a que se remete a mesma autora:

Aproximamo-nos agora daquilo que Hannah Arendt (1989: 329), em sua obra sobre o totalitarismo, chamou de «a produção de uma humanidade supérflua», aquela que perde sua voz e expressão na própria perda da possibilidade de uma comunidade política de participação, na qual os excluídos, antes organizados em movimentos sociais centrados na reivindicação de direitos, pudessem novamente disputar o sentido democrático da vida coletiva e questionar o rompimento de seu espaço de sociabilidade. Em uma palavra, pudessem exercer a política na discussão sobre os assuntos comuns de um mundo comum (Arendt, 1987b). Agora sujeitos a serem natureza descartável pelo próprio desmonte do setor público e pelo menosprezo à universalidade dos direitos de cidadania, sujeitos a todas as formas de violência, separados e hierarquizados pelas barreiras da passagem do privado ao público, resta-lhes a esperança de serem capturados pelas políticas compensatórias e localizadas da filantropia social organizada no âmbito dos grupos da sociedade civil Paoli (2003: p.400)

Assim, a agenda demandada pela sociedade civil organizada vem sendo cada vez mais subtraída, à medida em que se impõe o deslocamento da ação coletiva dos sujeitos referenciados num “espaço público, civil e pluralizado”, para uma condição de redução do outro como “mero receptor homogeneizado pelas suas carências, de bens socialmente produzidos, mas discursivamente distribuídos como generosidade privada” (Paoli, 2003: p.414).

O que nos remete à questão de fundo evidenciada pela autora de que “a responsabilização privada do social é despolitizadora da questão social” (Paoli, 2003: p. 401). Em outras palavras, Harvey (2009) comenta que o “direito à cidade” não é só um “direito de acesso ao que já existe, mas o direito de participar da construção e da reconstrução do tecido urbano”, de modo condizente com a necessidade das populações urbanas. Esse direito vem sendo cerceado, em função da própria contradição entre a natureza do interesse privado e do interesse público como analisa a autora de análises sobre o enredamento da cidadania no Brasil:

O interesse por examinar sua ação social voluntária vem, sobretudo, da ambigüidade com que se move em relação às delimitações entre interesse privado e ação pública, particularmente evidente do ponto de vista da interrogação do projeto (a possibilidade de ações contra-hegemônicas). É possível perceber, de um lado, o possível potencial inovador que a mobilização responsável empresarial dirige ao transbordamento da pobreza e das oportunidades de vida da população carente. De outro lado, é visível que esta mobilização oculta as políticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade brasileira, além de ocupar vantajosamente, em termos de seus interesses particulares, o próprio espaço que abre como ação civil para um público (Paoli, 2003: p.407).

Tal realidade vem definindo as novas condições da ação política, configurando a situação tão brilhantemente descrita por Touraine (1998: p.50):

“(…) en lugar de una relación directa de representatividad entre demandas sociales y ofertas políticas, se asiste al desarrollo simultáneo e independiente de tres ordenes de realidad: demandas sociales, económicas y culturales cada vez más diversificadas; las exigencias y las obligaciones de un Estado, definido sobre todo por su papel internacional: reglas institucionales en las que se basan las libertades públicas”

Em outras palavras, pode-se dizer que agrava-se um equívoco tradicionalmente produzido no interior das políticas públicas e dos programas voltados para o equacionamento da pobreza no Brasil: o desconhecimento da realidade concreta das famílias, a falta de noção sobre suas reais necessidades ou a respeito dos inúmeros desafios vivenciados no dia-a-dia por essas comunidades; bem como a falta de comunicação com as iniciativas locais já existentes, a indiferença com relação a essas iniciativas e a conseqüente sobreposição a elas.

Todos esses problemas contribuem para o esvaziamento do mais recente conceito de gestão pública, à medida em que os instrumentos da democracia vão sendo desconsiderados na mediação da relação entre atores da administração pública e cidadãos.

Para além da oportunidade de voto é preciso abrir perspectivas de atuação dos cidadãos; ainda mais, perante o argumento ambiental, quando o conceito de gestão para a sustentabilidade deveria significar a construção de espaços de diálogo e de expressão da cidadania. É justamente com essa compreensão que se traz para o foco de observação do próximo capítulo, a questão que envolve a primeira proposta de projeto para o Parque da Barragem do DNOS – Rio Vacacaí-Mirim, que surge no bojo do Plano Diretor de 2005. Alertando o leitor que, a essa altura dos acontecimentos, alguns aspectos dessa análise já deverão estar desatualizados. Uma vez que toda uma reformulação se opera em função da substituição dos quadros de comando da nova gestão administrativa municipal, resultando na incorporação de novos atores e agentes, que irão desenhar novas composições e delinear uma nova proposta, mas cujas permanências certamente se definirão no espaço com o passar do tempo.

CAPÍTULO VI

6 A implantação do Parque da Barragem: “de costas” para a *Montanha Russa*

Com a presença do argumento ambiental o conceito de gestão do território pressupõe a formulação de uma agenda que considera a democracia, a cidadania e a justiça social no pensamento político e econômico. Contraditoriamente, aspectos de um planejamento urbano verticalizado e impositivo podem ser detectados no projeto que prevê a implantação do mencionado Parque da Barragem, proposto pela administração pública municipal de Santa Maria/RS, segundo termos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de 2005 e cujo processo foi construído na total ausência dos sujeitos constituintes do território em questão.

A percepção restrita ao potencial natural e paisagístico, que desconsidera os demais potenciais tende a tornar esse espaço geográfico, num alvo importante do turismo de mercado, que sob o *slogan* ambiental vem confluindo projetos hegemônicos para esse território.

Visando focalizar esse momento que diz respeito à trajetória dos mais recentes acontecimentos que emprego como instrumento de análise da atual dinâmica do território em questão, o suporte conceitual proporcionado pela abordagem da rede como forma de governança na esfera municipal, que permite realizar uma leitura das relações contidas entre projetos da administração pública do município de Santa Maria, focalizando o planejamento que prevê a implementação de novas infra-estruturas como a instalação do futuro “Parque da Barragem”.

Sendo assim, tenho como objetivo analisar sob a ótica da rede, enquanto acordos de cooperação com vista a produzir planos de desenvolvimento urbano; as contradições e os conflitos que decorrem do modo como estas decisões incidem sobre o território, produzindo um processo de integração/exclusão territorial.

Considero aqui, a respectiva situação dos setores norte e sul de um complexo natural e paisagístico, existente no setor nordeste da cidade, especialmente nesta porção onde estão presentes o Morro Cechella (flanco leste/Vila Nossa Senhora Aparecida), a Barragem do DNOS ou do rio Vacacaí-Mirim e a Estrada do Perau, enquanto pontos constitutivos dessa conexão. Chamo a atenção de que até o presente momento, essa área conta com a possibilidade de vir a ser parte da AC3 (Área de Conservação Natural da Sub-Bacia do Rio Vacacaí-Mirim – prevista no anexo 12 da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de Santa Maria/2005), que pela via da produção e da organização de uma rede de turismo com a denominação de “ecológico e cultural”, ao invés de corrigir as desigualdades sociais existentes nesse espaço geográfico, vem reafirmar antigos problemas produzindo a exclusão de territorialidades tradicionais que possuem fortes vínculos identitários com o lugar.

O setor sul desse espaço geográfico, relegado à parte hegemonizada configura-se pela presença das territorialidades constitutivas da *Montanha Russa* (rever figura 1). A julgar pelas novas dinâmicas em vias de serem instaladas, a Vila Pércio Reis enquanto parte constitutiva da *Montanha Russa*, ao que tudo indica, até o momento, poderá ficar condicionada a situar-se na área de “fundos” do futuro empreendimento do “Parque Público Municipal ou Parque da Barragem ou ainda, Parque Campestre Menino Deus”: conectado aos investimentos que se sucedem nesse espaço em sua direção norte. O que leva a crer, que tal situação aponta para a configuração de um conflito socioambiental.

O setor norte denominado de “Campestre Menino Deus”, para o qual convergem investimentos a exemplo do empreendimento do “Parque da Barragem” e da revitalização da antiga “Estrada do Perau” seria uma derivação natural de um conjunto mais amplo de belas paisagens desse espaço geográfico, como é o caso do Morro Cechella. Tanto que o referido Morro, somado aos demais pontos mencionados, está inscrito no zoneamento do Plano Diretor do Município como parte integrante da Encosta da Serra e definido na LUOS (033/2005) como Área de Preservação Permanente - Morro Testemunho (a partir da cota de 190 m de altitude).

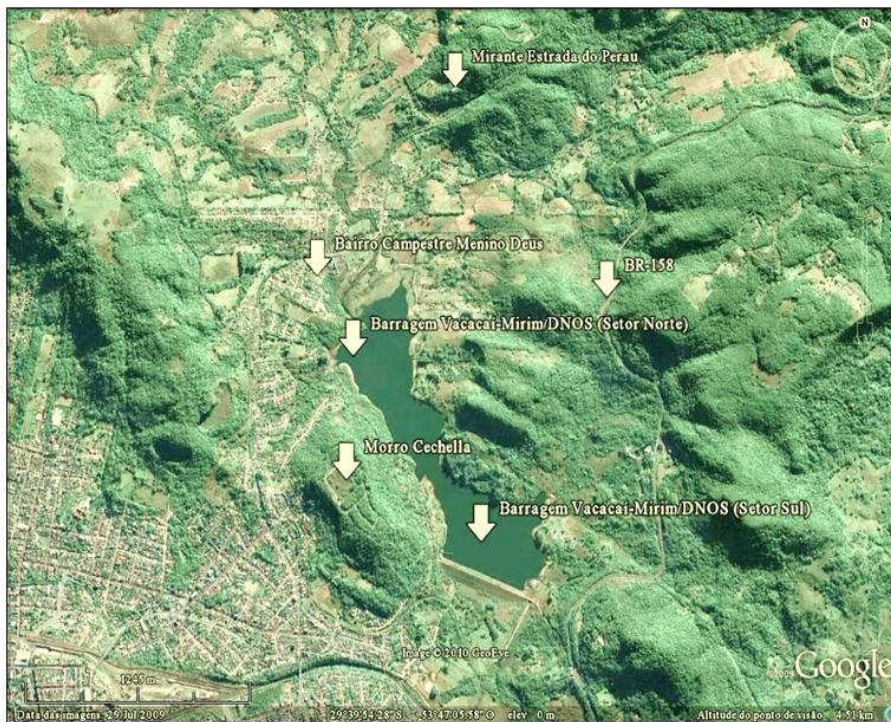


Figura 48 - Imagem de satélite indicando pontos de conexão de rede de turismo ecológico. Fonte: Google Eart, 2009.

Profissionais que conhecem o projeto do futuro “*Parque da Barragem ou do Campestre Menino Deus*” informam, com desaponto, o fato do Morro Cechella, que é parte do complexo paisagístico, não estar incorporado ao projeto do Parque ou mesmo, da área da AC3. O denominado Morro Cechella é um dos mais famosos da região, pela proximidade das vias de tráfego que levam ao centro da cidade e por constituir-se num importante atrativo turístico e de lazer, que além de ser contornado por uma mata densa, proporciona uma belíssima vista panorâmica da cidade.



Figura 49 – Fotografia: Placa indicando roteiro da “Estrada do Perau”, que liga Santa Maria ao município de Itaara. (Foto: CJSA/2009).

A separação do Morro Cechella da futura área do Parque e também da AC3 (Área de Conservação Natural da Sub-Bacia do Vacacaí-Mirim – LUOS/2005) poderia ser um indicativo da possibilidade que se aventava até 2008, de se implantar o monumento da Santa Medianeira, em seu topo. Empreendimento que começou sendo proposto por representantes da Secretaria de Turismo do Município, da gestão anterior, dentre outros atores: como o proprietário do terreno do topo do morro na condição de alguém que está à frente de empreendimentos de hotelaria da cidade.

Este seria apenas mais um, dentre os diferentes planos e projetos, que vêm sendo propostos ao longo dos últimos 10 anos, o que explica as inúmeras possibilidades postas a partir das dotações desse espaço.

Neste sentido, a implantação do “Parque da Barragem” vem ocorrer com recursos do Banco Mundial a partir do qual pode-se prever o desenho de novas relações atravessadas por uma racionalidade estrangeira ao lugar.

6.1- Tecendo as primeiras conexões

Ao identificar algumas conexões que estão se estabelecendo neste espaço geográfico, percebo que a análise de Castells (1999) impõe-se à medida em que propicia uma melhor compreensão das práticas sociais a partir dos fluxos, reconhecendo estes não apenas como meros elementos da organização espacial, mas como manifestação espacial do poder.

Nesta perspectiva, compreendendo-se os itinerários como constituídos a partir de estratégias, de circulação e de comunicação entre pontos, a revitalização da antiga Estrada do Perau indica a possibilidade de conexão turística entre Santa Maria e o município de Itaara que, por sua localização no alto da serra, vem se consolidando como espaço de turismo e lazer, especialmente pela existência de condomínios rurais pertencentes à classe média santamariense.

Para Castells (1999:p.436), os processos dominantes que sustentam os fluxos emanam das práticas sociais dominantes embutidas nas estruturas sociais dominantes. Tais estruturas são compreendidas pelo autor como “procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais (...), o que nos permite perceber o quanto é intrínseca a relação entre espaço e política.

Compreendendo como sugere Castells (1999) que processos dominantes sustentam os fluxos cabe atentar para os lugares, enquanto pontos acionados ou não, a tomar parte da rede. Neste sentido, vem-se estabelecendo um roteiro traçado a partir da valorização das materialidades do território em foco, a começar pela recuperação do caminho de pedras rumo à Itaara, construído ainda no séc. XIX, quando o referido caminho passa a ser trafegado por tropeiros, funcionando como a ligação possível entre Santa Maria e Júlio de Castilhos, conectando um espaço geográfico de transição entre a depressão periférica de Santa Maria e o planalto meridional.

Além do incontestável valor histórico, o íngreme percurso do calçamento de pedras, em direção ao planalto, possibilita através dos mirantes instalados ao longo de seu trajeto uma visão incomparável do verde vale do rio Vacacaí-Mirim.

Acessando-se a internet pode-se visualizar os numeráveis grupos de “trecking” que propõem caminhadas e passeios que possibilitam conhecer os principais atrativos naturais, como a rota das cachoeiras aí existentes.

Também, do alto da rodovia (BR-158), via preferencial de ligação entre Santa Maria (depressão periférica) e o município de Itaara, (planalto); avista-se a magnífica paisagem de morros, conhecida como “Vale do Diabo” ou do “Vacacaí-Mirim”. Nesse trajeto, encontra-se as estruturas do antigo “Parque Náutico”, arrendado por um tempo, pela Igreja Universal. Segundo o Jornal Diário de Santa Maria, publicado em 11 de junho de 1999, o Parque Náutico teria ido a leilão para quitar dívidas com o INSS. Entretanto, o empresário que o arrematou ficou impedido de documentar a propriedade, visto que a Prefeitura terá até 5 anos para desapropriá-lo e integrá-lo ao Parque da Barragem.

No vale, está localizada uma vinícola, que se insere como outro ponto de conexão entre o “Parque da Barragem” e a “Estrada do Perau”, o que amplia a possibilidade para investimentos nesse espaço em direção a Itaara e que certamente, permitirá a ampliação da malha de influência dessa rede que se estabelece sob o impulso de parcerias entre administrações públicas intermunicipais e elites empresariais locais.

Considerando a realidade em questão, procuro discutir a relação entre espaço e política a partir do viés de uma reflexão que tange os interesses subsumidos no contorno das decisões técnicas que agem como instrumento determinante na afirmação da força política e econômica de determinados atores sociais.

6.2- Re-configurando os territórios

Integrando o conteúdo dessa análise, identifico os empreendimentos mencionados acima no texto, como expressão do poder de determinados atores sociais, que estabelecem onde, quando, para quem, como e que suportes materiais estarão destinados a servir de sustentação a uma dinâmica espacial considerada “ideal”. De modo que ao produzir o espaço com uma intencionalidade claramente calcada em interesses econômicos, estes atores estarão induzindo um processo de exclusão, que contradiz o discurso de sustentabilidade.

Dias (1995) demonstra que o poder imanente aos pontos solidários à rede é excludente, à medida em que gerando novas relações, reforça assimetrias, une e consolida antigos vínculos.

Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade (...). Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência como sugere RAFFESTIN. É antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem o potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir. Leila Christina Dias, 1995: p148

Com base no Art. 10, 2º parágrafo da Lei 033 de 2005 que institui a “Lei de Uso e Ocupação do Solo de Santa Maria”, considerando o mapa que define as “Áreas Especiais Naturais” (Anexo 12 desta lei), pode-se observar a inexplicável presença de uma espécie de “apêndice” em cor branca, configurado pela linha que descreve a passagem da via férrea (ver figura 48).

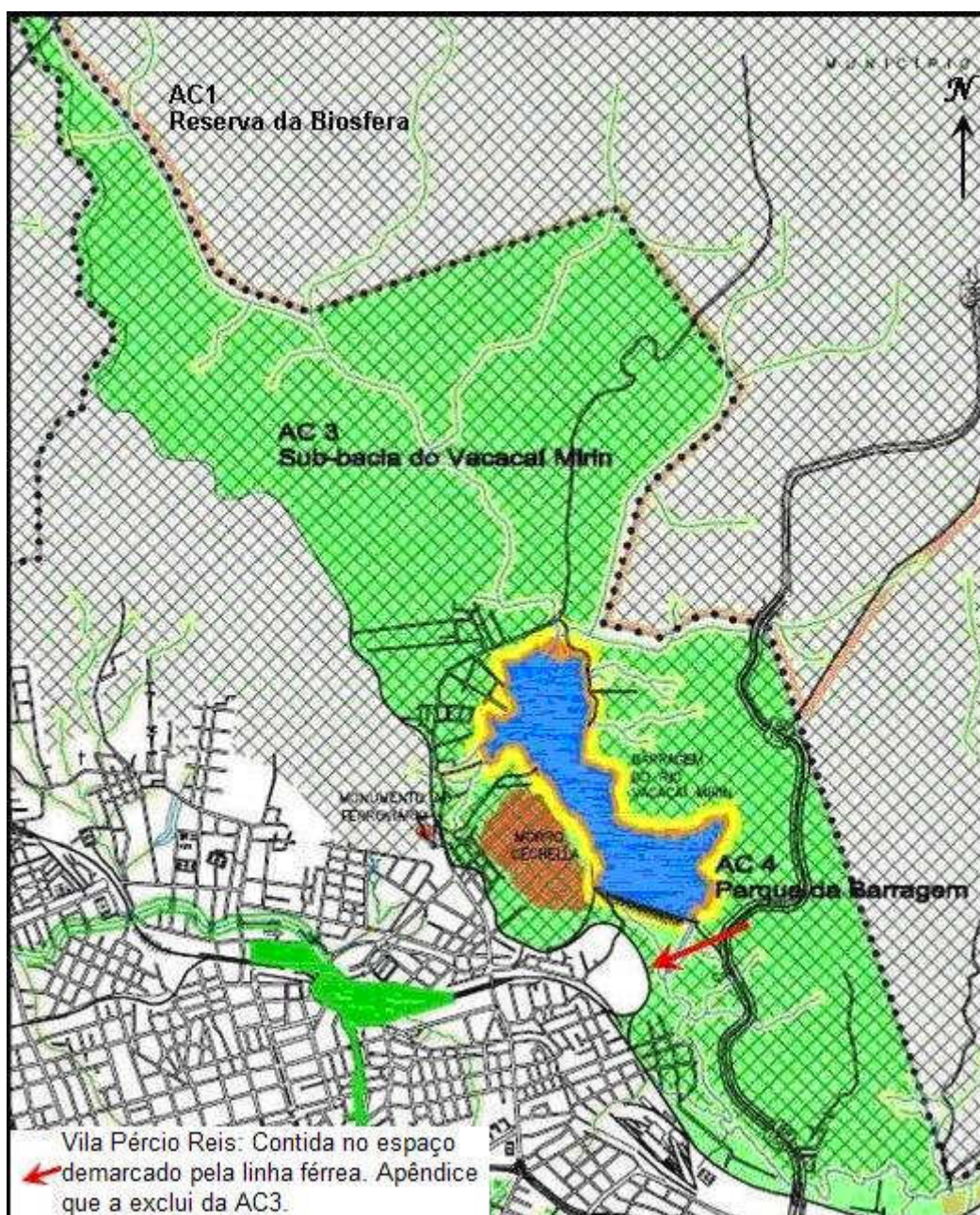


Figura 50 – Vila Pécio Reis: O Interstício da Rede
 Mapa das Áreas Especiais Naturais
 Anexo 12 (Lei de Uso e Ocupação do Solo – Santa Maria/RS).
 Fonte: Secretaria de Município do Planejamento (Nov. 2005)
 Montagem: (CJSA). Colaboração: (DBN)

Tomando-se um mero limite físico como demarcatório do que virá a se constituir na AC3 (Área de Conservação Natural da Sub-Bacia do Vacacaí-Mirim) traduz-se, na indefectível exclusão da Montanha Russa (no trecho em que se insere a Vila Pécio Reis).

Lugar que conta a história da existência do nostálgico Parque Montanha Russa, que como já se disse, ali existiu nas primeiras décadas do século XX.

A leitura do texto indica que a AC3 vem sendo considerada como nomenclatura sinônima ao que deveria corresponder à parte da futura APA (Área de Proteção Ambiental). Observando-se o mapa, identifica-se a descontinuidade criada justamente no trecho em que na *Montanha Russa*, surge a Vila Pércio Reis (o apêndice), ou área contígua à taipa da barragem, separada desta apenas por um portão, localizado no setor sul.

O que caracteriza uma APA, enquanto categoria de proteção ambiental (Lei Federal nº 9985/2000) é o fato desta se caracterizar como uma unidade de conservação passível de ocorrer em áreas urbanas, respaldada entretanto, em preceitos de uso sustentável dos recursos naturais existentes em seu domínio.

A rua Montanha Russa situa-se onde se poderia denominar como área de “fundos” da barragem que, por um ato cartográfico de quem desconhece as relações que ocorrem no lugar é suprimida da área delimitada como integrante da futura AC3.

Contraditoriamente, pode-se constatar no mapa, que a área contígua a essa, que se apresenta na seqüência, prossegue demarcada pela cor verde como integrante da AC3.

O MORRO CEHELLA E O SETOR SUL DA BARRAGEM DO DNOS –
Montanha Russa
A QUEM SE DESTINA?

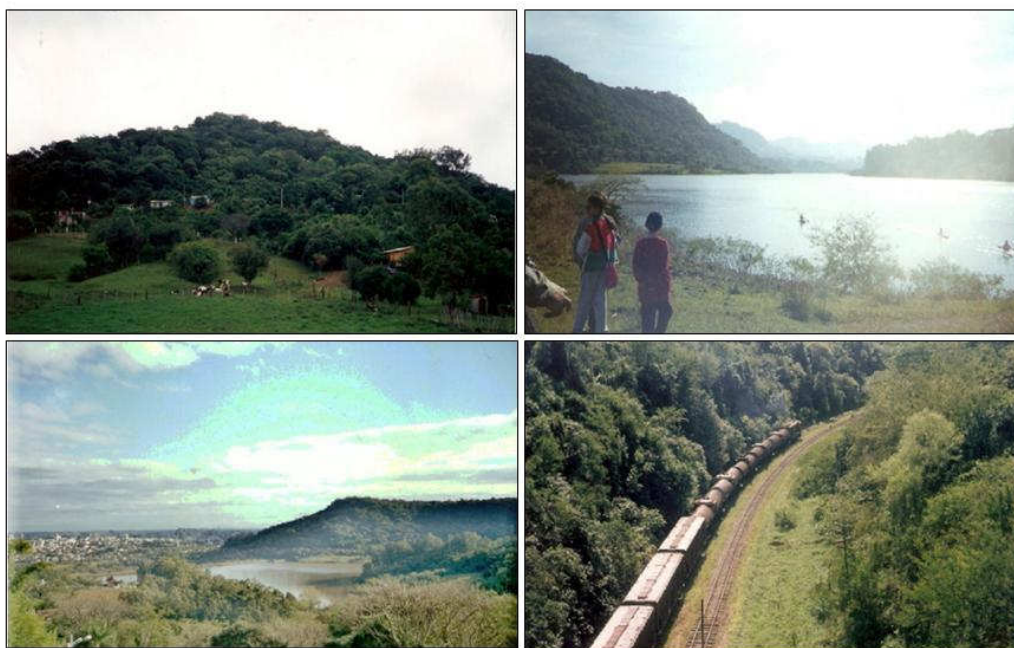


Figura 51 – Potencial natural e paisagístico da Montanha Russa
(Fotos: CJSA e Carmem Lorenci – 1999)

De acordo com o documento, a área definida como AC3 (Área de Conservação Natural da Sub-Bacia do Vacacaí-Mirim) representa a área que além de englobar os 100 metros da Barragem (área efetiva do futuro “Parque da Barragem do Vacacaí-Mirim) abrange seu entorno mais amplo delimitado a oeste e sul pela linha férrea (provável razão da retirada da Vila Pércio Reis, como fragmento, que passa por fora do recorte físico – apêndice - produzido pela delimitação da via-férrea) e a leste e norte pelos limites do Perímetro Urbano do Distrito Sede.

Considerando a nova realidade desenhada por atores em posição de definir a agenda dos investimentos: representantes do poder público municipal, profissionais tecnicamente qualificados e empresariado; atribui-se a estes últimos, representados pelo grupo da Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria²⁸ a polarização das determinações da série de investimentos em andamento envolvendo parte do bairro Itararé e do Campestre Menino Deus até o limite do perímetro urbano de Santa Maria em contato com o município de Itaara.

6.3- Que concepções estão implícitas nas decisões e ações que redefinem o território e o entregam ao controle de uma racionalidade de mercado?

Um planejamento que “desmembra” o território considerando a natureza em si, descolada dos processos sociais e da realidade concreta da comunidade local, atesta a desconsideração da realidade e das práticas sociais cotidianas vivenciadas pelos moradores constituintes desse território.

A redução da realidade que ali se comete resulta do emprego da dimensão econômica do espaço assumida como principal e primeira. Lógica que emprega uma escala de análise a partir da qual o espaço geográfico é percebido como homogêneo, abstrato e contínuo; o que permite “fatiá-lo à vontade”.

Então, os atores dominantes alinhados à uma racionalidade econômica dotam-se de uma concepção de espaço que aspira uma eficácia técnica, conduta que os afasta cada vez mais da complexidade dos valores e das relações subjetivas que ocorrem no lugar (Leff, 2001). Como acrescenta o autor, esse é justamente, o padrão que “levou à superexploração de recursos e ao desequilíbrio dos ecossistemas naturais” em prol de um modelo de desenvolvimento econômico concentrador de riquezas e gerador de problemas sociais (Leff, 2001:87).

²⁸ CASISM

Essa lógica além de representativa de uma “interessante” diminuição de custos a partir da simplificação do trabalho técnico e profissional, à medida em que dispensa o que Silveira (2006) denomina como “zoom” propiciado pelas jornadas que permitem conhecer as particularidades de cada lugar. Naturaliza a realidade do lugar²⁹, à medida em que lhe retira as forças vivas simplificando também, as variáveis a serem analisadas - coincidentes apenas, com a materialidade do espaço, com seu aspecto físico e natural. A partir daí, tudo o mais é naturalizado e revestido com o manto “neutro” da cientificidade, que é uma das chaves associadas à lógica mantenedora de privilégios, à medida em que possibilita a detenção do controle do território a um grupo seletivo de atores sociais.

Neste ponto reside a relação entre espaço e política, que se pretende abordar aqui, já que tal relação não se evidencia num primeiro olhar, pois requer um foco que considera o mundo das coisas e das materialidades, em suas reais proporções, ou seja, transcendendo-as à medida em que se ultrapassa o mundo das coisas para se alcançar o mundo dos seus significados: tangidos em seu cerne a partir da decodificação dos interesses em jogo.

Considerando esse tópico, apresento através deste estudo, um exemplo concreto de como o espaço é definido e delimitado a partir das relações de poder que nele se estabelecem, desvinculando o uso do território do seu atributo social e associando-o aos interesses econômicos, que ao acompanhar uma dinâmica em curso em escala global (Oliveira, 2006), incidem sobre os lugares diferenciados, que no caso em questão, trata de um espaço cujo conteúdo atrai por sua dotação natural e paisagística.

De modo que a formação de parcerias público-privada para além de um princípio de facilitação da gestão urbana é também representativa da vitória de um grupo social sobre outros já que os atores da esfera estatal são também representantes da manutenção de determinados interesses (Amaral, 1993).

²⁹ Vale alertar o leitor que a palavra “lugar” traz consigo uma significação e toda uma carga conceitual que se difere, de algum modo, do conceito de “território” pelas razões expostas por SOUZA (2009:p60) para quem o conceito de lugar não trata a dimensão do poder em primeiro plano, mas a “das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentido de lugar, enquanto espacialidade vivida e percebida (...)”.

O conteúdo político de tais parcerias revela-se inclusive, à medida em que se adota uma postura supostamente neutra na condução do planejamento que envolve a cooperação entre atores do poder público e da esfera privada.

Botelho (2004) analisa a produção do espaço a partir do empresariamento urbano, como algo que muito além de manifestar-se como um fenômeno local revela uma tendência comum aos programas de desenvolvimento urbano adotados não somente no Brasil, mas em vários países do mundo. Neste trabalho, o autor identifica a “aparência neutra de cooperação” como um aspecto recorrente deste modelo e menciona Raventos (2000): para quem existe uma cumplicidade social que muitas vezes esconde fortes interesses imobiliários e de especulação. Em tom ainda mais severo, este último autor comenta: “A aparência e o discurso oficial propagam a idéia de que o setor público dirige as ações com os recursos da iniciativa privada. Mas na prática, exatamente o inverso parece ocorrer” (Botelho, 2004: p.4).

Assim, o desenvolvimento econômico passa a ser nomeado de “sustentável”, assumindo como discurso, a temática do “eco-turismo” como o que está sendo proposto para o Parque da Barragem. O que de fato, vem se configurando como um novo molde de se conservar a antiga tradição - se considerado o caso da realidade brasileira - de produzir investimentos públicos que beneficiam determinados setores da sociedade. No caso dos empreendimentos voltados para o contexto em foco, em condição privilegiada, tais atores prosseguem delimitando os pontos e desenhando novos mapas cuja representação raramente condiz com a vida que se manifesta no lugar.

6.4- A parte que nos toca de uma realidade marcada pela *irregularidade fundiária* vivenciada pelo “outro”: O ponto em que somos iguais!

Apesar dos distintos processos característicos da vida de cada uma das territorialidades existentes na *Montanha Russa*, a realidade se manifesta relativamente, do mesmo modo para todos, quando o aspecto analisado é o efeito do atual planejamento para a localidade.

Até início de 2009, os indícios de exclusão podiam ser notados em função do alijamento dos moradores, senão de um processo de construção democrática com relação aos empreendimentos a serem instalados em seu território, ao menos por informações (que não lhes chegaram) pertinentes às decisões tomadas à portas fechadas nos gabinetes da administração municipal – em completa desconsideração com sua óbvia condição de hinterlândia da Barragem do rio Vacacaí-Mirim ou do DNOS.

Neste aspecto iguala-se a condição dos moradores da porção nobre da Vila Pércio Reis, rua Montanha Russa - via obrigatória de acesso ao portão de entrada para a taipa da barragem e os demais residentes da *Montanha Russa*. Os moradores dessa porção da Vila Pércio Reis fazem desse território o seu lugar de residência e de identidade há 30, 45, 75 anos; para quem não vale qualquer argumento de “ilegitimidade” dos terrenos, já que estão devidamente regularizados e escriturados.

Mesmo assim, ainda não foram consultados nem pela administração passada, nem pela atual. Não estão sendo informados sobre o projeto idealizado, aprovado e em vias de ser operacionalizado com o propósito de transformar toda a forma de uso do território em questão. Dentre as possibilidades de propostas até o momento arroladas, está confirmado o empréstimo público de quase cinco milhões em recursos do Banco Mundial, que financia atualmente, projetos que têm o objetivo de “reduzir a pobreza” e que subsidiará a construção da “infra-estrutura e equipamentos” para o Parque da Barragem.

Na base do Morro Cechella, a Vila Pércio Reis, através da rua Montanha Russa alcança-se a taipa da barragem. Até que se prove o contrário, a depender dos critérios até o momento escolhidos essa porção do território poderá passar à condição de área de “fundos” do futuro Parque.

Segundo alguns relatos, neste trecho da Vila Pércio Reis, funcionou o antigo Parque *Montanha Russa*, que chegou a ser, o local preferencial de lazer do santamariense nas primeiras décadas do século XX, já indicando a histórica vocação dessa área para o turismo e o lazer. Em matéria publicada no jornal local, denominado de “A Razão”, do dia 04/01/02, Fernando Antônio Valença Floresta comenta:

“Neste limiar de 2002 (...), nos propomos a um resgate não somente histórico-geográfico e cultural, mas, antes de tudo, moral e afetivo para com um atrativo turístico, talvez pioneiro no estado, que Santa Maria possuiu, perdeu, e o que é pior, esqueceu. Falaremos sobre o prodigioso, para a época, “Parque da Montanha Russa”, que encantou por quase duas décadas múltiplos segmentos da população santamariense”.

Ao que tudo indica, dificilmente haverá outra chance para que esse resgate possa acontecer de fato. O novo projeto do Parque, ao contrário, volta-se para o setor norte da barragem do DNOS, elegendo o nome de “Parque Menino Deus” como tema e centro do empreendimento, demonstrando fundamentar a decisão numa percepção homogeneizada da realidade local e desconhecadora da importância histórica e identitária da *Montanha Russa* no contexto geral da cidade.

O que não se compreende ainda, é que tipo de inserção caberá a esse território, no projeto deste empreendimento. Considerando que a favor da segurança, certamente haverá a impossibilidade prática de se eliminar, uma segunda ou até terceira possibilidade de entrada para o interior do Parque e de saída dele: como a do Campestre Menino Deus, a do caminho da taipa que alcança a BR-158 e por fim, o portão situado no setor sul da barragem, justo dentro dos domínios da Montanha Russa.

Nada poderia ser mais grave que a exclusão desta comunidade que há longas datas ali habita e cujos adultos contam histórias da infância recreando no rio Vacacaí-Mirim, enquanto as mães lavavam roupas.

Ainda não houve resposta à manifestação da comunidade realizada por intermédio da atual presidente da Associação de Moradores da Vila Pércio (Sra. Eva Frigo) que entregou nas mãos do Coordenador do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um documento produzido pelos moradores no dia 22/01/09, a partir do qual manifestam seu interesse em conhecer o projeto e em conferir o modo como está prevista sua inserção no processo de implantação do empreendimento.

6.5- Dois lugares, duas formas de exclusão:

“O interstício da rede” e o “dá licença que a rede precisa passar”

Como já fora comentado, anteriormente, até início de 2009, o descaso por parte do Poder Público Municipal atingia de forma indistinta toda a comunidade que territorializa esse “recanto” emoldurado pelo Morro Cechella, onde no passado, havia funcionado o antigo Parque Montanha Russa, antes mesmo da construção do reservatório artificial - a barragem do rio Vacacaí-Mirim) ou do DNOS- que ocorreu na década de 70.

O processo de exclusão, já bastante sentido, pela presença de territorialidades segregadas, em função da condição das populações que ocupam as áreas irregulares, dessa feita, atingiria diretamente, a porção mais “nobre” da Vila Pércio Reis, onde se territorializa uma comunidade composta por proprietários de pequenas chácaras, ou de amplos terrenos, onde também se localizam a “Escola Municipal de Educação Infantil Montanha Russa”, o Clube de Cabos e Soldados, duas organizações religiosas (Católica e Anglicana). Espaço em relação ao qual a Sede da Associação Comunitária encontra-se deslocada (rever figura 6.1).

Neste sentido, o processo de exclusão do Projeto do futuro Parque da Barragem pode ser considerado o aspecto que melhor movimenta a percepção do morador como parte de uma coletividade maior ou como pertencente a um mesmo lado da situação. Contudo, do mesmo modo que tal condição os iguala, os diferencia exatamente no ponto que toca a questão fundiária – não de todas as territorialidades segregadas existentes neste contexto, mas especificamente, dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, que ocupam o flanco leste do Morro Cechella, para quem prevalecem os planos de remoção e para os quais caberia dizer: “dá licença que a rede precisa passar”.

Podia se considerar assim, pelo menos, **até o momento em que ainda não se falava na implantação da RPPN** nos domínios da Igreja Anglicana, localizada na Vila Pércio Reis, Montanha Russa, próxima ao portão sul da Barragem.

Enquanto, ainda não se apresentavam determinados atores tais como: os professores à frente do grupo de pesquisa do Curso de Geografia da UFSM, da ONG conhecida como Fundação Mo'ã ou da própria liderança da mencionada igreja. E por conseguinte, ainda não se fazia possível visualizar o papel estratégico que assumiriam mais tarde, na formulação do novo projeto de parque, participando da comissão incumbida de considerar o planejamento e a gestão dos recursos abundantes dessa porção do setor nordeste da cidade de Santa Maria.

Neste sentido, tudo indica que o projeto da administração pública municipal anterior tenha sido efetivamente ignorado.

A partir desse momento, não apenas se desenha uma mudança no quadro político da Vila Pércio Reis que pelo menos teoricamente, ganha uma posição nova nesse jogo de forças, uma vez que tem a seu favor, atores importantes combatendo a partir de seu território. O que tais atuações irão significar para o conjunto dos moradores da Montanha Russa será uma das questões que irá demandar um acompanhamento dos fatos que estão a se desenrolar.

Segundo Limonad (2008) o alheamento das comunidades locais no processo de gestão urbana da sociedade brasileira, tem sido uma prática corriqueira se considerado o panorama nacional.

Para a autora a exclusão das comunidades locais apresenta variantes segundo o nível de transparência em que os arranjos são articulados, que pode ocorrer desde a mais absoluta ausência de transparência que encobre interesses: exatamente do modo como até o momento vieram sendo tratadas as questões que definirão o destino do território da Montanha Russa. Até uma condição parcialmente transparente, como pode ser a realidade que vem se manifestando pela apatia dos moradores do setor norte, contemplados com a “participação” da primeira proposta, que agora está em processo de reformulação.

Para a autora é preciso saber distinguir a participação forjada e “pró-forma” da participação legítima de moradores propositivos e engajados em uma causa comum – coerência que se espera ver embutida nas ações desses novos atores que em nome da valorização do saber ambiental estão se estabelecendo no lugar.

A autora apresenta a “falta de transparência”, como um dos aspectos mais recorrentes nos planejamentos urbanos contemporâneos (2008: p.7):

“(...) a participação da população serve mais para a validação e legitimação sob o selo democrático de práticas definidas como desejáveis por setores hegemônicos. Pois, como se acontecer esta participação é passível de ocorrer ao nível das decisões táticas – referentes à consulta relativa a implementação de ações localizadas (...). Porém, esta participação não se faz ao nível das decisões políticas e estratégicas – nível em que é tomada a decisão de implementação destas operações. Ou seja, a população é chamada a opinar sobre uma operação consorciada, um Estudo de Impacto de Vizinhança e a fazer sugestões, oferecer alternativas, solicitar modificações, porém não lhe é dado decidir se é favorável ou não à implementação (...)”.

Perante o projeto anterior a condição para a qual a Vila Pércio Reis se enredava podia ser interpretada como um modo de exclusão, comparável a uma condição de vácuo, ou “interstício” da rede (rever figura 50). Considerada a hipótese de re-candidatura do grupo governante anterior, estaríamos muito próximos do momento de concretização do empreendimento do Parque, sem que nenhuma liderança local ou morador tivesse sido incentivado a responder a qualquer tipo de consulta popular. Nem sequer informado, comunicado ou convidado a comparecer às reuniões (a não ser por edital publicado em jornal, cuja maioria não tem acesso; e se tem, dificilmente daria atenção a essa página). De sorte que, algumas reuniões aconteceram para os moradores da outra margem da barragem, no Bairro Campestre Menino Deus, onde foi instituída uma ONG com o objetivo de congregar uma comunidade da porção norte – para onde apontavam os holofotes do antigo projeto, mas que agora, parecem estar projetados para a direção da Montanha Russa.

A percepção homogênea com relação à *Montanha Russa* deve ter levado esses primeiros propositores a considerá-la como o lugar onde a segregação se generalizou e muito provavelmente, este pensamento pode ter sido responsável por manter esse espaço no limbo das propostas, ou na condição de lugar do qual não se faz caso. Mesmo sendo a Vila Pércio Reis a porção onde estão situadas fortes instituições como a Igreja Anglicana, cujas lideranças desde então, têm ganhado notoriedade no poder de alterar as tendências até então, manifestadas.

No campo das decisões com relação à destinação a ser dada a esse magnífico espaço localizado tão próximo do centro da cidade, será necessário, reportarmo-nos a exemplos de novas práticas de gestão que vêm sendo implementadas em áreas naturais, que envolvem a consideração da necessidade de interação com as comunidades locais. Em matéria do Jornal Folha de S. Paulo, 23 de julho de 2004, divulga-se estudo que comprova “o quanto as comunidades tradicionais, que são representadas por grupos geralmente pobres, conservam a biodiversidade em áreas críticas, como a mata atlântica, nas quais a forte presença humana impede a criação de parques e reservas”.

Esse estudo atesta o quanto é equivocada a idéia de que é necessário extrair as relações sociais do espaço para garantir a manutenção de suas riquezas. Considerando essa mesma linha de conduta, que tem por base o intuito de assegurar a sustentabilidade ambiental e a proteção dos recursos naturais, a Lei 12.810 aprovada em 2008 permitiu recentemente, que se reclassificasse em novas categorias de manejo as glebas do território original do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei nº 145/1969 e que atualmente, constituem o Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Mata Atlântica do Sudeste Lei federal/2000.

Em 2008, tais glebas foram **reclassificadas** no sentido de viabilizar uma política que associe os objetivos da proteção dos recursos naturais à busca de **melhoria da qualidade de vida das populações ali residentes**.

Assim, as áreas anteriormente, discriminadas como **unidades de conservação de proteção integral** passaram a dar lugar a **unidades de conservação de uso sustentável**, prevendo o compartilhamento de práticas entre os órgãos ambientais e as comunidades. Observa-se que essa concepção atenta não apenas para os elementos do ambiente natural, mas também para os fatores socioeconômicos e políticos colocando em relevo os parâmetros de justiça social. Entre outras medidas consideradas na busca de compatibilização das atividades tradicionais com a proteção dos recursos naturais existentes na área, definiu-se a regularização fundiária das glebas e a elaboração de um Plano de Manejo da Unidade. Essa vem sendo a tendência praticada pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) pautada no reconhecimento de que a aprovação e o apoio da comunidade local são políticas especialmente necessárias para a segurança das áreas protegidas.

Notificando-se de tais exemplos, até aqui foi possível observar que nenhuma alternativa até agora, fora possibilitada à comunidade senão a de acomodar-se a uma situação de súdita das decisões dos poderes locais. Se persistir a tendência, de um empreendimento que opte pelas decisões tomadas “*com olhos de mercado*” como o anterior que previa, de forma simplista, que o “*impacto social*” se daria pelo que há de “*mais positivo*”.

Dentre os objetivos do projeto anterior previa-se: “Possibilitar o crescimento do número de visitantes fomentando o mercado local, através da prestação de serviços, como alimentação, transporte, serviços de guias turísticos, recepcionistas, carregadores, etc”.

Desconhecendo-se algo que não poderia ser melhor interpretado, senão pelas palavras de Leff (2001:88):

Para a economia, a natureza e a vida humana são apenas fatores da produção, objetos e força de trabalho. Entram como elementos fracionados e indiferenciados; os humanos (empregados) recebem um salário que lhes permite satisfazer necessidades (criadas pelo sistema) através do consumo.

Deste modo não se percebe o trabalho como um processo vital – seu valor criativo – donde deriva uma satisfação, desprezando-se os valores e qualidades incomensuráveis da atividade humana.

Para Souza (1995: p.79) a representação do território essencialmente econômico pressupõe “uma justaposição e uma contigüidade irreais, simplificando e reduzindo a realidade em que outros agentes estão a produzir territorialidades complexas”.

Tal como aquela anunciada por Castells (1999:p.437) que poderia estar indicando um caminho sem volta, em direção a uma absoluta perda da identidade local:

“Em consonância com a lógica que opera a partir do estabelecimento de uma interação em rede, cada um desses lugares deixarão de existir por si mesmos, tendo seu significado em conexão com o outro equivalente, organizado em rede e instituindo novos espaços de fluxos”. Ou novas relações nos “interstícios” alheias aos interesses das pessoas do lugar.

Enquanto organização social, a lógica vigente na comunidade traduz-se em cooperações espontâneas que produzem arranjos tradicionais no espaço, que se difere da lógica que vem se produzindo, no âmbito estratégico, para o seu entorno ou para o seu espaço vizinho e contíguo (ver figura 52).

Sem qualquer esforço de interpretação pode-se perceber que, o novo projeto apesar de provido de alma ainda não tomou forma, e que dentre suas principais permanências, encontra-se a vontade de se desfazer de toda a ocupação da Vila Nossa Senhora Aparecida.



Figura 52 – Mosaico do cotidiano da *Montanha Russa*.

Considerando o lado dos moradores da Vila Pércio Reis, estes interessam-se sim, em incorporar-se ao projeto que poderia propor o desenvolvimento local, como meio de reduzir a pobreza do lugar. Questionam: Por que não ampliar e socializar os benefícios que serão gerados com esse grande empreendimento? Não seria essa uma boa oportunidade de apoiar projetos integrados voltados para a formação dos jovens, para o apoio aos empreendimentos familiares, que já existem; para incentivo aos projetos comunitários, em andamento, considerando sua ampliação e qualificação?

Neste sentido, anuncio como expectadora de tudo que se está possibilitando ver e ao mesmo tempo como agente, na qualidade de quem pesquisa e participa e que participando desenvolve uma empatia com as pessoas do lugar: com suas histórias, suas conquistas, suas lutas, seus dramas, seus sonhos – que em muitos momentos se fundem e são projeções dos meus próprios anseios.

Vale registrar o que se entende como valor, entre tantos outros que se encontra nesse lugar, onde a vida transcorre no ritmo lento. E onde ainda hoje, a noite traz imagens de um passado distante nas cidades: céu estrelado, vagalumes, luzes fracas nos postes, conversas no ar, gente nas janelas, nas portas, nas calçadas. Pessoas andando aos pares. Crianças brincando. E um delicioso cheiro de verde. Território compartilhado de uma noite fresca de verão, num recanto de Santa Maria: a Vila Pécio Reis, *Montanha Russa*.

Tais valores podem estar com seus dias contados, a depender do lugar vislumbrado pelos moradores, vizinhos ao empreendimento do futuro “Parque da Barragem” e o lugar efetivamente conquistado a partir da capacidade de “vencer” as divisões, os conflitos internos e de identificar as posições que podem ser requeridas nas negociações. Além do modo como poderá ocorrer o processo de negociação que poderá resultar na remoção da totalidade ou na permanência de alguns dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida.

Até aqui, procurei relatar de forma abreviada, algumas das principais ocorrências espaciais que percebo conectadas entre si e imanentes ao âmbito das *práticas sociais dominantes*, considerando a proposta do projeto do Parque da Barragem que se fizera durante a administração pública municipal anterior e que no momento, já se pode observar o esboço dos primeiros movimentos oriundos das práticas da nova administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos referenciais teóricos da geografia conduziu-se o processo de pesquisa participante que tem como ponto de vista primordial a idéia de que a relação sociedade/espço é tão fundamental, que ao ser negada a usufruição plena do direito ao espaço, representa o mesmo que negar o acesso a toda uma gama de outros direitos da cidadania, uma vez que a *irregularidade fundiária* pode ser vista como uma das manifestações da segregação sócio-espacial e como expressão da falta do direito à cidade.

Com base nessa premissa e tendo como foco o estudo de caso da Vila Nossa Senhora Aparecida procurei discutir **as relações de poder que se estabelecem a partir da fragilidade do direito ao território**, produzida pela irregularidade fundiária dos terrenos, demonstrando que além dessa situação carregar consigo significados capazes de criminalizar a comunidade, impõe-lhe penas, como a condição severa e prolongada de acesso restrito aos benefícios da vida urbana.

Para tal análise procurei focalizar as falas dos atores e as representações suscitadas no bojo do processo investigativo, que se estabeleceu a partir da busca de se conhecer, junto com os moradores, os planos do Poder Público Municipal para o território representado pela *Montanha Russa* e mais particularmente, para a Vila Nossa Senhora Aparecida, nesse momento específico em que se planeja a implantação do Parque Municipal da Barragem do rio Vacacaí-Mirim ou DNOS.

A possibilidade de remoção dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida, prenúncio com o qual se convive, pelo menos, ao longo desses últimos dez anos; agora, assume o *status* de política municipal e intencionalidade oficialmente declarada, o que produz o confronto da consciência do morador com suas temáticas significativas, alterando as relações de poder e desacomodando as práticas que são constitutivas dessa territorialidade, à medida em que se traz à luz o conflito socioambiental, há muito latente.

Considerando o lado do Poder Público Municipal frente a esta questão pode-se pensar num certo desgaste da credibilidade perante os moradores, que conseguiram desvelar as “meias-verdades” postas como absolutas, como o argumento de que a “ação civil pública” exige a remoção de *todos* os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida. Viu-se a partir do processo investigativo que o morador não consta como ator ou parte diretamente implicada, no referido processo, do qual Corsan e Prefeitura Municipal de Santa Maria são rés. Por outro lado, confirma-se que a ação civil exige o cumprimento de remoção dos ocupantes das APPs (Áreas de Preservação Permanente) do entorno da Barragem, da qual a Vila Nossa Senhora Aparecida não faz parte (como ficara demonstrado no item 3.5).

Afinal, serão removidos todos os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida? O impasse que envolve a delimitação das áreas que deverão ser evacuadas requer e aguarda o posicionamento dos institutos ambientais IBAMA e FEPAM.

Estas são algumas das principais questões que ficam suspensas.

Uma evidência desse processo de trabalho é a relevância do papel do indivíduo, enquanto agente da criação e re-criação dos territórios. Outro aspecto que se evidencia é o como a territorialidade é vivenciada e apropriada de forma diferente por cada ator ou por cada grupo social, uma vez que, entre outros fatores, alguns indivíduos reúnem determinadas habilidades, conhecimentos e recursos que potencializam sua relação com o lugar, ampliando as possibilidades de comunicação com atores pertencentes a outras esferas. Percebe-se também, que os indivíduos com tal repertório são os mesmos atores que se engajam mais, e a partir do envolvimento com uma causa, interagem com outros atores, aprendem e qualificam sua capacidade de reação contra os obstáculos que os afetam cotidianamente, que muitas vezes coincidem de atingir a vida comum. Assim apreende-se que as lideranças despontam-se a partir do seu próprio fazer.

Fica evidente também, que as questões que envolvem o bem comum requerem o trato com as representações do interior, pois nem sequer a liderança que reúna os melhores atributos conseguirá obter o apoio necessário com base numa política personalística, que exclui a possibilidade de tecer composições e de atrair auxiliares ou subestima a força sustentadora, mesmo daqueles atores, cujo papel tenda a parecer o mais trivial possível dentro do contexto.

Desde que reiniciei o trabalho, em novembro de 2007, o processo organizativo dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida transitou da inércia e desarticulação política, para o momento de colaboração com a organização da diretoria da associação comunitária, que atravessou situações de divisão e conflito, até alcançar o atual estágio que se inicia com o anúncio formal da remoção das famílias. Desde daquele momento, talvez possa-se falar numa melhor aceitação da liderança, mas isso não ocorreu sem que antes, adotasse algumas posturas no sentido de possibilitar a superação da dúvida instalada em torno do objetivo de suas campanhas que vinham ocorrendo atreladas a determinadas siglas partidárias. A inquietação dos moradores sobre o conteúdo das trocas que estariam sendo realizadas com atores vinculados a determinados partidos políticos colocou em suspeição a posição da liderança perante a comunidade, o que pode ter sido causa das bem intencionadas, mas pouco transparentes práticas iniciais. Essa questão teria ficado evidente, durante a confrontação vivenciada por ocasião da primeira reunião pós-anúncio de remoção.

Posicionando-se determinado a prosseguir o começado, desde então, abriu-se para perceber a necessidade de acatar a idéia central gerada no grande grupo e levá-la a efeito prático, do mesmo modo que compartilhou com uma das representações da diretoria, o primeiro momento da investigação. Punha-se em prática, o objetivo de buscar assistência jurídica gratuita, quando se pôde conhecer o conteúdo da ação civil considerada o mote da decisão.

Naquele momento, o acompanhamento de uma das mulheres, membro da comunidade, asseguraria aos demais moradores o sentido e o encaminhamento que se daria ao processo.

Essa ação foi crucial para a reconciliação dos ânimos possibilitando novos arranjos internos, inclusive a incorporação dos saberes representados por antigas e experientes lideranças. Essas pequenas, mas significativas mudanças na prática política interna agregam valor à luta que se vem empreendendo desde então, mesmo quando age sozinho.

O mais importante a considerar quando se olha à frente é que o espírito investigativo permanece vivo. Embora, se conte apenas com as atuações de uma meia dúzia de moradores considerando que o restante dessa população ainda se mantêm com a velha predisposição de aguardar que as lideranças solucionem os problemas comuns. De outro lado, pode-se contar com a disposição ativa de alguém capaz de se posicionar, de igual para igual, com atores dos mais diferentes segmentos da sociedade. Assim, reclama solução para o problema da água percorrendo a Prefeitura, a Corsan, a Câmara de Vereadores e a Comissão de Direitos Humanos. Faz apelos através de programas de rádio de grande popularidade na cidade, manifesta-se em sessões plenárias e até mesmo, por meio dos jornais locais. Do mesmo modo como participou do momento em que se provocou o Ministério Público a pronunciar-se frente, o conteúdo da ação civil pública, que como ficou constatado, exige a remoção dos moradores das APPs (Áreas de Proteção Ambiental) e não exatamente, de todos os moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida como alegado por representantes da Prefeitura.

O balanço que se pode fazer desses 40 anos de existência da Vila Nossa Senhora Aparecida é de sérias perdas, ainda que os esforços das lideranças comunitárias passadas e do presente tenham sido insistentes em reclamar a complementação das infra-estruturas básicas. Fato é que o Poder Público Municipal e o grupo social dominante a ele aliado e dele representante, conseguiu manter a coletividade ao largo de seus direitos mais fundamentais encobrindo, inclusive a intenção de manter a estocagem dessa área à custa da produção de uma idéia de deterioração ambiental e social.

Sem desconsiderar a dinâmica das práticas sociais no interior dos territórios, que via de regra são regidas por lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força, pode-se indicar que, pelo menos por enquanto, a tendência transita pelo campo da conciliação e por um momento de relativa colaboração entre os moradores, motivada não só por uma visão mais clara quanto à natureza do perigo que realmente, os ronda.; mas também, pela presença de uma liderança que, pelo menos teoricamente, reúne as qualidades necessárias para corresponder ao momento.

Avalio essa dinâmica com base num retrospecto dos últimos dez anos da Vila Nossa Senhora Aparecida, conferido pela interação que estabeleço com esses atores, o que me permite visualizar uma capacidade interna para além daquela que se poderia esperar em qualquer momento passado, até mesmo, no avançado ano de 2007.

Essa relação com o exterior, representado pela esfera político institucional vem se caracterizando por uma relação heterônoma (Poder Público/morador), com mais ou menos tensão, ao longo da história da Vila Nossa Senhora Aparecida. À medida que é desse ator que emanam as decisões baseadas em normas que nem sempre foram bem compreendidas pelas lideranças passadas, o que contribuiu para a manutenção dessa situação, ao longo de seus 40 anos de existência. Além de que serviu para encobrir o problema da *irregularidade fundiária* como fundamento de todos os demais problemas que atingem a qualidade de vida desse morador. Faz-se necessário contextualizar, que a Vila Nossa Senhora Aparecida vem se caracterizando pela insuficiente escolaridade de uns poucos e de um índice elevado de adultos analfabetos. Para se ter uma idéia, somente em 2009, a Vila Nossa Senhora Aparecida conquista a marca da conclusão do ensino médio, por duas jovens, que justamente estão dentre as famílias mais atuantes politicamente falando. Até então, ninguém haveria alcançado esse patamar de escolaridade, o que não vem ao caso, discutir aqui, que políticas públicas têm possibilitado tais resultados.

Outro aspecto que vem produzindo o universo empobrecedor e desarticulador das possibilidades organizativas da Vila Nossa Senhora Aparecida tem sido o peso que a vida produtiva exerce sobre a condição desses sujeitos.

É comum assistir no cenário da Vila, uma maioria de adultos e de jovens trabalhadores tendo suas vidas drenadas pela elite empresarial da cidade, que impõe-lhes o trabalho árduo, mal remunerado, e com direitos trabalhistas apenas, parcialmente assegurados. Sem contar, as poucas opções que restam àqueles que se recusam a trilhar o caminho da expropriação exercida pelo empregador ou que têm dificuldades de se inserir num mercado de trabalho, cada vez mais exigente.

Do ponto de vista de minha prática de pesquisa, transitei dos momentos de mediação ao momento atual, em que me percebo atuando de forma mais assessória, modo possibilitado pelo conteúdo emancipado que vem conquistando a investigação em curso. Mesmo considerando a aproximação do momento final dessa trajetória retomada com o Mestrado em Geografia, pretendo prosseguir na medida do possível, colaborando com os moradores no processo que provavelmente, envolverá a necessidade de negociações num futuro próximo. Espero poder alcançar, até o ponto em que se possa ter uma definição desse caso e um encaminhamento mais democrático e justo, que atenda as necessidades dos moradores.

Ao longo desse processo de pesquisa participante, em que a própria natureza dos termos propostos para análise (as relações de poder e as práticas sociais) impõem como foco o conteúdo das práticas dos indivíduos que ocorrem neste e a partir deste território, procurou-se não perder de vista o fato dos atores terem suas práticas permanentemente, relativizadas e balizadas pela interação social.

Mesmo assim faz-se necessário ressaltar, no quadro desta pesquisa, a importância da ação do indivíduo enquanto agente da transformação do lugar e o seu papel na construção e expressão da territorialidade. Outro personagem cujo papel cresce, ao longo da pesquisa, é o expresso pelos atores representantes da esfera municipal.

A expressiva presença desse ator impôs manter sob uma certa “vigilância”, a observação capaz de captar o tensionamento produzido entre a força normativa utilizada no jogo de poder, controle e dominação que emana do político-institucional e aquela produzida a partir das práticas sociais que é tanto menos efetiva, quanto mais contraditória e desarticulada.

Esse é o olhar com o qual pretendo avaliar o amplo contexto da *Montanha Russa*, considerando a geograficidade da Vila Pércio Reis, enquanto cenário onde agem as forças organizativas desse território. Com base nas vivências de campo possibilitadas pelos momentos dessa pesquisa participante procurei sinalizar, em linhas gerais, o potencial organizativo frente as perspectivas que se abrem a partir do empreendimento do Parque.

Então nesse momento, cabe inserir as principais análises a partir das quais procuro refletir sobre que condições permitem a comunidade posicionar-se de modo diferente das representações hegemônicas que estão postas para este contexto, à medida em que busco algumas das linhas significativas das práticas desses atores, descritas abaixo:

Do ponto de vista do trabalho que se desenvolve na Sede da Associação Comunitária da Vila Pércio Reis a partir do esforço e da participação das mulheres e familiares, embora o significado de sua “utilidade social” não seja uma unanimidade, do ponto de vista das distintas territorialidades existentes, este espaço comunitário já conta com conquistas materializadas como a própria reconstrução da sede, além de produzir um inegável espaço de trocas, de socialização e de aprendizagem. Valor percebido apenas, quando se reconhece o poder que as interações colaborativas têm de produzir processos coletivos.

Na porção nobre da Vila Pércio Reis ocorrem trabalhos sociais institucionalizados, como o exemplo da cozinha comunitária que tem funcionado nos domínios da Casa Paroquial da Capela São Pedro (de filiação católica) vem exercendo também, um importante papel agregador.

Pode-se citar ainda, os projetos da Capela São Paulo pertencente à Igreja Episcopal Anglicana, dentre eles o que prevê a transformação de um espaço de pelo menos, 6 hectares de bosque, em uma RPPN (Reserva Patrimônio Particular Natural), fato que possivelmente deverá impor uma certa tendência a se relativizar os novos planejamentos para o futuro Parque da Barragem com a presença de uma área de conservação nos domínios da *Montanha Russa*.

E se tal tendência não ocorrer ou se predominarem medidas insatisfatórias, não se pode adiantar, e por esse motivo os desdobramentos desse processo despontam-se como tema de futuras pesquisas, podendo incluir a avaliação que considere o modo como a comunidade poderá reagir. Demonstrará disposição para uma atuação mais ativa? Exigirá o direito de se auto-determinar e de definir um espaço de atuação a partir das condições culturais e de todo potencial existente neste lugar? Até esse momento, essas relações ainda não estão muito claras.

Hoje, à frente da administração municipal estão agentes da oposição e não mais aqueles que idealizaram o primeiro projeto do Parque, portanto, um novo projeto está sendo gestado o que demonstra a existência de um longo caminho a se percorrer até o ponto de se poder visualizar novos delineamentos. Dentre as principais permanências pode-se apontar para a intenção de remoção dos moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida e a ausência de planos para as demais territorialidades segregadas que ocupam as áreas de uso e ocupação imprópria.

Por outro lado, vale a pena mencionar que perante uma representação normativa tão distanciada das representações reais desse território, expressas pelos projetos que partem da esfera municipal; contrapôs-se a essa situação por meio deste processo de pesquisa participante, ao propiciar a transição de uma situação inicial de total desconhecimento da comunidade da *Montanha Russa* com respeito ao projeto do Parque para a disseminação dessa informação.

Então, perante a falta de transparência dos planos e projetos traçados por atores da esfera pública municipal produziu-se um processo mediador que propiciaria ao morador, o acesso a informações, a documentos, mapas, bem como o contato com diferentes atores que possibilitaram uma percepção mais ampla sobre a realidade dos fatos.

Do mesmo modo, esse processo produziu o contato com outras perspectivas e outras possibilidades mediadas pelos sonhos e aspirações desses atores. Embora se desconheça o desfecho que as práticas terão daqui por diante, alcança-se hoje, uma situação mais esclarecida e bem diversa daquela encontrada inicialmente - o que abre uma janela para a esperança de que alguns dos sonhos cultivados no âmago das práticas que se desenvolvem nesse território possam vir a ser materializados.

Assim, pode-se afirmar que, em linhas gerais, até mesmo o morador menos ativo e não engajado, em qualquer das diferentes frentes organizativas da *Montanha Russa*, assume outra compreensão com relação a esse lugar. Mesmo perante os problemas socioambientais acumulados ao longo desses anos, uma vez que começa a vê-lo com outros olhos e a reconhecer que o imenso potencial natural desse lugar é um valor que tem muito a agregar conquistas do plano social. Assim, pode-se notar alguns moradores assumindo uma atitude mais atenta aos interesses até aqui ocultados, sendo que muitos já estão se posicionando de forma mais crítica perante as afirmações carregadas de preconceito e mito, à medida em que começam a produzir contra-afirmações que podem ser vistas como atitudes de cidadania.

Neste sentido, já se faz possível assistir os moradores da Vila Pércio Reis melhorando suas casas, comprando novos terrenos e aprimorando os projetos e os negócios, certamente, animados pelas novas perspectivas.

Então, pode-se afirmar que desde que se iniciou esse processo de pesquisa participante a existência do projeto de Parque e as questões a ele relacionadas ganharam uma visibilidade significativa entre moradores, envolvendo inclusive, a inserção de novos atores como os pesquisadores do Departamento de Geografia da UFSM que afinal estão implantando projetos de Educação Ambiental, acompanhando a implementação da RPPN e iniciando pesquisas no local.

Tais mudanças nos reportam a um processo de re-significação que os moradores e os demais atores imersos nesse contexto estão a realizar, que possivelmente apontarão para processos renovados de representação e portanto, de produção e de reprodução do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01-ANGELO, Cláudio. **Índios preservam tão bem quanto parques.** Jornal Folha de S.Paulo, Folha Ciência, 23 de julho de 2004.

02-ANGULO, Rasco J. Félix. **Investigación-acción y curriculum: una nueva perspectiva en la investigación educativa.** Investigación en la Escuela. 11:39-49, Sevilha, 1990.

03-AZEVEDO, Carla Juny Soares. **Educação Ambiental: Ações Compartilhadas na Escola e na Comunidade.** Dissertação de Mestrado. PPGE, Santa Maria, RS, 2002.

04-BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. **Territórios do Cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea.** MESQUITA, Zilá (org.) Territórios do Cotidiano: uma nova introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. Ed. UFRGS/Ed. UNISC, 1995.

05-BOTELHO, Antônio. A produção do espaço e o empresariamento urbano: O caso de Barcelona e seu fórum das culturas de 2004. GEOUSP: Espaço e Tempo. São Paulo, no 16, pp.111-124. 2004

06-BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1992b.

07-_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus, 1996.

08-CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo. Paz e Terra. 1999.

09-DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Ed. Boitempo, São Paulo, 2006.

10-DIAS, Leila Christina. **Redes, sociedades e territórios no debate contemporâneo. XI Encontro Nacional em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Salvador, maio de 2005.** < <http://docs.google.com/pur.ufba.br> >(Acessado em 29/04/09).

11-DOMÍNGUEZ, Bernardo Jiménez-. (org.) **Subjetividad, participación e intervención comunitária: Una visión crítica desde América Latina.** 1ª edição. Buenos Aires, Ed Paidós, 2008.

12-FERNANDES, Bernardo Mançano. **Debates: O Retorno do Território.** OSAL, Observatório Virtual da América Latina, año VI, no. 16. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

(Acesso em 18/12/08)

13-FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. **El Nuevo Espacio Público**. Ed. Gedisa, Barcelona, 1998, 256p.

14-FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

15-_____. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

16-FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

17-_____. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

18-_____ & Shor Ira. **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1986b)

19-GOMEZ, Carlos Minayo. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. Ed. Cortez, 3ª ed. São Paulo, 2005.

20-HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2004

21-_____. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. Contexto. São Paulo, 2006

22-HOLZ, Sheila y MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. **Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm> (Acesso em 12/10/09)

23-KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

24-LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Ed. Centauro. 5ª edição, São Paulo, 2008.

25-LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

26-LESTIENNE, Bernard. **Rio+10: II cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável. Brasília.** 2002. Disponível em: < <http://www.lainsignia.org>> (Acesso em 24/05/2007)

27-LIMONAD, Ester. **Entre o ideal e o real rumo a sociedade urbana** - algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal Fluminense. http://www.geografia.fflch.usp.br/publicações/Geousp/Geousp13/Geousp13_Limonad_.(Acesso em 19/3/2008)

28-MARICATO, Ermínia. Brasil, **Cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

29-_____. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente.** In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 215 – 232. Coleção Pensamento Petista.

30-_____. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** Hucitec, São Paulo, 1996

31-MARTINS, Élvio Rodrigues. **Geografia e Ontologia: O Fundamento Geográfico do Ser.** GEOUSP, São Paulo, nº 21, pp. 33-51, 2007.

32-MESQUITA, Zilá. **Do Território à Consciência Territorial.** MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). Territórios do Cotidiano: Uma introdução a novos olhares e experiências. Ed. UFRGS e UNISC, 1995.

33-MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologia Geográfica. Espaço, Cultura e Política no Brasil.** São Paulo. Ed. Hucitec. 1996.

34-O DONNELL, Guillermo. **Democracia Delegativa?.** Novos Estudos, n.31, out. 1991.

35-PAOLI, Maria Célia. **Empresas e Responsabilidade Social: Os Enredamentos da Cidadania no Brasil**”.IN SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a Democracia-os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

36-PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo.** In: Sonia E. Alvarez; Evelina Dagnino; Arturo Escobar. (Org.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

37-PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Rio de Janeiro: uma cidade no espelho (1890-1910)**. In: —. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 157-242.

38-RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Editora Ática, 1993.

39-ROLNIK, Raquel e NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, março, (2009).
<http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/armadilhas_do_pacote_cc.pdf> (Acesso em 29/06/09)

40-RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras: Habitação e Especulação. O Direito à Moradia. Os Movimentos Populares**. São Paulo: Contexto. 1997.

41-SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

42-_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo/Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

43-SILVA, Jailson de Souza e. **Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos esteriótipos**. SANTOS, Milton (et. al). Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina, 3ª ed., 2007.

44-SILVEIRA, Maria Laura. **O Espaço Geográfico: Da Perspectiva Geométrica à Perspectiva Existencial**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 81 - 91, 2006.

45-SAITO, Carlos Hiroo. Educação ambiental, investigação-ação e empowerment: estudo de caso. **Revista Semestral da Faculdade de Educação**, Brasília: UNB, v. 6, n. 10, jan/jun, 2000.

46-SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2007.

47-SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993

48-SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. CASTRO, Iná Elias de. (org) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

49-TOURAINÉ, Alain. **Comunicación política: construcción de un modelo.** FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. El Nuevo Espacio Público. Ed. Gedisa, Barcelona, 1998.

50-TRIPP, David. Pesquisação uma introdução metodológica. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443 - 466, set./dez. 2005.

51-UN-HABITAT. **Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. O desafio das favelas** – Relatório Global sobre a moradia humana, outubro de 2003.

52-WOLTON, Dominique. **La comunicación política: construcción de un modelo.** FERRY, Jean-Mar e WOLTON, Dominique (orgs.). El Nuevo Espacio Público. Ed. Gedisa, Barcelona, 1998.

ANEXOS